

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PRESERVAÇÃO E GESTÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL DAS
CIÊNCIAS E DA SAÚDE



Casa de
Oswaldo Cruz



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Patricia da Silva Costa Gross

Acervo Histórico do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes:
uma proposta para preservação e divulgação

Rio de Janeiro

Setembro/2018

Patricia da Silva Costa Gross

Acervo Histórico do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes:

uma proposta para preservação e divulgação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Villela
Bandeira de Mello

Rio de Janeiro

Setembro/2018

878a Gross, Patricia da Silva Costa.

Acervo histórico do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes : uma proposta para preservação e divulgação / Patricia da Silva Costa Gross. – Rio de Janeiro: [s.n.], 2018. 171 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2018.

Bibliografia: f. 161-171.

1. Documentação - tendências. 2. Militares. 3. Marinha do Brasil. Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes. 4. Brasil.

CDD 025.06

Catálogo na fonte – Eliane Monteiro de Santana Dias CRB7-5011

Patricia da Silva Costa Gross

**Acervo Histórico do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes:
uma proposta para preservação e divulgação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Villela Bandeira de Mello

Aprovada em: ___/___/___.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Villela Bandeira de Mello – Orientadora
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Prof.^a Dr.^a Dilma de Fátima Avellar Cabral da Costa
Arquivo Nacional (AN)

Prof.^a Dr.^a Aline Lopes de Lacerda
Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça (Suplente)
Departamento de História (UFF)

Prof.^a Dr.^a Gisele Porto Sanglard (Suplente)
Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado força e coragem de chegar até aqui e realizar um sonho antigo.

Ao meu esposo, Wagner, que mais uma vez entendeu minhas ausências, minhas preocupações, e me ajudou, apoiou e acreditou quando eu mesma já não acreditava.

À minha família, meus pais Felix e Graças, e minha irmã Priscila, e aos amigos, que entenderam meu “sumiço” e perdoaram as minhas ausências e faltas em comemorações importantes.

À Daniele Seda, minha amiga, que com toda a sua psicologia me ajudou e me fez acreditar que eu conseguiria entrar e concluir o mestrado.

Às funcionárias da secretaria do curso, Valéria e Cristina, que sempre estavam dispostas a ajudar todos os alunos.

Aos professores que contribuíram de forma direta e indireta para meu crescimento profissional, e, em especial, à Prof.^a Dr.^a Laurinda Maciel, que, como um anjo, sempre esteve ao meu lado.

À minha turma amada, todos sempre dispostos a ajudar.

Às minhas companheiras e amigas inseparáveis de turma, Ana Roberta, Ellen e Rosângela, que compartilhavam comigo seus pensamentos e preocupações, e foram as bases para eu continuar.

Aos comandantes do CEFAN, pela liberação nos dias de aula e de estudos.

Aos meus amigos da Superintendência de Ensino, que confiaram no meu trabalho e me apoiaram nos momentos em que estive ausente.

A todas as pessoas que torceram e contribuíram para a realização de um sonho considerado anteriormente tão distante.

“Mudando o necessário e conservando o imprescindível, talvez possamos preservar a memória nacional”.

Aloísio Magalhães

RESUMO

Desde a segunda metade do século XIX, muitos militares da Marinha do Brasil (MB) se envolveram nos processos de divulgação e organização de atividades esportivas tanto no meio militar quanto na sociedade civil. Este envolvimento culminou com a fundação da “Liga de *Sports* da Marinha” (LSM), em 1915, que tinha o objetivo de organizar, promover e divulgar a prática do esporte. Contudo, ao longo das décadas, outras denominações foram adotadas até chegar ao atual nome utilizado: “Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes” (CEFAN). Este centro é responsável pela organização do esporte na Marinha do Brasil. Atualmente, o acervo histórico relacionado à prática esportiva e à educação física, desde a fundação da LSM, está sob a guarda do CEFAN. Com o fim de preservar a memória institucional e o patrimônio documental existente, esta dissertação tem o objetivo de propor a criação de um guia de acervo, tornando este acessível para consulta e pesquisa. A metodologia utilizada neste trabalho está subdividida em quatro etapas. Na primeira, foram realizados o levantamento bibliográfico e a pesquisa das fontes históricas. Na segunda, foram feitos o inventário e a descrição do patrimônio documental. A terceira fase consistiu no mapeamento da produção acadêmica do CEFAN. E a quarta e última etapa tratou da proposta do guia de acervo sobre o esporte na Marinha, que contemplará o acervo arquivístico, bibliográfico e museológico.

Palavras-chave: Esporte. Marinha do Brasil. Arquivo. Biblioteca. Museu. Instrumento de pesquisa.

ABSTRACT

Since the second half of the 19th century, many Brazilian Navy (MB) military personnel have been involved in the dissemination and organization of sporting activities both in the military and in civil society. This involvement culminated in the founding of the "Sports League of the Navy" (LSM) in 1915, which had the purpose of organizing, promoting and publicizing the practice of the sport. However, over the decades, other denominations have been adopted until arriving at the current name used: "Physical Education Center Almirante Adalberto Nunes" (CEFAN). This center is responsible for the organization of sport in the Brazilian Navy. Currently, the historical collection related to sports practice and physical education, since the founding of LSM, is under the custody of CEFAN. With the purpose of preserving the institutional memory and the existing documentary heritage, this dissertation aims to propose the creation of a collection guide, making it accessible for consultation and research. The methodology used in this work is subdivided into four stages. In the first one, the bibliographical survey and the research of historical sources were carried out. In the second, the inventory and the description of the documentary heritage were made. The third phase consisted in mapping the academic production of CEFAN. And the fourth and last stage dealt with the proposal of the collection guide on sports in the Navy, which will include archival, bibliographical and museological collections.

Keywords: Sport. Brazil's navy. Archive. Library. Museum. Research instrument.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AACR2** – Código de Catalogação o Anglo-Americano
- ABNT** – Associação Brasileiras de Normas Técnicas
- CDD** – Classificação Decimal de *Dewey*
- CDM** – Comissão de Desportos da Marinha
- CDU** – Classificação Decimal Universal
- CEFAN** – Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes
- CEFM** – Centro de Educação Física da Marinha
- CEM** – Centro de Esportes da Marinha
- COI** – Comitê Olímpico Internacional
- Com1ºDN** – Comando do 1º Distrito Naval
- CONARQ** – Conselho Nacional de Arquivos
- CPAD** – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
- DCTIM** – Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha
- DE** – Diretoria Especializada
- DEFM** – Departamento de Educação Física da Marinha
- DEM** – Departamento de Esportes da Marinha
- DNOG** – Divisão Naval de Operações de Guerra
- DPHCM** – Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha
- DPHDM** – Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
- EB** – Exército Brasileiro
- ECM** – Espaço Cultural da Marinha
- FCPHDM** – Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
- FIOCRUZ** – Fundação Oswaldo Cruz
- ICA** – Conselho Internacional de Arquivos
- IF** – Ilha Fiscal
- INEPAC** – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro
- JMM** – Jogos Mundiais Militares
- LABOCE** – Laboratório de Pesquisa em Ciências do Exercício
- LAI** – Lei de Acesso à Informação
- LMF** – Liga Militar de *Footbaal*
- LSM** – Liga de *Sports* da Marinha
- MB** – Marinha do Brasil

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MIDAS – Sistema de Museus

MN – Museu Naval

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

NODAM – Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivística na Marinha

OI – Ordem Interna

OM – Organizações Militares

SE – Sala de Estado

SE – Superintendência de Ensino

SECOM – Secretaria do Comando

SDGM – Serviço de Documentação Geral da Marinha

SDM – Serviço de Documentação da Marinha

SGM – Secretaria Geral da Marinha

SINAR – Sistema Nacional de Arquivo

SPAD – Subcomissões Permanente de Avaliação de Documentos

TTDD – Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – A ORIGEM DO ESPORTE	21
1.1 Definição dos conceitos	23
1.1.1 A influência das práticas esportivas no Brasil	25
1.1.2 Eugenia e o esporte no Brasil	28
1.1.3 As escolas europeias de ginástica	31
1.2 O esporte na Marinha do Brasil	33
1.2.1 Da Liga de <i>Sports</i> da Marinha ao Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes	34
CAPÍTULO 2 POLÍTICAS DE GESTÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA MARINHA BRASILEIRA	44
2.1 Biblioteca da Marinha	47
2.2 Arquivo da Marinha	49
2.3 Museu na Marinha	54
2.4 Normas e publicações	56
2.5 Acervo do CEFAN	63
2.5.1 Relação do CEFAN com a DPHDM	70
CAPÍTULO 3 ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, MUSEUS: FRONTEIRAS DA DOCUMENTAÇÃO	72
3.1 Documento	75
3.2 Fronteiras entre Arquivo, Biblioteca e Museu	78

3.2.1 Arquivo/Arquivologia	81
3.2.2 Biblioteca/ Biblioteconomia	84
3.2.3 Museu/ Museologia	87
CAPÍTULO 4 PROPOSTA DE GUIA DE ACERVO SOBRE O ESPORTE NA MARINHA DO BRASIL	90
4.1 Mudanças da pesquisa	90
4.2 Construção do guia	93
Anexo I – Descrição dos acervos	98
Anexo II - Inventários	103
Anexo III – Guia de Acervo sobre o Esporte na Marinha do Brasil	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS	161

INTRODUÇÃO

O Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN) é uma instituição militar que tem por objetivo apoiar, organizar, coordenar e desenvolver atividades de educação física e desporto nas Organizações Militares¹ (OM) da Marinha do Brasil (MB) ou em outras instituições militares e civis. O CEFAN é uma instituição centenária, cuja história teve início em 15 de novembro de 1915, com a criação da Liga de *Sports* na Marinha (LSM), que tinha o propósito de divulgar e organizar o esporte na instituição.

Ao longo de sua existência, a Liga de *Sports* na Marinha mudou de nomenclatura diversas vezes: Departamento de Educação Física da Marinha, em 1940; Departamento de Esportes da Marinha, em 1946; Centro de Esportes da Marinha, em 1953; Centro de Educação Física da Marinha, em 1972; até chegar à sua atual denominação, Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), em 31 de outubro de 1973.

Atualmente, existem documentos de caráter histórico e permanente que compõem acervos arquivísticos e museológicos sob a guarda do CEFAN. Com a intenção de contribuir para a preservação e a divulgação da memória institucional, bibliográfica e histórica desta Organização Militar, no que se refere à prática de esportes, viemos propor um instrumento de pesquisa capaz de descrever, localizar e identificar esses documentos. Denominado Guia de acervo, esta ferramenta facilitará o acesso, para fins de consulta e pesquisa, a informações e documentos, não apenas deste Centro, como de outras Organizações Militares (OM) que possuam acervos históricos relacionados ao esporte na Marinha.

Com a implementação desse novo instrumento de pesquisa, acreditamos que será possível garantir melhores condições de preservação e acesso à documentação que registra a trajetória da Instituição, além de promover a ampliação do conhecimento sobre a história do esporte militar na Marinha do Brasil, pois até então são relativamente poucos os estudos a esse respeito, devido, talvez, à ausência de fontes documentais e bibliográficas que estejam organizadas, conservadas e acessíveis a todos. A escolha do guia de acervo é vantajosa também sob o aspecto econômico, pois sua implementação e utilização não necessitam nem de financiamento nem de recursos tecnológicos sofisticados que precisem de equipe multidisciplinar.

¹ Cada uma das unidades militares é denominada Organização Militar, pois é um elemento organizacional que integra a estrutura operacional ou administrativa da Marinha do Brasil e de outras Forças Armadas.

Cancellla aponta que

no campo de estudos da História do Esporte, poucos trabalhos são encontrados sobre o processo de aproximação dos militares ao fenômeno do esporte. Estas relações necessitam de mais olhares dos pesquisadores a fim de compreender como estas aproximações se desenvolveram e em que perspectiva o esporte foi inserido no cotidiano das [Forças Armadas] no Brasil (CANCELLA, 2011, p. 2).

Com o propósito de contribuir para os estudos a respeito da história do esporte militar defendido por Cancellla (2011), este acervo será uma rica fonte de consulta para pesquisadores de todas as áreas. A documentação é bastante relevante, não apenas por seu caráter probatório e administrativo, mas, principalmente, porque guardam sinais, indícios e marcas da memória institucional e do desenvolvimento dos esportes nas Forças Armadas.

O acervo histórico arquivístico do CEFAN mede aproximadamente 6,6 metros lineares,² e contém documentação que data das primeiras décadas do século XX até o início do século XXI. São documentos manuscritos, livros de estabelecimentos, relatórios técnicos, atas de reuniões e assembleias, materiais iconográficos e cartográficos, recortes de jornais, folhetos e convites. Tal acervo não possui valor administrativo, mas tem valor histórico, probatório e informativo. Por isso, deve ter seu arquivamento permanente. Atualmente, o acervo está armazenado numa sala de reserva técnica, inventariado, e aguardando recolhimento para a Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM)³.

A origem deste acervo se deve aos cuidados de um suboficial que, em 2011, descumpriu ordens superiores que determinavam o descarte daquele conjunto documental, considerado “velho” e “desnecessário”.⁴ Ele manteve tal acervo sob sua guarda, contudo, sem realizar nenhum tratamento técnico ou de conservação. Com o tempo e após algumas trocas de comando no quartel o militar transferiu os documentos para a Superintendência de Ensino, na qual a biblioteca é subordinada.

Esse relato corrobora a ideia defendida por Tessitore (2002), de que, não fosse a ação salvacionista, diante do descaso das instâncias governamentais que deveriam preservá-los, os documentos estariam há muito tempo destruídos.

² Metodologia de cálculo do Arquivo Nacional.

³ Proposta que será apresentada posteriormente.

⁴ Informação obtida por meio de entrevista com o SO-EP Alcides, realizada no dia 15 de agosto 2017 no Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes.

Ângelo (2009) reitera que

a valorização da memória, como mecanismo de acessibilidade e direito da população, é a garantia de permanência de uma época. O acesso informacional é elemento essencial nas discussões da sociedade das tecnologias da informação e comunicação, sendo eixo central para se entender e potencializar o desenvolvimento do ser humano (ANGELO, 2009, p. 91).

A respeito dos itens museológicos, a MB define como bem cultural todo produto e manifestação material e imaterial sobre tradições, histórias, criações científicas e artísticas que representam a história da instituição em âmbito nacional, expressadas pela tripulação militar e civil ou por terceiros (SGM-501, 2015).

Em 05 de abril de 2017, foi inaugurado no CEFAN o “Museu do Esporte na Marinha do Brasil”, com a intenção de abordar a história e a memória das atividades esportivas desenvolvidas pela Marinha Brasileira desde o século XX até os dias atuais. O acervo museológico exposto conta com troféus, esculturas, uniformes, material esportivo doado por atletas militares, fotografias, flâmulas, placas comemorativas, documentos históricos, livros e material multimídia⁵.

Vale ressaltar que muitas OM's da Marinha possuem objetos museológicos, como quadros, bustos, equipamentos históricos, entre outros, que ficam expostos em ambientes internos e externos como forma de decoração do quartel, e não apenas em museus, salas de exposições ou espaços culturais. Tal acervo deve ficar sob a responsabilidade da própria OM, que deve ter o controle efetivo dos objetos que o compõem, por meio da elaboração do “Livro de Registro de Bens Culturais”, previsto nas normas institucionais. Além da OM ser entendida como uma entidade depositária dos objetos, o que é diferente do acervo arquivístico.

O acervo museológico de cada OM é composto por bens culturais acumulados durante toda a sua existência, por isto tem valor histórico, cultural e/ou pecuniário para a MB. Portanto, cada OM deve criar medidas de segurança, conservação e preservação de seu próprio acervo, seguindo orientações normatizadas pela MB. Caso a OM não tenha profissional qualificado nesta área de conhecimento, a DPHDM disponibilizará assessoria e treinamento técnico a fim de auxiliar e orientar as OM's depositárias de bens culturais.

⁵ Dentre os objetos expositivos há um exemplar do uniforme oficial da seleção de *Beach Soccer* e do primeiro uniforme do corpo feminino da Marinha do Brasil; uma luva de boxe do 3º SG-EP Robson Conceição, medalhista das Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016; e diversas placas comemorativas, como a da inauguração do Parque Aquático, em 1973.

Na publicação ‘Normas para Gestão de Bens Culturais na MB’ é prevista a criação de uma sala de reserva técnica para as OM’s que possuam museus, espaços culturais ou de exposições, visando armazenar os itens que não estiverem sendo utilizados em exposições ou como decoração. Este ambiente deve ser de acesso restrito, com controle de entrada e saída. Desde o fim de 2017, o CEFAN conta com uma sala de reserva técnica para a guarda do seu material arquivístico e museológico.

Além desses acervos, o CEFAN possui uma biblioteca, inaugurada em 2012, que, embora não possua um acervo histórico bibliográfico, deve ser apresentada por sua relevância, pois é especializada nas áreas de educação física, fisioterapia, esportes e lazer, com cerca de 650 itens – dentre livros, folhetos, DVD’s, periódicos e obras de referência –, seu público alvo são mestres e doutores que servem neste centro, produzem pesquisas e publicam cientificamente nas referidas áreas, bem como aos estudantes dos cursos de aperfeiçoamento, especialização e expedito em educação física. Todo o acervo está catalogado e indexado na base de dados *Pergamum*, utilizada pela Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha (Rede BIM). Propomos salvaguardar e disponibilizar toda essa produção intelectual como parte da memória da instituição. Os cursos são de responsabilidade da Superintendência de Ensino, e atendem também a tripulação⁶ da OM.

Sabe-se que o arquivo, o museu e a biblioteca possuem características distintas. O arquivo é um órgão produtor e receptor, onde os documentos têm uma relação orgânica entre si e sua origem está relacionada à função administrativa a que o arquivo pertence. Diferente dos museus e bibliotecas, que são órgãos de colecionar, cujo acervo é acumulado de forma artificial, conforme os interesses de uma determinada comunidade. As peculiaridades contidas em cada conjunto documental, organizado de acordo com sua materialidade, trazem a possibilidade de se trabalhar de forma integrada e articulada.

Nesta investigação, cada área de atuação – a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia – será tratada individualmente, com a finalidade de qualificar e especificar como essas disciplinas atuam conforme suas próprias metodologias e técnicas e os seus próprios conceitos.

No início desta pesquisa, a intenção era propor a criação de um “Centro de Documentação e Memória” no CEFAN; porém, logo vimos que isso não seria possível, pois

⁶ A composição de uma OM se faz por um “Comandante”, que é autoridade máxima em um quartel/navio; o “Imediato”, que é o “oficial executivo no navio” e coordena a parte administrativa de todos os trabalhos realizados a bordo, além de ser o substituto legal do Comandante em sua ausência. O imediato e os oficiais são a “Oficialidade”; os demais constituem a “Guarnição” (praças e civis assemelhados); a “Tripulação” é o conjunto da Oficialidade e da Guarnição.

haveria uma sobreposição de tarefas, com duplicidade de competências e atividades, o que não é desejável. Assim, após realizar uma pesquisa da história administrativa e analisar o organograma da Marinha Brasileira, verificamos a existência de uma Diretoria Especializada (DE), denominada Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM)⁷, que hierarquicamente está subordinada à Secretaria Geral da Marinha (SGM). Esta Diretoria é responsável pela preservação, conservação e controle do patrimônio documental e de todos os bens culturais, em âmbito interno e externo.

Observamos, também, que não seria possível criar um Centro de Documentação e Memória com as características pensadas e que não fizesse parte do Arquivo da Marinha, cuja responsabilidade é a guarda de toda a documentação histórica da instituição.

Outra alternativa seria a criação de uma Biblioteca Digital, que contemplaria os três tipos de documentação, disponibilizando o acervo para consulta. Contudo, tal proposta não seria viável pela falta de profissionais de tecnologia, o alto custo de investimento e manutenção, além de precisar contar com a liberação da Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha (DCTIM), responsável pelo controle tecnológico da Marinha do Brasil.

Com base nas publicações normativas da MB, editadas pela SGM, é possível perceber que cada gênero documental segue padrões regulamentados para guarda, preservação, conservação e acesso. Há duas publicações que devem servir de orientação para a gestão de bens culturais e gestão documental. Uma delas consiste nas ‘Normas para Gestão de Bens Culturais na MB’, que contempla os três tipos de acervos (arquivístico, museológico e biblioteconômico), e cujo propósito é “orientar as OM’s da Marinha do Brasil na gestão de bens culturais, por meio do estabelecimento de normas e procedimentos específicos” (SGM-501, 2015, p. VII). A outra publicação trata das ‘Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivística na Marinha’, que objetiva “estabelecer procedimentos, no âmbito da Marinha do Brasil, sobre a documentação administrativa, enfocando os aspectos da sua elaboração, tramitação, arquivamento, eliminação e transferência/recolhimento à DPHDM para o Arquivo da Marinha” (SGM-105, 2013 p. X).

Além dessas duas normativas, há outros instrumentos exclusivos para a gestão de documentos, como o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de

⁷ A DPHDM tem como missão preservar o patrimônio histórico e cultural da Marinha, conservar a memória institucional e controlar, supervisionar as atividades históricas e culturais desenvolvidas no âmbito interno e externo, suas atividades possuem quatro divisões sob sua responsabilidade, são elas: museu, arquivo, biblioteca e história.

Documentos (TTDD), relativos a atividade-meio⁸ na Administração Pública, e o Código de Classificação e a TTDD da atividade-fim⁹, com assuntos alusivos ao Ministério da Defesa, ao qual as Forças Armadas Brasileiras estão subordinadas. Estes instrumentos foram criados e aprovados respectivamente pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)¹⁰ e pelo Arquivo Nacional, e definem o ciclo de vida dos documentos produzidos e recebidos pelas instituições militares do País.

A TTDD define prazos de guarda, nas fases corrente, intermediária e de destinação final. No âmbito da MB, os documentos da fase intermediária, após a análise pela comissão de avaliação de documentos, devem ser transferidos para a DPHDM, onde permanecem sob a guarda do Arquivo da Marinha, disponíveis para consulta e acessíveis a pesquisadores e interessados em geral. Na fase de destinação final, o documento é eliminado ou passa a ter a guarda permanente, caso contenha informações que sirvam como prova, referência, ou para pesquisa.

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), a Tabela de Temporalidade é definida como um “instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, o recolhimento, o descarte ou a eliminação de documentos” (2005, p. 159).

Quanto ao Código de Classificação, o ‘Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística’ (2005) define como um “esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo” (2005, p. 132).

De acordo com o Código de Classificação do Ministério da Defesa, o assunto *desporto* aparece na subclasse 530.

Refere-se aos processos de coordenação, planejamento e controle do treinamento, condicionamento e suficiência física com o objetivo de desenvolver o vigor e a agilidade do pessoal das Forças Armadas (BRASIL, 1998) Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998).¹¹

Incluem-se os documentos referentes aos procedimentos voltados para as normas gerais, orientações, programas, testes e relatórios recomendados para manter o condicionamento físico e o nível de higiene do pessoal das Forças Armadas.

⁸ Aprovado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), segundo a resolução nº 14 de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a organização dos arquivos correntes e intermediários na Administração Pública, e a resolução nº 21, de 4 de agosto de 2004, que acrescenta à subclasse 080 – Pessoal Militar – que tal data estava vaga.

⁹ Aprovado pelo Arquivo Nacional pela Portaria nº 154 de 18 de outubro de 2013.

¹⁰ Instituição que define a política nacional de arquivos e exerce função de órgão central do Sistema Nacional de Arquivos.

¹¹ Instituiu normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

Incluem-se documentos referentes à normatização e decisões de caráter específico. (BRASIL, 2010).

CÓDIGOS E DESCRITORES	PRAZOS DE GUARDA		DESTINAÇÃO FINAL	OBSERVAÇÕES
	Fase Corrente	Fase Intermediária		
529 – OUTROS ASSUNTOS REFERENTES À CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL				Os documentos classificados neste grupo só poderão ser aqui inseridos após a verificação de outros assuntos não contemplados na subclasse Capacitação e Qualificação Profissional. Tais assuntos, após sugestão do interessado, deverão ser encaminhados via SPAD e CPAD para a análise da SSI/MD que submeterá à aprovação do Arquivo Nacional para posterior inclusão.
530 – DESPORTO <i>DOCUMENTAÇÃO NORMATIVA. DECISÕES DE CARÁTER ESPECÍFICO. COORDENAÇÃO. PLANEJAMENTO. CONTROLE DO TREINAMENTO. CONDICIONAMENTO. SUFICIÊNCIA FÍSICA</i> Norma, Programa	Enquanto Vigora	10 anos	Guarda Permanente	
531 – ESPORTE MILITAR INTERNACIONAL <i>DESPORTOS DE COMBATE. MILITARES. INDIVIDUAIS. COLETIVOS</i> Norma	Enquanto Vigora	10 anos	Guarda Permanente	
-Ofício de solicitação de apoio e participação	5 anos	10 anos	Guarda Permanente	
532 – DESPORTO MILITAR NO BRASIL <i>ORGANIZAÇÃO. DIREÇÃO. REPRESENTAÇÃO. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA. EXECUÇÃO</i> Diretriz, Estudo, Norma	Enquanto Vigora	10 anos	Guarda Permanente	
-Ofício de solicitação de apoio e participação	5 anos	10 anos	Guarda Permanente	
-Proposta				
533 – ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVAS NAS FORÇAS <i>NORMATIZAÇÃO. DECISÕES DE CARÁTER ESPECÍFICO</i> Diretriz, Norma	Enquanto Vigora	10 anos	Guarda Permanente	
533.1 – EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO NA MARINHA <i>ASSESSORAMENTO. PLANEJAMENTO. ORIENTAÇÃO. COORDENAÇÃO. CONTROLE. EXECUÇÃO. REGULAMENTAÇÃO. DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS. ESTABELECIMENTO DE NÍVEIS DE APTIDÃO FÍSICA NO PROCESSO DE ADMISSÃO. RECRUTAMENTO. SELEÇÃO DE PESSOAL. INTERCÂMBIO DESPORTIVO COM AS DEMAIS FORÇAS</i> Código Desportivo da Marinha, Diretriz, Manual, Norma	Enquanto Vigora	10 anos	Guarda Permanente	
-Termo de responsabilidade	5 anos	25 anos	Eliminação	
-Termo de responsabilidade individual				
533.2 – EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO NO EXERCÍTO <i>ASSESSORAMENTO. PLANEJAMENTO. ORIENTAÇÃO. COORDENAÇÃO. CONTROLE. EXECUÇÃO. REGULAMENTAÇÃO. DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS. ESTABELECIMENTO DE NÍVEIS DE APTIDÃO FÍSICA NO PROCESSO DE ADMISSÃO. RECRUTAMENTO. SELEÇÃO DE PESSOAL. INTERCÂMBIO DESPORTIVO COM AS DEMAIS FORÇAS</i>	Enquanto Vigora	10 anos	Guarda Permanente	

Figura 1: Tabela de Temporalidade de atividades-fim que abordam assuntos de desporto e esporte.

Fonte: DPHDM (2018).

Vale lembrar que o Arquivo da Marinha é reconhecido como Arquivo público pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991¹² e é integrante do Sistema Nacional de Arquivo (SINAR), cujas atribuições são a custódia e a conservação dos documentos, orientação e o processamento técnico, bem como garantir o acesso ao acervo pelo público em geral.

Diante do exposto, o interesse em realizar o presente trabalho se deu em dois momentos no ano de 2015: o primeiro, a partir da entrega, pelo suboficial, dos documentos históricos à Divisão de Biblioteca, subordinada à Superintendência de Ensino do CEFAN; e o segundo, com a publicação do livro comemorativo do centenário deste Centro, intitulado “100 anos de esporte na Marinha do Brasil: da *Liga de Sports* ao Programa Olímpico”. Tal trabalho foi realizado por uma equipe multidisciplinar que contou com pessoal especializado em história, educação física, biblioteconomia e comunicação social.

Como o acervo histórico do CEFAN possui documentos arquivísticos e museológicos, entendemos que cada gênero documental deva receber tratamento adequado e específico em

¹²Art. 17, §1º “São Arquivos Federais o Arquivo Nacional, os do Poder Executivo, e os arquivos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. São considerados, também, do Poder Executivo, os arquivos do Ministério da Marinha, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Exército e do Ministério da Aeronáutica” (BRASIL, 1991 - Lei 8.159).

seu local de guarda. Assim, para a organização desse acervo, foram considerados o suporte do material (físico) e o conteúdo do documento (temática).

No âmbito dos arquivos, para a organização e representação do inventário, utilizamos o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativa a atividade-fim destinada às instituições militares, e as Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivística na Marinha. Para a descrição das informações, usamos a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) – por ser uma diretriz que contempla metodologia e procedimentos internacionais consagrados –, além de dicionários e glossários especializados na área de arquivo.

No que diz respeito ao acervo museológico, consideramos os procedimentos estabelecidos na Norma para Gestão de Bens Culturais na MB e consultamos dicionários e glossários como instrumentos de trabalho para a realização da descrição do acervo.

Quanto à organização dos documentos bibliográficos referentes à produção intelectual dos mestres e doutores do CEFAN, foi utilizada, para representação descritiva dos documentos, a norma da ABNT-6023: Informação e documentação – Referências/Elaboração.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, a metodologia empregada foi dividida em quatro fases: na primeira, realizamos levantamentos bibliográficos e pesquisas de fontes históricas alusivas ao esporte e à evolução esportiva na Marinha do Brasil, além do levantamento histórico de cada campo de atuação (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia), com a finalidade de entender a formação técnica e a articulação dessas áreas em atividades conjuntas e interdisciplinares.

Já na segunda fase, fizemos o inventário do acervo histórico e a descrição do patrimônio documental do CEFAN, realizado em sua totalidade, abrangendo as duas áreas do conhecimento (arquivo e museu). O modelo que serviu de base para o inventário do acervo arquivístico é o de “transferência/recolhimento de documentos”, previsto na SGM-105, Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivamento da Marinha. Com relação ao inventário do acervo museológico, utilizamos o modelo de “Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha” (FCPHDM), proposta na SGM-501, Normas para Gestão de Bens Culturais na MB.

A terceira etapa foi o levantamento bibliográfico referente à produção acadêmica do CEFAN, apresentado por meio de uma lista com as referências bibliográficas seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A quarta e última fase deste trabalho tratou da proposta de implementação do Guia de acervo do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes. Neste documento é sugerido o envio do acervo histórico arquivístico do CEFAN para o Arquivo da Marinha.

A estrutura dos capítulos está dividida na seguinte forma: o primeiro capítulo tem a intenção de apresentar um breve histórico do desenvolvimento dos esportes na Marinha do Brasil (MB) a partir do século XX. O esporte no Brasil sofreu uma forte influência europeia, como ocorreu com a sociedade brasileira em geral. Este capítulo será dividido em dois momentos: o primeiro irá salientar a influência do esporte na construção da sociedade brasileira, e o segundo descreverá o desenvolvimento do esporte na Marinha do Brasil, desde a criação da Liga de *Sports* da Marinha até a criação do CEFAN.

O segundo capítulo abordará o histórico da DPHDM e sua responsabilidade em preservar a documentação da MB, além de evidenciar as publicações normativas para a preservação, conservação e organização dos acervos.

No terceiro capítulo falaremos das três áreas de conhecimento: arquivologia, biblioteconomia e museologia, com o objetivo de expor como os documentos podem ser tratados seguindo os métodos de cada campo do conhecimento. Cada área será pontuada individualmente, com a finalidade de qualificar e especificar como estas disciplinas atuam de acordo com seus conceitos, técnicas e metodologias próprias. Pretendemos, assim, entender a formação de cada uma das áreas, sua identidade interdisciplinar e como podem se articular considerando as atividades realizadas em conjunto.

Por fim, a apresentação do produto final da pesquisa estará disponível em três anexos. O primeiro será a descrição do acervo; o segundo, o inventário realizado nos acervos; e o terceiro, o instrumento de pesquisa, que é um guia que contempla fontes sobre o esporte da MB que constam no CEFAN e na DPHDM.

Portanto, entendemos que o documento se torna uma fonte de pesquisa a partir do sentido e do valor que lhe é atribuído pelos estudiosos. Por isso, é de extrema importância preservar a memória em benefício da construção da história do esporte militar da Marinha brasileira.

CAPÍTULO I – A ORIGEM DO ESPORTE

O esporte não é um movimento da atualidade, pois existe desde a Antiguidade, e sua história nasce com as antigas civilizações, que contribuíram com evidências culturais importantes e como parte das tradições de determinadas sociedades.

A contar da Pré-história até o século XIX, período histórico classificado como “Esporte Antigo”, temos os homens primitivos praticando exercícios físicos para sua própria sobrevivência e defesa do grupo ou de si mesmos. Segundo Tubino (2006), este caráter utilitário-guerreiro da atividade física desapareceu quando o homem deixou de ser nômade e fixou local de moradia, produzindo e descobrindo seus próprios alimentos por meio da plantação e da pesca.

Ao longo do tempo, com o surgimento das nações, como a egípcia, a hindu, e a chinesa, entre outras, a prática esportiva, que era de caráter higiênico, passa a adquirir, por iniciativa dos gregos de Atenas, finalidade educativa.

Foi nesse período que surgiram os Jogos Gregos, época considerada o auge do “Esporte Antigo”, onde se registrou pela primeira vez a organização de competições com disputas. Este fato é considerado a concepção inicial do esporte. Vale lembrar que foram os gregos que implementaram o exercício físico com finalidade educativa.

Tubino (2006) acrescenta ainda que há duas versões para a origem do esporte. Na primeira delas, ele tinha fins educacionais desde os tempos primitivos; e na segunda, o esporte estava ligado ao fenômeno biológico, e não histórico. Mesmo com duas teorias distintas, a origem do esporte tem um fenômeno comum, a disputa. O autor acrescenta que para ter esporte é preciso ter competição.

A evolução do campo esportivo se deve à institucionalização do esporte moderno na Inglaterra no século XIX. Bracht (2005, p.13) expõem que o esporte moderno “refere-se a uma atividade corporal de movimento, com caráter competitivo, surgida no âmbito da cultura europeia por volta do século XVIII e que com esta expandiu-se para o resto do mundo”.

Bracht (2005) acrescenta que o esporte moderno sofreu um processo de modificação chamado “esportivização”. Lá pelos anos de 1800, os jogos populares, como, por exemplo, jogos com bola, eram praticados tanto pela burguesia quanto pelas classes mais populares. Eles sofreram um declínio, porém, a partir do avanço do capitalismo, da industrialização e da urbanização, que estabeleceram novos padrões de comportamento e sociabilidade, outras formas de viver, com as quais aqueles jogos não eram mais compatíveis. Assim, gradativamente, tornaram-se fora de uso.

Após 1820, o “Esporte Moderno” consolidou-se, graças aos ideais de Thomas Arnold, que institucionalizou o esporte na Inglaterra. Ele foi pedagogo da escola pública *Rugby College* no período de 1828-1842 e lá incorporou atividades físicas para todos os alunos como parte do processo educacional da instituição. Importante dizer que as atividades físicas eram praticadas apenas pela aristocracia e a alta burguesia inglesa. Vemos, então, a influência e a incorporação de hábitos e estilos de vida que não eram propriamente comuns nas classes mais populares (BRACHT, 2005).

O ideário era um método de educação baseado no controle dos jovens por meio de ratificação de valores religiosos, do cavalheirismo, de habilidades acadêmicas, honestidade e boa conduta, ou seja, de valores morais. A partir disso, os estudantes passaram a criar jogos com regras e códigos próprios, alicerçados no ideal *fair play*.¹³ O termo foi disseminado através de embaixadores, administradores, marinheiros e comerciantes, que se encarregaram em divulgar o esporte pelo mundo (TUBINO, 2006; BUENO, 2008).

Bracht (2005) afirma que esses jogos só sobreviveram nas escolas públicas por não serem percebidos como ameaça à propriedade e à ordem pública. Ali foram regulamentados e, aos poucos, assumiram as características do esporte moderno. Portanto, o desenvolvimento cultural do esporte assumiu com o tempo características como competição, rendimento físico-técnico, recorde, racionalização e “cientificação” do treinamento.

Outro influenciador do “esporte moderno” foi o pedagogo francês Pierre de Frédy, mais conhecido como Barão de Coubertin (1863-1937), idealizador e fundador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, que ocorreram em Atenas, na Grécia, em 1896, com a participação de 285 atletas. A ideia de criar os jogos modernos veio da vontade de reviver os jogos da Grécia antiga, a partir das descobertas das ruínas de Olímpia. Pierre de Frédy criou também o Comitê Olímpico Internacional (COI), em 1894, ocupando a sua presidência de 1896 a 1925 (BUENO, 2008).

Como pedagogo preocupado com as questões educacionais da França, Pierre de Frédy visitou instituições de ensino nos Estados Unidos e na Inglaterra, a fim de aperfeiçoar os modelos de ensino franceses.

Assim, o crescimento do esporte se deu de modo significativo no século XIX, apoiado pela burguesia e influenciado pelo crescimento industrial e urbano, que será abordado adiante neste trabalho.

¹³ São atitudes cavalheirescas na disputa esportiva, como respeito às regras, aos códigos, aos adversários e aos árbitros.

1.1 Definição dos conceitos

Neste momento, é imprescindível apresentar alguns conceitos relacionados a este primeiro capítulo. São eles: *sport*, esporte, ginástica, atividade física e educação física.

Mello (2001) em seu livro *Cidade esportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*, dedica uma parte do primeiro capítulo à definição de *Sport*. O termo *sport* foi amplamente utilizado em revistas e jornais cariocas, em meados do século XX, devido à influência europeia no desenvolvimento dos esportes no Brasil. Como não havia a tradução da palavra “esporte” em língua portuguesa, usava-se o termo em inglês.

Além disso, existia um forte interesse em consolidar no Brasil práticas esportivas originárias da Europa. Este fator levou ao uso corrente do termo em inglês nos jornais no cotidiano da cidade, antes mesmo que tal prática fosse efetivamente organizada e estabelecida.

O termo *Sport* é a tradução da palavra “esporte” que, no século XIX, era visto como uma manifestação cultural. Contudo, seu significado começou a modificar com a passagem do século XIX para o XX. Tal termo é anterior à construção de teorias no campo esportivo e não representa o conceito da palavra “esporte” utilizado nos dias atuais.

O autor acrescenta ainda que o esporte foi uma manifestação cultural importada da Europa, por meio dos imigrantes europeus que vieram ao Brasil. O país tinha uma forte predisposição de copiar as práticas culturais da Europa, vindas de influências múltiplas, e, no caso dos esportes, decorrentes de escolas de ginástica, diversas, como a sueca, a alemã e a francesa.

Mello (2001) expõe que há três vertentes de manifestações consideradas *Sport*, naquela época: o esporte moderno,¹⁴ *Sport*¹⁵ e a manifestação¹⁶.

De forma mais pontual e direta, foi realizado um levantamento sobre os conceitos de ginástica, atividade física, esporte e educação física. A bibliografia utilizada foi o Dicionário Enciclopédico do Esporte (2007) e o trabalho de Luciano Bueno (2008), no qual se encontra a definição mais adequada para esta pesquisa. A importância em esclarecer esses conceitos se deve ao fato de, muitas vezes, estes termos serem utilizados como sinônimos, desprezando seu real significado.

¹⁴ Eram considerados esportes modernos: corrida de velocípedes, corridas atléticas, natação e futebol. Tal conceito será mais ampliado neste primeiro capítulo.

¹⁵ Tinham caráter de diversão e não eram considerados esportes modernos: corrida de cachorro e pombo correio, briga de galo, banho de mar, jogo do bicho, entre outros.

¹⁶ Eram organizações esportivas mais desenvolvidas. A partir destas ações, o campo esportivo foi se construindo. Exemplo: o turfe e o remo.

Conforme Tubino, Tubino e Garrido (2007), ginástica, palavra oriunda do grego *gymna-zein*, significa exercitar-se, definida como um conjunto de atividades físicas com objetivo de melhorar o corpo humano, o desenvolvimento da saúde, a estética, a correção de deficiências ou problemas físicos.

A atividade física também compreendida por exercício físico pode ser entendida por ações motoras de cada indivíduo, estabelecendo movimentos corporais que fazem parte da vida humana que variam de acordo com o volume e a intensidade de cada ação empregada. (*idem*).

O conceito de *educação física* foi ampliado e estabelecido por meio do Manifesto Mundial de Educação Física, atualizado em 2000. A educação física é um direito de todos. É um processo de educação, seja por vias formais ou informais, e tem por princípio interagir com as influências culturais e naturais de cada região, utilizando atividades físicas na forma de exercícios ginásticos, jogos, esportes, danças, dentre outros. Tem propósito educativo, visando o desenvolvimento e a aprendizagem de habilidades motoras dos seres humanos, sejam eles crianças, adultos ou idosos, promovendo educação efetiva para a saúde, ocupação saudável no tempo livre, e, finalmente, o desenvolvimento social e a busca por cidadania (TUBINO, TUBINO, GARRIDO, 2007).

Com relação ao termo *esporte*, há uma classificação quanto aos períodos históricos: o “esporte antigo” vai da antiguidade até o século XIX; o “esporte moderno”, após 1820, período que ocorreu a institucionalização do esporte na Inglaterra; e por último, o “esporte contemporâneo”, a partir de 1980, com a elaboração da Carta Internacional de Educação Física e Esporte, que estabelece as práticas esportivas e atividades físicas como um direito de todas as pessoas (*idem*, p. 856).

Bueno (2009) define, de forma objetiva, as conceituações relacionadas acima. Para ele, o conceito de *ginástica*, apesar do termo não ser utilizado frequentemente, é a aplicação de séries de exercícios corporais realizados apenas com o corpo ou com auxílio de equipamentos. A prática da ginástica foi influenciada pelas escolas alemã, sueca e francesa, e também era compreendida como exercício físico.

Com respeito à *atividade física*, Bueno (2009) entende que é um conceito mais amplo, que engloba a ginástica e outros modos formais e não formais de movimentação corporal. Utiliza a agilidade, a flexibilidade, a força muscular e a capacidade aeróbica para preparar o corpo humano, além de incluir atividades esportivas, recreativas, brincadeiras e atividades culturais.

Esporte é o conjunto específico de atividades físicas, normatizadas em práticas de grupos ou individuais, com a finalidade de atingir o lúdico, o prazer, o condicionamento físico e a competição. Bueno (2009) salienta que o conceito *desporto* é sinônimo de esporte e a palavra *desporto* é mais utilizada em texto de Leis, Decretos e na Constituição Federal, não excluindo a terminologia *esporte* de sua compreensão.

Por fim, *educação física* é o conhecimento sistemático, empregado com o intuito de entender e educar os movimentos do corpo humano, de forma coletiva ou individual. Seus significados estão relacionados aos efeitos físicos, psicológicos, sociais e culturais. Bueno (2009) esclarece que a ginástica, a atividade física, o esporte e a Educação Física são um campo científico de conhecimento sistematizado que envolve os aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais.

1.1.1 A influência das práticas esportivas no Brasil

No século XIX, a Educação Física¹⁷ consolidou-se como disciplina e aprimorou suas metodologias, consagrando conceitos básicos do corpo e da saúde como forças de trabalho, alicerçadas na Ciência (SOARES, 2012).

Naquela época, de profundas transformações na sociedade, devido ao crescimento urbano, industrial e social, a Educação Física passou a ser usada como ferramenta de doutrinação e disciplinarização do corpo e do indivíduo. Na Europa, principalmente na França e na Inglaterra, tais mudanças foram impactantes, pois se deram no momento crucial de construção e consolidação de suas sociedades.

A burguesia, por sua vez, queria transformar o ser humano em um “homem novo” que fosse forte e saudável, capaz de suportar todos os tipos de trabalho, quer seja no campo, na fábrica, no meio familiar ou escolar. Além disso, este novo homem deveria ser capaz de resistir a uma nova ordem político-econômica e à grande diversidade de condições sociais enfrentadas naquele momento. Essas mudanças não foram apenas nas condições físicas do corpo, mas, também, no âmbito cultural e intelectual (SOARES, 2012).

Neste sentido, podemos afirmar que a Educação Física foi um grande influenciador para a construção e transformação do homem e da sociedade, na qual o governo burguês estabelecia ordens para a maioria da população, e privilégios e direitos para uma minoria

¹⁷ O termo Educação Física com letra maiúscula será utilizado nesse trabalho quando estiver relacionado às questões científicas.

burguesa. Sendo assim, a maioria da população não deveria questionar, em momento algum, tais privilégios, pois, assim lhes alegavam, estavam ancorados em descobertas científicas.

Para Soares (2012), a burguesia tinha certeza de que ela mesma direcionava seu próprio destino e que os homens podiam transformar a natureza e criar suas próprias leis, baseando-se nas descobertas científicas, conquistando a “plena felicidade”.

Com a ascensão da burguesia e do capitalismo, crescia a desigualdade social, justificada pelo progresso. Com a necessidade de ocupar diversos tipos de trabalho, segregavam-se as classes sociais, ao valorizar-se a capacidade natural de cada indivíduo a partir de suas funções hierárquicas no mundo do trabalho.

As cidades europeias não acompanharam o progresso e o desenvolvimento industrial que aconteceram rapidamente e de forma desordenada, trazendo epidemias e destruições urbanas, atingindo as classes menos favorecidas. Esses fatores ocasionaram o afastamento da população mais pobre das áreas centrais urbanizadas, onde estava instalada a burguesia, levando-os para lugares mais distantes e com muita miséria. Mas,

Em 1848, as massas desesperadas que cresciam nos cortiços, alijadas de um processo ‘civilizatório’ que ajudavam a construir como força de trabalho, começam a tomar consciência de si como classe, evidenciando através da revolução social sua resistência e sua força. Os miseráveis eram agora uma dupla ameaça à burguesia no poder. De um lado, a organização da classe operária, de outro, as epidemias, as quais, embora nascendo nos cortiços, começavam também a atingir os ricos. Este quadro de ameaças exigiu a tomada de algumas providências para a reconstrução e o aperfeiçoamento urbano de forma mais sistemática (SOARES, 2012, p. 8).

Em meados do século XIX, a reorganização urbana direcionada pela burguesia visava a sanitização e higienização social¹⁸ como solução dos problemas, uma vez que, em seu discurso, as classes menos favorecidas eram descritas como pessoas viciadas, imorais, sem limites ou regras para viver. A partir deste discurso e com o objetivo de fornecer e garantir mais saúde e higiene, aplica-se a Educação Física como instrumento transformador e disciplinador, pois,

tem sido utilizada politicamente como uma arma a serviço de projetos que nem sempre aprontam na direção das conquistas de melhores condições existenciais para todos, de verdadeira democracia política, social e econômica e de mais liberdade [...], ela tem servido de poderoso instrumento ideológico e de manipulação para que as pessoas continuem alienadas e impotentes diante da necessidade de verdadeiras transformações no seio da sociedade (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 10).

¹⁸ “Tratava-se de trazer uma nova racionalidade científica para os abarrotados centros urbanos, implementar projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, e separar a loucura e a pobreza (SCHWARCZ, 2015, p. 46).

Alegando hábitos considerados mais saudáveis e morais, era possível doutrinar a população mais humilde a suportar a reorganização do espaço urbano, trabalho exaustivo, hierarquização das classes e até mesmo justificar as desigualdades sociais. Tudo isso calçado em métodos científicos, como exposto anteriormente. Como afirma Soares (2012), essas formulações científicas

tinham por objetivo determinar espaços e lugares para os indivíduos na sociedade. Não se afirmava mais que as desigualdades eram criações humanas, fruto de um regime político despótico, ou divinas, fruto da vontade de um ser supremo. Afirmava-se que elas eram fruto da própria natureza, as desigualdades dependiam agora de causas biológicas, as quais eram determinantes (SOARES, 2012, p. 11).

Ao longo do século XIX, as transformações sociais passaram a ser explicadas por estudos biológicos como a evolução das espécies, de Charles Darwin,¹⁹ a hereditariedade e a genética de Arthur Gobineau,²⁰ métodos de verificação do caráter natural e hereditário das aptidões, produzidos por Francis Galton. Com base nesses estudos, embasados em dados biológicos, a própria Ciência afirmava que as diferenças de classes e as desigualdades sociais eram por conta do fator hereditário, genético e sem possibilidades de alteração.

Segundo Soares (2012), inspirado no livro de Darwin, *A origem das espécies*, e preocupado com a evolução e a reprodução humana, Francis Galton começou a estudar uma nova ciência intitulada *eugenia*, termo criado por ele em 1883, cujo objeto de estudo era a herança biológica, baseando-se nas características físicas e não físicas dos seres humanos.

Galton escreve seu primeiro ensaio sobre hereditariedade humana em 1865, publicado em 1869, intitulado *Hereditary genius*, considerado até hoje o texto que fundou o termo *eugenia*. Nesta publicação, ele tenta provar por meio de métodos estatísticos e genealógicos, que a capacidade humana era função hereditária e não da educação (SCHWARCZ, 2015). “Francis Galton entendia que a eugenia seria a ciência que se preocuparia com a melhoria da raça humana e, para tanto, procederia à identificação dos seres mais bem-dotados física e mentalmente, favorecendo seus casamentos” (MARQUES, 1994, p. 48).

¹⁹ Darwin publicou o livro *A origem das espécies* em 1859, defendendo duas teses: a Teoria Evolutiva e a Seleção Natural. Para ele, todo organismo descende de modificações trazidas de seus ancestrais e é por meio da seleção natural que se perpetua e conserva minimamente essas características (FREITAS, 1998). “Charles Darwin utilizava as propostas e conceitos básicos da obra para a análise do comportamento das sociedades humanas. Conceitos como competição, seleção do mais forte, evolução e hereditariedade” (SCHWARCZ, 2015, p. 73).

²⁰ Autor de *Ensaio sobre a desigualdade das raças*, publicada em 1852 em quatro volumes, na qual procurava especular a razão da ascensão e queda de todas as grandes civilizações. A tese de Gobineau era de que a questão étnica seria a responsável pelo declínio de civilizações. Ele defendia que uma raça originalmente pura ao se misturar com outras se tornava degenerada, perdia suas qualidades essenciais, levando essa civilização ao declínio (SOUZA, 2013).

Não por acaso, a palavra “eugenia” vem do grego *eugenes* que significa “bem nascido”. Segundo o dicionário Houaiss (2009, p. 849), eugenia é a “teoria que busca produzir uma seleção nas coletividades humanas, baseada em leis genéticas [ou] aperfeiçoamento da espécie via seleção genética e controle da reprodução”. Eugenia não se resume apenas em uma seleção genética ou um controle de reprodução, é mais que isso. Para Soares (2012, p.14), a ciência eugênica “ousou explicar biologicamente a humanidade, fornecendo uma ênfase exacerbada na raça e no nascimento. Postulava uma identidade do social e do biológico, propondo-se a uma intervenção científica na sociedade, explicando o primeiro pelo segundo”.

Estes estudos vieram reforçar e garantir que as classes dominantes continuassem a obter poder, privilégios, domínio e autoridade sobre as classes desfavorecidas, pois seriam as únicas que poderiam manter uma sociedade “civilizada e próspera”.

Transformado em um movimento científico e social vigoroso a partir de 1880, a eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de ‘nascimentos desejáveis e controlados’; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e – talvez o mais importante – desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade. O movimento de eugenia incentivou, portanto, uma administração científica e racional de hereditariedade, introduzindo novas políticas sociais de intervenção que incluíam uma deliberada seleção social (SCHWARCZ, 2015, p. 79).

No Brasil, não foi diferente. O movimento eugenista chegou aqui no final do século XIX sob influência europeia. Tratava-se de um movimento muito popular no Brasil até os anos de 1930, pois higienistas consideravam que a *eugenia* estava diretamente associada à higiene social. Desta forma, acentuavam-se ainda mais as discriminações raciais, sob o disfarce de discursos científicos.

1.1.2 Eugenia e o esporte no Brasil

No período Imperial, poucas ações no setor esportivo foram realizadas. Contudo, a mais relevante foi a do Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, que deu o seu parecer sobre o Projeto nº 224 da "Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública" durante uma sessão na Câmara dos Deputados, em 2 de dezembro de 1882. Ele defendia a inclusão da educação física no currículo escolar brasileiro para as escolas normais (programa escolar, horas específicas para a atividade e material de estudo) e a

igualdade dos professores de educação física com as demais disciplinas, através das seguintes medidas:

1º - Instituição de uma secção especial de ginástica em cada escola normal.

2º - Extensão obrigatória da ginástica a ambos os sexos na formação do professor e nas escolas primárias de todos os graus, tendo em vista, em relação à mulher, a harmonia das formas femininas e as exigências da maternidade futura.

3º - Inserção da ginástica nos programas escolares como matéria de estudo, em horas distintas das do recreio, e depois das aulas.

4º - Equiparação, em categorias e autoridade, dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas (SOARES, 2012, p. 77).

A ideia de Rui Barbosa era “proporcionar” saúde e educação para o povo marcado pelo regime imperial, considerado caótico e atrasado, e se transformar em uma sociedade saudável e higiênica através da “Educação Física, ministrada nas escolas, [contribuindo] para forjar o indivíduo forte, robusto, saudável e disciplinado de que tanto carecia a nova sociedade brasileira em formação” (SOARES, 2012, p. 75).

Seu posicionamento repercutiu de forma negativa no meio burguês e a proposta não foi à provada. Para estes a educação física estava relacionada ao trabalho manual, onde o ensino esportivo era visto pela elite com menosprezo, tratando-se de uma coisa menor, inferior e pequena, considerada apenas para os escravos.

O branco livre não se imaginava exercendo uma profissão que lhe exigisse ocupação manual. O chefe de família digno não trabalhava: vivia de rendas ou da exploração parasita do trabalho dos outros. Se não era proprietário de terra ou comerciante, procurava locupletar-se em algum cargo burocrático da administração pública. Quando nenhuma dessas possibilidades surgia, sugava o trabalho escravo até a última gota (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 35).

Para a elite brasileira “era preciso constituir sujeitos cidadãos afinados com os símbolos daqueles novos tempos: a indústria, a cidade, o progresso, a tecnologia, a ciência” (MARQUES, 1994, p. 15) e, assim, construindo uma nova sociedade, sob os efeitos da educação moral,²¹ higiene²² e da hereditariedade, principalmente, na classe trabalhadora.

No final do século XIX e começo do século XX, o país passava por um período de transformações socioeconômicas, deixando o modelo colonizador rural-agrícola (Império)

²¹ Consistia em conscientizar a população de que a má saúde era decorrente da influência dos “maus hábitos”, como o alcoolismo, a vadiagem e a prostituição, dentre outros.

²² A Higienização teve como função a delimitação dos espaços, a ordenação urbana, o controle das vidas privadas dos indivíduos, a delimitação da circulação de pessoas consideradas não saudáveis.

para um paradigma que desejava se tornar urbano, industrial e comercial (Primeira República)²³.

Sob influência dos intelectuais que idealizavam construir uma nação homogênea, a ideia não era tanto valorizar o avanço científico, entendido aqui como incentivo à pesquisa, e sim, a ética científica, baseada numa “cientificidade difusa” e indiscriminada. A ciência penetra primeiro como “moda” e, só muito tempo depois, como prática e produção (SCHWARCZ, 2015).

Alguns autores afirmam que a ciência eugênica também foi utilizada para criar uma nova sociedade. Entretanto, quando se fala em eugenia no Brasil é preciso antes de tudo apresentar Renato Ferraz Kehl. Formado em farmácia e medicina, Kehl foi o grande defensor e articulador do movimento eugenista no Brasil, divulgou suas ideias em mais de 30 publicações, fundou e foi membro da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918. Esta instituição “foi a pioneira na realização de trabalhos mais sistematizados acerca da eugenia na América do Sul” (MACIEL, 1999).

Kehl defendia que as pessoas consideradas não saudáveis ou inferiores não poderiam ter filhos se não tivessem condições físicas adequadas. Para ele, uma solução possível era a restrição na proliferação humana por meio da higiene do corpo e do espírito, além de considerar que, somente pessoas ‘fortes, equilibradas, inteligentes e bonitas’ podiam ter maior número de filhos, uma vez que este estereótipo humano elevaria, progressivamente, a raça brasileira (MACIEL, 1999).

Fernando Azevedo, advogado, jornalista, educador, professor e sociólogo, a partir das ideias de Rui Barbosa, defendeu a importância da educação física e a eugenia da raça brasileira, “precursora, entre nós, da palavra científica na Educação Física, proclamando os elementos fisiológicos e psicológicos da ciência da saúde, a Educação Física cientificamente fundamentada, mostrando a importância, o valor, o papel do exercício na idade pubertária, para a formação do homem moderno” (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 41).

Pensar em eugenia em um país miscigenado é um paradoxo. Esta incoerência é observada por Schwarcz (2015, p.19) ao afirmar que a “década de 70 é entendida como um marco para a história das ideias no Brasil, uma vez que representa o movimento de entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental”.

²³ Melhores esclarecimentos podem ser encontrados em Schwarcz; Starling (2015).

1.1.3 As escolas europeias de ginástica

A partir do ano de 1800, surgem as primeiras escolas de ginástica, atividade também conhecida na época como “métodos ginásticos”. A origem dessas escolas corresponde às primeiras sistematizações sobre a ginástica nas sociedades burguesas.

Nessa época, a ginástica era considerada um remédio para os males que assolavam a sociedade. Usada como meio disciplinador, como ideia médico-higienista de regeneração da raça e promoção da saúde e da moral, tinha por objetivo desenvolver uma nova sociedade. Sob esta ótica, foi preciso criar alguns “métodos ginásticos”, que surgiram por toda a Europa, e cujas escolas alemãs, francesas e suecas foram as mais influentes no Brasil. Não iremos aqui nos aprofundar nesta questão, mas realizaremos uma breve apresentação de cada escola, a fim de mostrar suas semelhanças, diferenças e influências.

- Escola alemã

No início do século XIX, a ginástica tinha como principal objetivo desenvolver o espírito nacionalista em cada indivíduo, uma vez que a Alemanha estava passando por guerras e disputas territoriais. Era preciso construir uma sociedade forte, de corpo ereto, rígido, simétrico e saudável. Isso seria possível por meio de ginástica, aplicada aos homens que pudessem lutar por seu país e às mulheres, para que gerassem crianças saudáveis, futuros defensores da pátria.

A Escola Alemã de ginástica era alicerçada por leis biológicas, fisiológicas e de anatomia, tendo como característica relevante a orientação cívica e patriótica reforçada por instituições militares, que promoviam instruções físico-militares para as grandes massas.

No Brasil, o método alemão foi introduzido em meados do século XIX, por intermédio da imigração germânica, que tinha por hábito praticar ginástica diariamente. Com isso, inúmeras sociedades se formaram com a intenção de preservar as tradições alemãs e servir como local de socialização dessas pessoas. Em 1870, o exército brasileiro implementou oficialmente este método em suas Organizações Militares, com a divulgação do *Novo Guia para o Ensino de Ginástica nas Escolas Públicas da Prússia*. Tal proposta foi empregada até 1912 nas escolas militares (SOARES, 2012).

- Escola Francesa

Nesta, segundo Soares (2012), a ginástica integra a ideia de uma educação voltada para o desenvolvimento social, para toda a população, como uma forma de contribuir para a formação de um homem ‘completo e universal’, e não mais voltada apenas para militares.

O método francês foi idealizado na primeira metade do século XIX pelo espanhol naturalizado francês Francisco Amoros y Ondeano, baseado nas ideias dos alemães Jahn e Guts Muths e fundamentado em questões de caráter moral, patriótico e de desenvolvimento social. Amoros y Ondeano defendeu a existência de quatro modalidades de ginástica: civil e industrial (reunindo 15 séries de exercícios), militar, médica e cênica. Mais tarde, a Escola Francesa mudou o termo *ginástica* para Educação Física²⁴.

- Escola Sueca

Já a Escola Sueca teve seu início no século XIX, idealizado por Per Henrik Ling (1776-1839), e seus fundamentos eram balizados no nacionalismo e na regeneração do povo, e tinha como objetivo criar indivíduos fortes, saudáveis e livres de vícios. Tais teorias eram fundamentadas pela ciência, pautadas essencialmente na anatomia e na fisiologia, e eram mais preocupadas com a saúde física e moral do indivíduo.

Per Henrik Ling dividia sua ginástica em quatro partes: ginástica pedagógica ou educativa, ginástica militar, ginástica médica e ortopédica e ginástica estética.

Como é um ‘método de ginástica’ pautada pela ciência, com fins não acentuadamente militares, mas ‘pedagógicos’ e ‘sociais’, será utilizado sempre que as nações se encontrem em paz. O fato de apresentar uma ‘base científica’, a partir da anatomia e fisiologia, desperta o interesse dos meios intelectuais, que acabam justificando, seja pelo idealismo, seja pela razão, a necessidade de sua prática. (SOARES, 2012, p. 49).

O Movimento Ginástico Europeu surgiu a partir da necessidade do Estado em difundir preceitos higienistas, nacionalistas, pedagógicos e morais, entendidos como ferramentas para transformar a sociedade, tornando-a mais forte e mais saudável.

²⁴ Melhores esclarecimentos podem ser encontrados em Soares (2012) e Castellani Filho (2013).

1.2 O esporte na Marinha do Brasil

Apesar das poucas ações esportivas realizadas no século XIX, Garrigo e Lage (2005) expõem que as práticas esportivas eram realizadas na MB desde 1808, com a instalação da Academia Real de Guarda-Marinha, atual Escola Naval, que veio junto com a Família Real. Na formação dos oficiais constavam disciplinas com práticas de artes de marinheiros, exercícios militares e embarque. Nas atividades ligadas ao esporte, encontravam-se o manejo de armas brancas e de fogo, a equitação e a navegação de embarcações à vela.

Cabe ressaltar que não é objetivo desta pesquisa aprofundarmo-nos no período colonial, e, sim, realizar um breve levantamento histórico do esporte na MB a partir da criação da Liga de *Sports* da Marinha, em 1915.

No final do século XIX, o movimento republicano defendia a construção de um Brasil moderno, civilizado e organizado, inspirado em nações europeias consideradas sociedades mais instruídas. Paulatinamente, iniciou-se um processo de busca de consonância e identificação com o estilo de vida da Europa. Preconizava-se a necessidade de “civilizar” o nosso país, tornando-o “moderno” e aceito no rol das grandes nações do mundo (MELO, 2001).

Tais mudanças aconteceram, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro, sede do governo à época. Seus portos recebiam todas as novidades do mundo “moderno”, como produtos industrializados e refinados. A Capital da República refletia as influências externas nos aspectos sociais, culturais e de consumo.

A urbanização e o sanitarismo trouxeram hábitos considerados civilizados, como as práticas esportivas, proporcionando o cuidado com a saúde e a pretensão de desenvolvimento econômico, excluindo as características ligadas ao Império, classificadas como símbolos de atraso. Desta forma, desenvolvimento industrial e o crescimento urbano, o movimento esportivo cresceu fortemente no final do século XIX (CANCELLE, 2010).

Nas primeiras décadas do século XX, as práticas esportivas foram inseridas nos clubes, nas escolas e nas Forças Armadas. No universo militar, os esportes e a ginástica se constituíram em atividades diárias no cotidiano das unidades, observando-se uma forte interferência dos militares na vida social, como por exemplo, na difusão e regulamentação das categorias esportivas, na ampliação do movimento esportivo no Brasil, na caracterização do “esporte militar” nos quartéis, na inclusão das modalidades esportivas militares em âmbito civil e no comando de instituições reguladoras desportivas (CANCELLE, 2014).

Com a inclusão dos esportes náuticos, como vela e remo, a MB promoveu grandes competições com militares, oficiais e praças, que movimentavam a enseada de Botafogo, no Rio de Janeiro, estimulando o interesse da sociedade em geral. No século XX, com a reformulação estrutural da MB, os projetos de modernização em andamento e a inserção de outras modalidades de esporte, como o futebol, eram noticiados em periódicos, antes mesmo de sua institucionalização nas Forças Armadas (CANCELLEA, 2015).

Como não existia uma instituição militar que regulamentasse as atividades esportivas realizadas por militares, percebeu-se a necessidade de criar Ligas Esportivas com o intuito de centralizar, organizar e normatizar a participação de militares em competições esportivas. Assim, o Exército Brasileiro²⁵ criou, em 1915, a “Liga Militar de *Footbaal*”, e a Marinha do Brasil, a “Liga de *Sports* da Marinha”.

1.2.1. Da Liga de *Sports* da Marinha ao Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

No dia 15 de novembro de 1915, no Clube Naval, foi fundada a “Liga de *Sports* da Marinha”,²⁶ presidida pelo Capitão de Corveta Adalberto Nunes, tendo como secretário o Capitão Tenente Alberto de Lemos Bastos, e mais 89 oficiais da Armada, que eram sócios do Clube Naval.

Nesta primeira reunião, o Capitão de Corveta Amphilóquio Reis, um dos membros da Liga, propôs a composição da primeira diretoria com três funções de gestão ocupadas pelos seguintes militares: o Capitão de Corveta, Adalberto Nunes, como Diretor-Presidente; o Capitão Tenente, Alberto de Lemos Bastos, como Diretor-Secretário; e o Primeiro Tenente, Alfredo Sinay, como Diretor-Tesoureiro.

Foram apresentados, também, alguns modelos de proposta para a bandeira da Liga, rascunhado pelo Primeiro Tenente, Gustavo Goulart. O desenho aprovado em votação pelos membros foi “a bandeira constituída por uma âncora vertical feita a risco preto, sobreposto, com um *salva-vidas* circular vermelho, sobre o qual se veem em preto as iniciais do nome da

²⁵ Em 1915, o Exército Brasileiro fundou a “Liga Militar de *Footbaal*”, almejando organizar competições futebolísticas, pois contava com muitos militares que competiam em diversos clubes do Rio de Janeiro. Com a inclusão de outros esportes na entidade, em 1920, passou a se chamar “Liga de *Sports* do Exército”.

²⁶ A LSM foi, primeiramente, uma instituição de “associação civil, gozando de foros de repartição naval, com diretoria eleita na forma de estatutos sociais” (CANCELLEA et al., 2015, p. 25).

Liga, estando este conjunto sobre campo branco”.²⁷ Definiu-se que o nome oficial seria “Liga de *Sports* da Marinha”.

A LSM ficou com a responsabilidade de organizar, promover e divulgar as práticas esportivas na MB, por meio de jogos e exercícios, em campeonatos realizados anualmente.



Figura 2: desenho original do emblema do Pavilhão da Liga de autoria do Capitão Tenente, Gustavo Goulart.

Fonte: Acervo Histórico do CEFAN

Na assembleia realizada em 20 de dezembro de 1915 foram nomeados os militares responsáveis pelas modalidades esportivas coordenadas pela LSM: o Capitão de Corveta, Amphilóquio Reis, se responsabilizaria pela direção dos “serviços de remo”; o Primeiro Tenente, Eleazar Tavares, pelos “serviços de vela”; e o Segundo Tenente, Benjamim Sodré, pelos “serviços de futebol”.

Mesmo com a responsabilidade de divulgar e organizar os esportes na instituição, a regulamentação da LSM só ocorreu em 4 de janeiro de 1916, por meio da publicação Ordem do Dia nº 4, assinada pelo Vice-Almirante Alexandrino, Faria Alencar, Ministro dos Negócios da Marinha.

Sr. Chefe do Estado Maior da Armada. Declaro-vos, para fins convenientes, que, aprovando os institutos da Liga de Sports da Marinha, associação fundada por oficiais com o fim de concorrer para o desenvolvimento physico do pessoal da Armada, por meio de jogos e exercicios, com compeonatos annuaes, resolvi permitir que a citada Liga se corresponda com as autoridades da Marinha, em

²⁷ Informação retirada do *Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha*, V. I, Anexo I (1915-1920) do acervo histórico do CEFAN.

relação ao que fôr necessário a seus fins, e que as mesmas autoridades lhe facilitem os meios de acção, sem prejuizo para o serviço, fazendo-se os jogos sob a direcção da referida Liga e seus representantes nos navios, corpos e estabelecimentos, ficando a acção destes últimos sujeita à aprovação dos respectivos Commandantes.²⁸

No primeiro ano de atuação, foram adquiridas as primeiras taças para os campeonatos, por meio de verba do Clube Naval e por cotas extraordinárias de sócios que desejavam o título de “Fundadores”. As seguintes competições foram realizadas pela LSM:

- Taça N.E. Benjamim Constant - Campeonato de Vela, destinados para oficiais e praças.
- Taça Club Naval - Campeonato de Remo, comandado por oficiais, e tendo os praças como remadores.
- Taça Clube Naval - Campeonato de natação, para oficiais, suboficiais e praças.
- Taça Fundadores - Campeonato de *Water polo*, só para praças.
- Taça Clube Naval - Campeonato de Futebol, só para praças e em dois turnos.²⁹

Em 1917, todas as competições acima foram realizadas, além da criação de uma competição formal entre a Marinha (LSM) e o Exército (LMF), que ocorreu até 1924, chamada “Taça Flamengo”. Esta foi a primeira competição organizada pela LSM com o apoio da LMF e do Clube de Regatas do Flamengo, que doou a taça para a competição.

Já em 1918, as competições da agenda esportiva não foram realizadas por conta da Primeira Guerra Mundial, que contou com um contingente da Esquadra Brasileira. Devido a isso, só ocorreram às competições de *Water polo* e a “Taça Flamengo”.

Em meados de 1919, com a volta dos militares envolvidos na Primeira Guerra Mundial, foram organizados diversos eventos esportivos em comemoração do retorno da Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG), como os campeonatos de *Water polo*, de Remo, e a “Taça Flamengo”, além de uma “festa esportiva militar”.

²⁸ *Ordem do Dia n° 4*, de 6 de janeiro de 1916, que aprova a Liga de *Sports* da Marinha, informação retirada da Revista Marítima Brasileira, 1928, p.530.

²⁹ REVISTA, 2003, p. 534.



Figura 3: fotografias referentes às comemorações esportivas em homenagem ao regresso dos militares da Divisão Naval de Guerra, publicadas na Revista Careta, de 21 de junho de 1919.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 2018.

Abaixo, uma relação dos eventos e atividades realizados pela LSM durante os anos 1920:³⁰

1920 – Taça Flamengo; Campeonato de Vela; Campeonato de Natação; Campeonato de *Water polo*; Campeonato Remo; Campeonato de Futebol; Concurso anual de percentagem de nadadores; Prova de 40 km a pé para oficiais.

1921 – Taça Flamengo; Campeonato de Vela; Campeonato de Natação; Campeonato de *Water polo*; Campeonato de Remo; Campeonato de Futebol; Concurso anual de percentagem de nadadores; Prova de 40 km a pé para oficiais, suboficiais e inferiores;

³⁰ REVISTA, 2003; CANCELLA, 2014; CANCELA et al 2015.

Primeira Regata anual de Remo; Torneio *Initium* de *Football*; Campeonato de Cabo de Guerra; Campeonato de Atletismo; e competições na Escola Naval³¹.

1922 – Ano de muita representatividade para LSM, no qual foi comemorado o centenário da Independência do Brasil. Com o objetivo de organizar eventos comemorativos, foram planejadas duas festividades: a Exposição Internacional e os Jogos Esportivos.³² As Ligas Militares (LSM e LSE) foram convidadas pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD) para apoiar a organização das competições esportivas.

A LSM ficou com a responsabilidade pela aquisição de “material flutuante”, despesas pagas pelo Ministério da Marinha, que liberou 200 contos de réis para a participação da Força nos jogos. Antes dos Jogos do Centenário, as Ligas Militares não eram filiadas à Confederação. Suas participações só ocorriam por meio de convites. Então, devido a esses jogos, a LSM e a LSE resolveram pleitear sua afiliação à CBD, que foi aceita em acordo assinado em 3 de julho de 1922.

Pensando na realização dos Jogos Centenários, a LSM resolveu contratar, com o dinheiro liberado pelo Ministério da Marinha, instrutores de natação, atletismo e esgrima para a Escola de Educação Física, além de organizar regatas de remo e vela, competições aquáticas,³³ competições atléticas,³⁴ competições de tiro, torneios de futebol e torneios de cabo de guerra.

³¹ Com a mudança de sede da Escola Naval, foram criadas algumas competições para a instituição: Vela – Taça Carneiro da Cunha; Remo – Taça Alarico P. de Castro; Natação – Taça Willian Cundit; Futebol – Taça José Claudio; *Water polo* – Taça Tenente Mario Alves; e Atletismo – Taça Tenente Americo Freire.

³² Também chamados de Jogos Esportivos do Centenário, Jogos Olympicos Latino-Americanos e Jogos Athleticos Sul-Americanos.

³³ Natação, saltos e *Water polo*.

³⁴ Corrida, saltos em distância, altura e vara, e lançamento de peso, disco, dardo e retinida.

pelo Diretor Dr. S. M.
 O Presidente explicou que a proposta
 de Diretoria foi por objectivo a grande
 depois que fôr para o mar.
 O 1º Ten. E. Augusto propri que se
 deu a proposta de Diretoria
 na parte relativa a Causas ativas
 e passivas que decorriam da
 Causa de uniformes regulares pelos
 meios de mar.
 Depois a parte, com a proposta de C. T. B.
 sobre o qual se apresentou a 2ª Ten. E. Augusto
 as causas activas foram fôr
 approvadas de acordo com a proposta
 da Diretoria.
 Alguns mais houve a fôr e
 fôr aprovadas a fôr.
 João de Albuquerque
 D. J.
 Diretor a Diretoria.
 8. 1. 1922.
 Presentes os fôr diretores, fôr fôr
 e approvada a acta de fôr activas
 expedientes: Op. 6. 1. 22 de 1ª Ten. Augusto
 do fôr, e fôr de B. M. Augusto
 Comandante, que o seu fôr fôr fôr
 na Causa de fôr, Causa de B. M. Augusto
 do fôr de W. P. de Augusto
 de fôr fôr, dia 3 de fôr e 1º de fôr.
 e fôr de fôr fôr fôr fôr fôr fôr.
 fôr a 1ª fôr 6 fôr fôr, fôr fôr
 4º fôr e 5º fôr 5 x 0; dia 4: fôr fôr
 0 x 5, e 4º fôr e 1º fôr, fôr fôr fôr fôr,
 dia 5: fôr fôr e fôr, fôr fôr fôr fôr.

Figura 4: ata de 8 de janeiro de 1922.

Fonte: Acervo Histórico do CEFAN

A LSM teve funcionalidade de 1915 a 1940. Neste período, organizou e divulgou competições entre os militares da própria Marinha, promoveu competições entre o Exército e a Marinha, enviou equipes de remo, futebol e vela para eventos e competições militares e civis, realizou estudos para construção de um campo de futebol na Ilha das Cobras, firmou parcerias com clubes esportivos tradicionais³⁵ da cidade do Rio de Janeiro com a intenção de usar suas instalações esportivas, organizar provas e competições específicas da LSM em meios civis, e criou a Escola de Educação Física, em 1926.

³⁵ Clube de Regatas Flamengo, Fluminense Football Clube e Botafogo de Futebol e Regatas.

LIGA DE SPORTS DA MARINHA

Estatística oficial de frequência a provas e jogos sportivos desde o anno de 1916

Concorrentes	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	TOTAL
Officiaes	40	53	—	16	66	170	210	134	90	75	186	225	1265
Asp'rantes	—	—	—	—	12	526	419	318	26	260	249	225	2035
Sub-Officiaes	5	3	—	—	8	203	181	72	68	66	134	341	1081
Praças	201	441	34	481	1 513	1863	2192	2222	660	1662	2056	4279	17597
Aprendizes	—	—	—	—	—	—	—	428	249	—	285	339	1301
Civis	—	—	—	—	—	201	266	367	207	161	128	159	1489
Alumnos militares	—	—	—	—	—	—	—	45	—	—	—	—	45
Academicos	—	—	—	—	—	—	—	28	—	—	—	—	28
Somma	246	497	34	497	1 599	2963	3268	3614	1300	2224	3038	5568	24841

NOTA — No anno de 1918 a maior parte da Esquadra esteve na guerra européa.
No anno de 1924 os movimentos subversivos impediram a actividade da L. S. M.

Rio de Janeiro, 19 de Março de 1928.

Figura 5: estatística oficial de frequência em provas e jogos esportivos entre 1916 a 1927.
Fonte: Hemeroteca Digital, 2018.

No decorrer dos anos, a LSM mudou de nomenclatura diversas vezes: Departamento de Educação Física da Marinha (DEFM), em 1940; Departamento de Esportes da Marinha (DEM), em 1946; Centro de Esportes da Marinha (CEM), em 1953; Centro de Educação Física da Marinha (CEFM), em 1972; sua atual denominação, Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), por meio do Decreto-Lei nº 73.058/73, em 31 de outubro de 1973 (CANCELLA et al., 2015).

Com a missão de expandir o esporte e a educação física na Marinha do Brasil, em 1972, foram realizados estudos para a construção do complexo esportivo localizado na Avenida Brasil nº 10.590, no bairro da Penha, na cidade do Rio de Janeiro. Suas instalações tinham como limites: à frente, a própria Avenida Brasil; ao lado esquerdo, a Casa do Marinheiro; à sua direita, a Base de Abastecimento da Marinha; e nos fundos, as margens da Baía da Guanabara.

Um conjunto de instalações que permitam a continuação de suas atividades em nível compatível com técnicas e metodologias mais avançadas, atendendo às necessidades do ensino e prática da educação física e dos esportes, na área do Rio e tornando-se efetivamente um polo difusor dessas atividades na Marinha.³⁶

A partir de um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério da Marinha, em 1973, teve início a construção das instalações do CEFAN, dividida em duas fases: a primeira contemplaria “dois campos de futebol, seis quadras para basquete,

³⁶ Livro Histórico do Centro de Esportes da Marinha, V. III; Histórico Liga a C.E.M.

voleibol e futebol e duas quadras de tênis” (CANCELLA et al, 2015, p. 52). Tais instalações ficariam à disposição da Secretaria de Educação do Estado da Guanabara sob supervisão do Ministério da Educação e Cultura. A segunda fase deu-se com a construção do Conjunto Aquático, que contempla uma “piscina olímpica, uma piscina de salto, estação de tratamento de água, vestiários e demais dependências, concluídas no final do ano de 1973” (*idem*).

Além da construção dos prédios administrativos, do ginásio polivalente e do prédio da Escola de Educação Física, na época, adotou-se um estilo arquitetônico moderno feito de concreto aparente e sem impermeabilização. Posteriormente, construíram-se as pistas de atletismo, de pentatlo naval e militar, a garagem de barcos e a estante de tiros, totalizando um complexo esportivo correspondendo a uma área territorial de mais de 240.000 m². No mesmo ano, aprovou-se o distintivo do CEFAN, construído de símbolos navais associados à imagem do discóbolo de Míron, símbolo da educação física aprovada pelo Ministro da Marinha.



Figura 6: distintivo do CEFAN criado no ano de 1973.
Fonte: Site do CEFAN, 2018.

Na década de 1970, o CEFAN foi considerado uns dos melhores centros esportivos brasileiros, bastante moderno e desenvolvido.



Figura 7: primeira fase das obras no CEFAN.
Fonte: Acervo Histórico do CEFAN.

Com a ampliação das instalações esportivas do CEFAN, a preparação e a organização das atividades esportivas aumentaram significativamente. Muitas competições foram organizadas, de níveis tanto regionais e nacionais quanto internacionais, além de competições entre as Forças Armadas, com diversas modalidades esportivas.

Como órgão executivo das atividades de educação física e desportos da Marinha, o CEFAN sediou competições de diferentes modalidades esportivas ao longo de sua história, tanto internas da MB durante o seu chamado “Ano Esportivo”, como também competições nacionais e internacionais militares e civis. Na década de 1990, ainda apareceram os primeiros campeonatos da “Área Rio”, com competições realizadas entre os setores desportivos da MB. Ao CEFAN caberia planejar, organizar, elaborar, apoiar e divulgar as competições do Comando do 1º Distrito Naval (Com1ºDN) em cumprimento ao Calendário Desportivo da Marinha. O objetivo dos jogos era estimular a confraternização entre os militares dos diversos setores desportivos da MB. (CANCELLE et al, 2015, p. 70).

Nos anos 1970/80, o CEFAN organizava atividades de colônias de férias para grupos escolares de instituições educacionais públicas do seu entorno, com programações esportivas e apresentações cívicas. Além disso, o CEFAN manteve a Escola de Educação Física, criada em 1926, com o objetivo de formar monitores na área para atuar em OM’s da Marinha, formando anualmente cerca de 40 militares de carreira, sobretudo, como sargentos e cabos EP (Educação Physica).



Figura 8: atividades recreativas na piscina do CEFAN durante a Colônia de Férias de 1975.

Fonte: Acervo Histórico do CEFAN

Até os dias atuais, o CEFAN exerce a missão de apoiar outras OM's na manutenção e orientação do condicionamento físico do pessoal da Marinha. Promove cursos de capacitação e eventos científicos que abordam assuntos relativos ao esporte, à educação física e ao treinamento desportivo. Realiza, também, pesquisas e propostas sobre o condicionamento físico e práticas esportivas para o pessoal da Marinha. Apoia a Comissão de Desportos da Marinha (CDM) na organização dos calendários e das competições esportivas e na seleção de atletas de alto rendimento para representação em delegações esportivas da Marinha em eventos no Brasil e no exterior.

CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS DE GESTÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA MARINHA BRASILEIRA

O presente capítulo apresenta um breve histórico dos principais acontecimentos relativos à construção e consolidação da Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM). Introduce, ainda, as especificidades dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos custodiados por esta Organização Militar, bem como as publicações e normas utilizadas para gestão de bens culturais e gestão documental no âmbito da Marinha do Brasil.

A Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha tem suas origens em 1943, no antigo Serviço de Documentação da Marinha (SDM), que, ao longo do tempo, recebeu diversas alterações no nome, na estrutura e em suas competências.

Criado no Rio de Janeiro em 8 de julho de 1943, pelo Decreto-lei nº 5.558/43, o Serviço de Documentação da Marinha, submetido ao Ministério da Marinha, tinha por finalidade conservar a documentação histórica e o patrimônio artístico da Instituição. Sua estrutura reunia a Biblioteca da Marinha, o Arquivo Histórico, a Revista Marítima Brasileira e o Departamento de História Marítima Brasileira, além do setor de pesquisa e divulgação da história da Instituição. (REVISTA, 2003).

O Serviço de Documentação da Marinha permaneceu com esta nomenclatura por dez anos, sendo modificada em 1953 devido à junção do Museu Naval com o Arquivo da Marinha³⁷, utilizando a estrutura já existente e passando a se chamar Serviço de Documentação Geral da Marinha. Em 1994, retomou o nome de Serviço de Documentação da Marinha.

Em 1997 ocorreram algumas modificações na estrutura organizacional da Marinha. Em 10 de julho daquele ano, por meio da Portaria nº 199, foi criada a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha (DPHCM), com o propósito de contribuir para o desenvolvimento das atividades relacionadas com a história e a cultura marítima brasileira, e também supervisionar e controlar o acervo cultural e histórico da MB nas diversas atividades culturais desenvolvidas pelas OM's. (REVISTA, 2003, p. 283).

As principais ações desenvolvidas por essa Diretoria relacionavam-se às áreas de arquivo, biblioteca, história e museu, por meio de atividades que incluíssem a realização de cursos,

³⁷ Havia dois arquivos: o Histórico e o da Marinha.

conferências, seminários e projetos culturais, assim como o assessoramento dos pesquisadores no âmbito interno e externo da Marinha Brasileira.

Devido a essa modificação, houve um desmembramento, e o Serviço de Documentação da Marinha ficou responsável pelo estudo, pesquisa e divulgação da História Marítima Brasileira e a conservação do patrimônio histórico e cultural da Marinha, estando subordinado à DPHCM.

Após 11 anos da reorganização da SDM e da criação da DPHCM, em 01 de julho de 2008, por meio da portaria nº 209, aconteceu a modificação da nomenclatura do SDM para Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) e a extinção da DPHCM, permanecendo com esta denominação até os dias atuais.

Com isso, a MB passou a ter em sua estrutura administrativa uma única diretoria especializada na área de patrimônio cultural, denominada Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), que tem como responsabilidade específica “exercer o controle e a supervisão geral das atividades históricas e culturais desenvolvidas no âmbito interno e externo da Marinha” (SGM-501, p.1-1, 2015).

A DPHDM é subordinada à Secretaria Geral da Marinha, que tem como missão contribuir com a preparação e aplicação do Poder Naval nas áreas da economia, finanças, patrimônio, informática, administração e controle.

A Secretaria Geral da Marinha, subordinada diretamente ao Comandante da Marinha,³⁸ é quem estabelece diretrizes, normas e procedimentos específicos para a gestão documental, gestão de bem culturais e gestão administrativa das Organizações Militares no âmbito da Marinha do Brasil.

Abaixo, uma tabela cronológica das mudanças desta diretoria.

Duração	Nomenclatura
1943 - 1953	Serviço de Documentação da Marinha (SDM)
1953 - 1994	Serviço de Documentação Geral da Marinha (SDGM)
1994 - 1997	Serviço de Documentação da Marinha (SDM)
1997 - 2008	Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha (DPHCM)
2008 -	Diretoria do Patrimônio Histórico e Documental da Marinha (DPHDM)

³⁸ O Comando da Marinha é o órgão do Governo Federal responsável pela Marinha do Brasil.

A Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha tem como missão a preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural da Marinha, contribuindo para a conservação de sua memória e para o desenvolvimento da consciência marítima brasileira.³⁹ Atualmente, integram sua estrutura organizacional os seguintes departamentos: Museologia, Administração, Arquivos e Biblioteca da Marinha, História, Publicações e Divulgação, e Meios Navais.

Atualmente a Diretoria está organizada conforme o organograma a seguir.

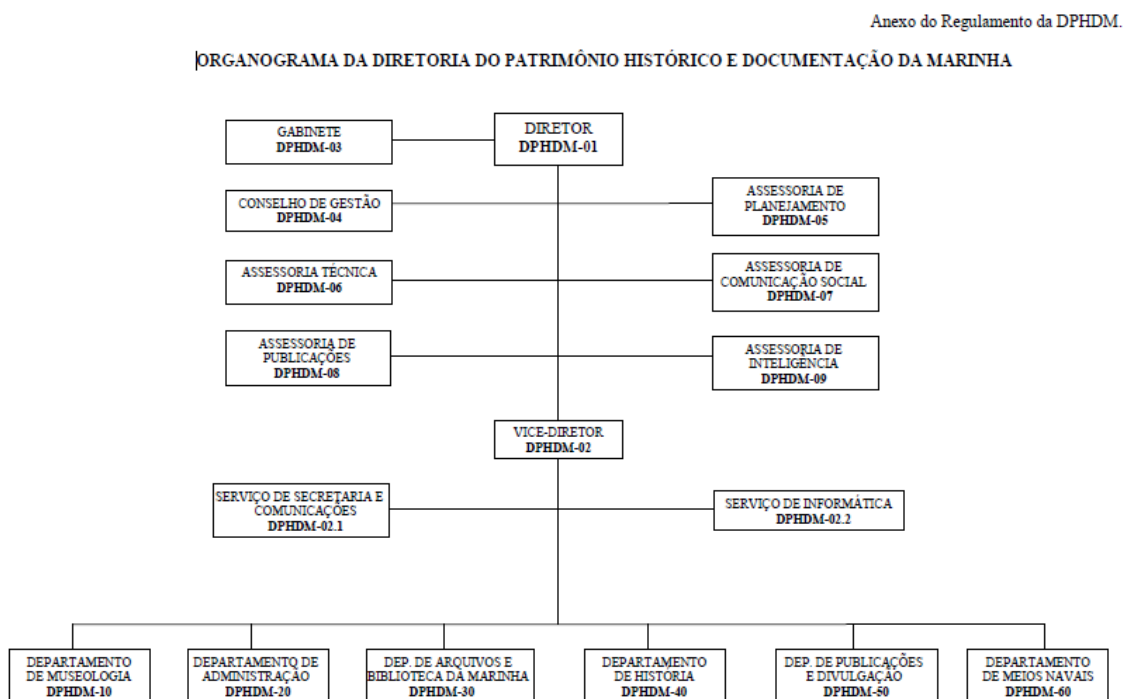


Figura 9: Organograma da DPHDM.

Fonte: Regulamento interno da DPHDM.

Como demonstra o organograma acima, as assessorias estão ligadas diretamente ao diretor, e na base do organograma estão os departamentos alusivos às atividades-fim desta Organização Militar.

Contudo, algumas bibliografias remetem a criação do Serviço de Documentação da Marinha relacionado à criação da biblioteca. Então optamos por apresentar a criação da biblioteca, o arquivo e o museu da Marinha de forma separada, para uma melhor compreensão.

³⁹ Mais informações podem ser obtidas em: www.dphdm.mar.mil.br

2.1 Biblioteca da Marinha

Cabe observar que algumas referências bibliográficas remetem o início do Serviço de Documentação da Marinha à criação da Biblioteca da Academia Real dos Guardas-Marinhas,⁴⁰ em 1802, na cidade de Lisboa. Posteriormente, em 1808, foi transferida para o Brasil e estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, vinda com a Família Real.

Em 17 de outubro de 1846, por meio do Decreto Imperial nº 479, criou-se a Biblioteca da Academia de Marinha,⁴¹ localizada no Arsenal da Marinha da Corte. Seu acervo era constituído por obras científicas, roteiros, mapas e documentação pertencente a diversos arquivos da repartição de Marinha.

Em 1999, após várias transformações, a Biblioteca da Marinha transferiu seu acervo bibliográfico para uma edificação localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro. O intuito desta mudança era abrigar e dar melhores condições de guarda e acondicionamento ao acervo e, assim, ampliar o atendimento aos usuários. O prédio⁴² em questão fica localizado na Rua Mayrink Veiga nº 28, Centro, onde a biblioteca funciona até hoje.

Inicialmente, a Biblioteca atendia apenas os oficiais e empregados da Marinha, e foi posteriormente aberta ao público, oferecendo publicações valiosas para o estudo de diversas áreas, dentre elas a História Geral, História do Brasil, História Naval, História Militar e Cartografia. O acervo possui aproximadamente sessenta e cinco mil volumes entre livros, folhetos, periódicos, material especializado na história naval, militar, geral e cartografia. Possui, também, uma coleção de obras raras e/ou antigas de inestimável valor histórico, tanto para a Marinha como para a própria cultura brasileira, que abrange os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX (FERREIRA, 2014, p. 4).

Acompanhando o avanço tecnológico, em 2003 a Biblioteca da Marinha iniciou um projeto para a construção de uma rede de bibliotecas na qual todas as unidades, no âmbito da Marinha Brasileira, pudessem utilizar um único *software* de gerenciamento de bibliotecas. O sistema escolhido foi o *Pergamum*,⁴³ utilizado por toda a rede atualmente.

Em 2004, foi criada a Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha (Rede BIM), com a intenção de “padronizar os dados bibliográficos de suas bibliotecas e disponibilizá-los por meio de uma rede de consulta única para os usuários [pois] as bibliotecas militares possuem

⁴⁰ Também conhecida como Depósito de Escritos Marítimos.

⁴¹ Algumas bibliografias denominam apenas como Biblioteca da Marinha.

⁴² Prédio tombado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio do processo PL 842/90, por seu valor arquitetônico, histórico, artístico e cultural, o prédio anteriormente pertenceu à distribuidora de filmes EMBRAFILME. Em 2013, o Patrimônio da União do Rio de Janeiro passou de forma definitiva a posse deste prédio para a Marinha do Brasil. (BRASIL, 2014).

⁴³ O *Pergamum* foi desenvolvido, e é administrado e comercializado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, desde 1997.

um público potencial no âmbito militar e no acadêmico” (GLAD; ESPÍRITO SANTO; FERREIRA, 2013, p. 3).⁴⁴

As principais vantagens observadas com a implementação da Rede BIM foram a utilização de um “sistema único de consulta e de entrada de dados, a redução de gastos, a racionalização de aquisições, maior integração entre os bibliotecários, maior eficiência nos atendimentos, catalogação cooperativa e empréstimo entre bibliotecas” (*idem*).

A Biblioteca da Marinha está subordinada ao Departamento de Arquivos e Biblioteca da Marinha. Dentre suas atribuições, além de atividades inerentes a qualquer biblioteca, gerencia a Rede BIM, contando com um acervo diversificado que aborda os campos científicos, tecnológicos, filosóficos, geográficos, históricos, bem como assuntos gerais relacionados aos séculos XVI até o século XX. Possui três divisões sobre sua responsabilidade: “Divisão de Materiais Especiais”, com duas seções: de Mapoteca e de Obras Raras; “Divisão de Acesso ao Material Bibliográfico”; e “Divisão de Processamento Técnico”.

A BM incentiva o hábito da leitura por meio de dois projetos de extensão para os militares na Marinha Brasileira. O primeiro é a “Biblioteca Rotativa”, que constitui o envio de caixas para navios da Marinha em comissões. São cerca de 100 a 140 livros de assuntos diversos da literatura brasileira e estrangeira. O objetivo é fornecer leitura, estimular a construção do conhecimento e servir de entretenimento aos militares embarcados. O segundo projeto, chamado “Biblioteca Volante”, consiste em um ônibus adaptado que transporta livros para OM's de terra que não possuam biblioteca ou para OM's solicitantes.

Atualmente, a rede possui 49 bibliotecas. Cada acervo é especializado em assuntos de interesse de cada OM, possibilitando uma maior ampliação de assuntos de interesse da Marinha.

As bibliotecas integrantes da rede não são subordinadas administrativamente à Biblioteca da Marinha, mas devem seguir as diretrizes e normas para a confecção e execução de suas próprias políticas e atividades, segundo a proposta da SGM-501. Acerca do processamento técnico, é indicada a utilização da Classificação Decimal de *Dewey* (CDD) ou a Classificação Decimal Universal (CDU). Para a catalogação das obras é recomendado o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) e o Formato utilizado é o MARC21.

⁴⁴ Destaca-se que este projeto foi premiado, em 2005, no 10º Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal, enquadrado no projeto de homologação de sistemas na MB. Foi reconhecido como uma experiência tecnológica que reduziu gastos orçamentários no setor público (SIQUEIRA, 2012).

2.2 Arquivo da Marinha

Diferentemente da biblioteca, nem sempre existiu um arquivo na estrutura institucional da Marinha. Suas origens remontam a ano de 1834 por causa do Cartório da Contadoria do Arsenal da Corte, uma espécie de arquivo geral, em que deveriam “ser depositados cômoda e seguramente, os livros e papéis findos de todas as diferentes estações de arrecadação da Fazenda da Marinha” (REITZ, 2007, p. 35).

Anos mais tarde, foram publicados, por meio de leis, algumas tímidas ações alusivas à acumulação, guarda e organização de acervos. Na segunda metade do século XIX, legitimaram-se dois Decretos e uma Ordem, descritos a seguir.

Decreto nº 114, de 4 de janeiro de 1842, que determinaria como seria a composição de um Cartorário. Ele teria “a seu cargo a guarda de todos os papéis, e livros da Secretaria já concluídos, e bem assim a sua Livraria” (REITZ, 2007, p. 35).

No ano seguinte, por meio da Ordem nº 22, do Quartel General da Marinha, determinava-se que os Comandantes de Navios guardassem todos os documentos que fossem destinados ao Quartel General da Marinha, e, em caso de extinção de alguns destes navios, seus documentos deveriam ser entregues, na Corte, ao Quartel General; e nas províncias, ao Comandante da Divisão ou Força Naval.

Por fim, o Decreto nº 351, de 20 de abril de 1844, publicou um Plano de Reforma da Secretaria de Estado de Negócios da Marinha, definindo alguns meios de guarda e organização dos documentos, conforme a imagem abaixo apresenta.

Art. 13. O Cartorario terá a seu cargo a guarda de todos os papeis e livros da Secretaria já concluidos, e bem assim a sua Livraria: não dará para fóra livro algum, e mesmo qualquer papel, sem ordem do Official Maior; terá hum livro, onde lançará tudo quanto sahiir do Cartorio, declarando porque ordem sahio, e qual o destino, e quando tornar a entrar, fará no assento da sahida a competente declaração da entrada. Os Officios e mais papeis do anno findo serão emmassados, contendo cada masso o inventario do que nelle existe: neste inventario deve indicar-se o numero do Officio, sua data, de quem, e qual o seu contexto mui resumidamente, e tudo será conservado com asseio e ordem. Fechará e porá os sobr'escriptos em todo o expediente da Secretaria d'Estado, tendo muito cuidado em que vão todos os papeis citados nos Avisos, e responderá por qualquer falta, ou omissão que nisso haja.

Figura 10: Decreto nº 351, de 20 de abril de 1844.

Fonte: Collecções das Leis do Império do Brasil

A criação do Arquivo da Marinha só foi considerada anos mais tarde. Em 1859, por meio da publicação do Decreto nº 2359, de 19 de fevereiro, que reorganizava a Secretaria de Estado Civil; e, com isso, extinguiu os termos 'cartório' e 'cartorário', substituindo-os pelos termos 'arquivo' e 'arquivista'.

Pode-se perceber que é neste instante que ocorre a compreensão do conceito de arquivo dentro da administração naval, até então a função de guarda e conservação dos documentos era atribuída ao Cartório. Este ato pode ser considerado o gérmen precursor da origem do Arquivo da Marinha enquanto instituição, ou seja, a centelha que acendeu o interesse pelo seu surgimento (REITZ, 2007, p. 37).

Reitz (2007) informa que, antes de sua origem, a Administração Naval enfrentava muitas dificuldades, com a descentralização dos arquivos e as técnicas empregadas pelos arquivistas que não eram padronizadas. Cada um utilizava um método para a guarda dos seus "papéis", portanto, como não havia uma metodologia própria, a manutenção e guarda desses documentos dependia, única e exclusivamente, do zelo e da dedicação dos funcionários destas repartições.

As evoluções ocorreram na estrutura da administração naval em função do aumento da atuação da Marinha principalmente pela Formação do Estado Brasileiro e das mudanças de regimes no país, as Organizações que surgiam criavam o seu próprio arquivo setorial. Sendo assim, iniciou-se um processo natural de descentralização dos arquivos (XAVIER, 2014, p. 61).

Em 1907, o Arquivo se consolidou como uma organização na Marinha, por meio do Decreto nº 6.510, que reorganizou a Biblioteca e Museu da Marinha, acrescentando o Arquivo à sua nova estrutura, passando a ser chamada de Diretoria da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha. Deliberando, assim a função de cada uma delas:⁴⁵

Art. 1º - A Biblioteca da Marinha é uma repartição, subordinada ao Ministro da Marinha, destinada a proporcionar meios de instrução a oficiais, inferiores e praças de qualquer classe da armada, aos empregados das repartições da marinha e ao publico em geral.

Art. 2º - O Museu tem por fim coligir e expor quadros históricos, retratos, bustos e estatuas de oficiais brasileiros ou estrangeiros que tenham prestado relevantes serviços ao Brasil, modelos, máquinas, armas, troféus e mais objetos que interessem á armada nacional.

Art. 3º - O Arquivo destina-se a guarda e conservação de todos os documentos remetidos pelas inspetorias navais e diretorias (BRASIL, 1907).

Após várias reformas estruturais e hierárquicas, atualmente o Arquivo da Marinha está subordinado ao Departamento de Arquivos e Biblioteca da Marinha, que por sua vez está subordinado à Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, tendo como fim a custódia, o processamento técnico, a preservação dos documentos sob sua guarda e a garantia de acesso aos documentos para o público em geral. Possui três divisões sobre sua responsabilidade: Divisão de Documentos Escritos, Divisão de Documentos Especiais e Divisão de Acesso à Documentação. Neste estudo somente serão levados em consideração os trabalhos realizados na “Divisão de Documentos Escritos” e na “Divisão de Documentos Especiais”. Estas Divisões fazem a guarda e preservação de documentos na fase intermediária e de guarda permanente, fase na qual se encontram os documentos históricos do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes, cujo acervo é o objeto de estudo desta pesquisa.

O acervo arquivístico do Arquivo da Marinha é composto por documentos que datam do século XVIII até os dias atuais. Sua massa documental possui mais de 30 milhões de registros, que dizem respeito à história e à cultura do Brasil, de Portugal e da Europa. Possui fundos de Organizações Militares ativas e extintas. Podemos citar como exemplo o Fundo do Almirante Joaquim Marques Lisboa (Marquês de Tamandaré), considerado de valor histórico-institucional para a Marinha.

Contemplam, também, coleções completas das edições do Diário Oficial da União, Legislação Real Portuguesa, Leis do Brasil, Livros-Mestres, Boletins de Pessoal e Administrativo, Almanques dos Corpos e Quadros, Relatórios dos Ministros e Comandantes

⁴⁵ Para mais detalhes sobre a história do Arquivo da Marinha, pode ser consultado o trabalho de especialização REITZ, 2007.

da Marinha, livros dos estabelecimentos, dos navios de guerra e mercantes, e todos os documentos administrativos produzidos ou recebidos pela Marinha e enviados para a custódia do Arquivo da Marinha.

O acervo arquivístico mencionado acima foi tombado no ano de 2002,⁴⁶ pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC), como parte integrante da cultura do estado. Segundo a descrição do INEPAC, “O tombamento tem por objetivo, garantir a permanência desses acervos documentais e bibliográficos no Rio de Janeiro, preservando a sua característica de centro cultural do país e a valorização de sua história intelectual” (RIO DE JANEIRO, 2002).

As atividades do Arquivo da Marinha são divididas em duas etapas: Gestão Documental e Preservação Documental. A primeira é atinente aos procedimentos de normatização e orientação às atividades das Organizações Militares (OM) em assuntos relacionados à gestão documental. A segunda é uma atividade específica desta Organização Militar, pois é a única organização, que detém documentos permanentes e tem a guarda de documentos de valor histórico, cultural e científico, no âmbito da MB (XAVIER, 2014).

O Arquivo da Marinha recebe anualmente cerca de 8.000 documentos no período destinado à transferência/recolhimento, enviados por outras Organizações Militares de acordo com os padrões normatizados. A “Divisão de Documentos Escritos” é a responsável pelos trâmites e tratamento dos documentos recebidos. Para isso possui três seções para realizar suas atividades, “Protocolo e Triagem”, “Gestão Documental” e “Guarda”, conforme descrito a seguir.

- Seção de Protocolo e Triagem – recebe, confere e indexa os documentos recebidos;
- Seção de Gestão Documental – protocola a documentação recebida da seção de Protocolo, orienta a política de gestão de documentos na MB, elabora instrumentos de pesquisa para disseminar a informação existente na DPHDM, propõe e atualiza a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD), cumpre as etapas de avaliação, eliminação e guarda permanente dos acervos e propõe critérios de valoração de documentos na MB;
- Seção de Guarda – arquiviza, conserva, preserva, guarda, restaura, quando necessário, os documentos permanentes, realiza pesquisa para os usuários e atende aos pedidos oriundos da Lei de Acesso à Informação (XAVIER, 2014).

⁴⁶ Tombamento Provisório: 30.12.2002. Nome: Acervos documentais e bibliográficos sediados no Estado do Rio de Janeiro. Localização: Serviço de Documentação da Marinha.

A Divisão de Documentos Especiais tem sob sua guarda material iconográfico, filmográfico, audiovisual, micrográfico e sonoro de Organizações Militares e personalidades sobre fatos históricos. Esta Divisão possui as seguintes seções em sua composição: Seção de Iconografia, Seção de Gravações Sonoras e Cine-vídeo, e Seção de Microfilmagem.

Como o acervo histórico do CEFAN possui documentos iconográficos, iremos nos atentar apenas à seção destinada a este tipo de documento. Trata-se da “Seção de Iconografia”, que recebe, confere, indexa, conserva e preserva os documentos iconográficos, controla o acervo sob sua guarda, realiza a renovação das mídias para mantê-las tecnologicamente atualizadas e realiza a guarda da documentação para pesquisa.

O Arquivo da Marinha é uma instituição reconhecida como Instituição Arquivística Pública do Poder Executivo Brasileiro, pela Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional Brasileira de Arquivos Públicos e Privados. É integrante do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), cujo propósito é implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando a gestão, preservação e acesso aos documentos de arquivo. Tem como órgão central o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) (BRASIL, 1991).

Como o Arquivo da Marinha é a única organização da MB que guarda e preserva documentos nas fases intermediária e de guarda permanente provenientes das Organizações Militares da Marinha, que anualmente transferem sua documentação para o arquivo, há a necessidade de um sistema de arquivos para realizar as descrições de forma padronizada e que sigam padrões nacionais e internacionais.

Com o objetivo de gerenciar, organizar e garantir acesso aos seus acervos, em conformidade com os preceitos da WEB 2.0 e o conceito de “transparência ativa”, criado pela Lei de Acesso à Informação (LAI), a DPHDM assinou um Termo de Cooperação Técnica, em 2012, com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), para a utilização da Base de Dados ARCH, que é uma versão customizada do *software* desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA), chamado ICA-ATOM,⁴⁷ o qual visava “a troca de experiências para que fosse acelerado o processo de instalação e utilização do ICA-ATOM no Arquivo da Marinha” (XAVIER, 2014, p. 17)⁴⁸.

⁴⁷ ICA-AToM (*International Council of Archives - Access to Memory*) é um *software* livre especializado na descrição de documentos de arquivos, indicado pelo ICA, por ser baseado na Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)) e na *International Standard Archival Authority Record (Corporate bodies, Persons, Families)* (ISAAR(CPF)) - 2nd edition, 2003. (XAVIER, 2014, p. 17).

⁴⁸ Maiores detalhes sobre a implementação do ICA-AToM na MB podem ser encontradas na dissertação de mestrado de XAVIER, 2014.

A utilização do sistema possibilitou ao Arquivo da Marinha realizar a descrição de cerca de quatrocentas Organizações da Marinha, contendo o histórico e a descrição das atividades desenvolvidas, divididos em: atividades-meio: aquelas necessárias para o suporte logístico das Organizações; atividades-fim: aquelas para as quais as Organizações foram criadas; e de documentos especiais, como fotos, filmes, heráldica, microfilmes, som, entre outros. Atualmente, sua base de dados está disponível para consulta na *internet* no *site* da DPHDM (XAVIER, 2014).

Além das atividades acima descritas, o Arquivo da Marinha realiza orientações e visitas técnicas em todo o país, cursos presenciais e à distância, palestras e treinamentos com a intenção de qualificar os militares que atuam com arquivo, divulgar os procedimentos de gestão documental e orientar na correta utilização da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD) e do Código de Classificação, para fins de preservação e guarda dos documentos.

2.3 Museu na Marinha

O Museu Naval (MN) foi criado em 1868, por meio do Decreto nº 4.116 do Ministro da Marinha, com o objetivo de divulgar as ações e os acontecimentos relacionados à Guerra do Paraguai. Teve sua primeira localização no Arsenal de Marinha da Corte, e era constituído de acervos que remetiam à preservação da Armada Nacional.

Com o aumento do acervo museológico, o museu foi transferido, em 1907, para o prédio da antiga sede do Clube Naval, na Praça XV, onde funciona até os dias atuais.

Nessa mesma época, o Clube Naval mudou-se para outro local, o que levou a Marinha a comprar este imóvel em 1906, estabelecendo aqui, em 1907, a sede do Almirantado brasileiro, a Consultoria Jurídica, a Biblioteca e o Museu da Marinha, estes localizados no pavimento térreo. (MOURA; DIAS, 2010, p. 128)

Em 1972, após vários anos de restauração, foram inauguradas as novas instalações do SDM, dentre elas o Museu Naval, que foi reaberto ao público no mesmo ano, passando a ter uma concepção mais historiográfica e museológica. Já em 1996, após uma fase de obras de revitalização na Praça XV e no “Mergulhão”, o prédio do Museu Naval sofreu problemas sérios em sua estrutura e precisou ser fechado para reformas estruturais. Então, em 2001, teve sua abertura, de forma tímida, e com concepção museológica pautada em culto aos heróis e factualização dos objetos, sendo apenas um espaço de contemplação (GAMA, 2013).

Após esse período de reforma, em 2006, com o prédio totalmente recuperado, o MN foi reaberto ao público para visitação, com a exposição de longa duração denominada “O Poder Naval e a Formação do Brasil”, construída sob um novo esforço historiográfico e uma nova ótica acerca das funções sociais dos museus (*idem*). Atualmente, o acervo museológico exposto no Museu Naval é formado por modelos navais (maquetes de navios), obras de arte, canhões resgatados de navios naufragados, figuras de proa, medalhas, entre outros objetos. (MOURA, DIAS, 2010).

Com o passar dos anos observou-se a necessidade de estruturar o Departamento de Museologia, que ficou responsável pela gestão, manutenção e administração das atividades culturais e educacionais da DPHDM; assim como manter, incorporar, expor e preservar o acervo de valor histórico, cultural e artístico desta Diretoria. O Departamento é composto pela Divisão de Acervo, pela Divisão de Museografia e pela Divisão de Educação em Museus.

A Divisão de Museografia ficou com a responsabilidade dos seguintes espaços expositivos: o Museu Naval (MN), apresentado anteriormente, o Espaço Cultural da Marinha (ECM) e a Ilha Fiscal (IF).

Com relação ao ECM, os equipamentos⁴⁹ estão localizados no final da Praça Quinze de Novembro, em frente à Avenida Presidente Vargas, no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Inaugurado em 1996, apresenta uma área expositiva de aproximadamente 1.100m², com atrações culturais envolvendo embarcações expostas: o Submarino Museu Riachuelo, o Contratorpedeiro Museu Bauru, o Helicóptero Museu Sea King, a Nau dos Descobrimentos e o carro de combate Cascavel, todos abertos para visitação. Além disso, o ECM possui dois tipos de passeios fluviais, sendo um pela Baía de Guanabara, e o outro, para a Ilha Fiscal.⁵⁰

A Ilha Fiscal foi transferida para a Marinha em 1913, pelo Ministério da Fazenda, e tem importância histórica, pois foi onde ocorreu “O Último Baile do Império”, marcando o fim do período monárquico no Brasil, realizado dias antes da Proclamação da República.

Além dos espaços expositivos, esta Divisão realiza exposições itinerantes em locais considerados de interesse cultural e educacional. Tem a intenção de despertar o interesse de alunos e visitantes pela cultura naval e promover a difusão dos conhecimentos sobre a realidade marítima no País. Os seguintes assuntos são abordados nessas exposições: “o poder naval”; “Amazônia Azul”; “Batalha Naval do Riachuelo” e “Almirante Tamandaré”.⁵¹

⁴⁹ São as embarcações expostas.

⁵⁰ Informações retiradas do site http://visit.rio/que_fazer/espaco-cultural-da-marinha/

⁵¹ Informação retirada da “Carta de serviço ao Cidadão”, disponível no *site* da DPHDM.

A Divisão de Acervos cumpre as seguintes ações: presta assessoria no planejamento e na coordenação de projetos de exposições, no âmbito da MB,; realiza fiscalização técnica com a intenção de averiguar a manutenção, a preservação e a exposição dos acervos das demais OM's; elabora pareceres técnicos, registros e manutenção de acervos museológicos da MB, além de controlar, registrar e conservar os bens tombados. É também responsável pela conservação, preservação e restauração de bens culturais, e pela elaboração e divulgação de normas técnicas e procedimentos de conservação, manutenção e exposição do patrimônio histórico e artístico da MB.

Outra atividade da Divisão é receber e controlar as “Fichas de controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha” (FCPHDM), provenientes do cadastramento do inventário dos objetos culturais de outras OM's, possibilitando o controle de todo o acervo histórico, cultural e artístico da MB. Ela acompanha os atos de baixa de navios ou extinção de estabelecimentos navais, de modo a obter o máximo de bens culturais para o acervo museal da DPHDM. O acesso a todo esse acervo está disponível de forma *online* pela base de dados Sistema de Museus (MIDAS).

Já a Divisão de Educação em Museus tem sob sua responsabilidade quatro projetos educacionais: o “Projeto Escola”, “Uma Tarde no Museu”, “Visitando a História” e “Uma aula no Museu Naval”.⁵² Moura e Dias (2010) afirmam que a intenção destes projetos educacionais é proporcionar aprendizagem aos estudantes e aos visitantes em geral, de forma interessante, alegre, divertida, e que contribuam para o crescimento intelectual do público em geral.

2.4 Normas e publicações

Após esclarecer como foram criados e organizados a biblioteca, o arquivo e o museu da Marinha, é importante e necessário apresentar as normas e publicações utilizadas para as gestão documental e de bens culturais desta instituição.

Com base nas publicações normativas da MB, publicadas pela SGM, observou-se que cada gênero documental segue padrões regulamentados para guarda, conservação e acesso. Há duas publicações que devem servir de orientação para a gestão de bens culturais e a gestão documental, que são: SGM-105 – Normas sobre Documentação administrativa e Arquivística na Marinha (NODAM); e SGM-501 – Normas para Gestão de Bens Culturais na MB.

⁵² Informações sobre tais projetos no site da DPHDM.

A primeira, SGM-105, estabelece procedimentos sobre a documentação administrativa, focando os aspectos da sua elaboração, tramitação, arquivamento, eliminação e transferência/recolhimento ao Arquivo da Marinha e, a segunda, SGM-501, contempla os três tipos de acervos (arquivístico, museológico e biblioteconômico), que tem procedimentos específicos para cada campo de atuação.

Além dessas publicações, há outros instrumentos exclusivos para a gestão de documentos, que são: o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD) referente à atividade-meio, criados pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); e o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD) referente à atividade-fim, criados pelo Arquivo Nacional. Tais instrumentos definem o ciclo de vida dos documentos produzidos e recebidos pelas instituições militares do País. A TTDD define prazos de guarda nas fases corrente, intermediária e destinação final.

- **SGM-105 – Normas sobre Documentação administrativa e Arquivística na Marinha (NODAM)**

A publicação SGM-105 – Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivística na Marinha, também conhecida como NODAM, tem a finalidade de estabelecer procedimentos sobre documentação administrativa, ou seja, abordar assuntos relacionados à elaboração, tramitação, arquivamento, eliminação e transferência.

Ela é disposta em trinta e sete capítulos que completam os seguintes tópicos: elaboração de documentos como Parecer, Ordem Interna (OI), entre outros; microfilmagem; documentos digitais; correspondência eletrônica; classificação, ciclo de processamento e avaliação, transferência, recolhimento e eliminação de documentos.

Logo no início da publicação é definido o termo ‘documento’, que, para a MB, é “toda documentação registrada em suporte material, suscetível de consulta, estudo, prova e pesquisa” (SGM-105, p. 1-1, 2013). Apresenta, ainda, os documentos de interesse, divididos por grupos documentais: documentos administrativos, documentos operativos, publicações e documentos especiais.

A NODAM esclarece também quanto ao valor do documento; ou seja, podem ter “valor primário”, como aqueles “relacionados [...] ao período de utilidade do documento para o cumprimento dos fins administrativos, legais e fiscais” (SGM-105, p. 6-1, 2013); e “valor secundário”, de uso para outros fins, não mais administrativos, para os quais foram criados,

mas pelo seu valor probatório, quando comprova a existência, o funcionamento e as ações da MB, ou, ainda, informativo, quando contém informações para fins de estudo e pesquisa.

Descreve o ciclo de processamento⁵³ dos documentos, os procedimentos arquivísticos⁵⁴ empregados, e estabelece o uso dos instrumentos de Gestão de Documentos.

Indica o uso da TTDD para definir o ciclo de vida e o Código de Classificação para identificar o assunto dos documentos produzidos e recebidos por uma OM, dividida por atividades-fim⁵⁵ (classe 100 a 600) e atividades-meio⁵⁶ (classe 000 a 090).

Designa a responsabilidade da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), que deve ser uma equipe multidisciplinar responsável pela avaliação dos documentos, a elaboração da tabela de temporalidade e o código de classificação. As Subcomissões Permanentes de Avaliação de Documentos (SPAD's) devem ser constituídas pelo comandante da OM, o imediato, um secretário da Secretaria do Comando (SECOM) e chefes de departamentos e encarregados de divisões.

Cada OM deverá estabelecer uma Subcomissão Permanente de Avaliação de Documentos (SPAD), que selecionará e ordenará documentos para recolhimento/transferência ou eliminação, devendo estas atividades ser realizadas anualmente no período de janeiro a abril. Tal subcomissão terá como referência o Código de Classificação e a TTDD. A partir desta análise, a SPAD, por meio de “Termo de transferência/recolhimento de documentos” ou de “Solicitação de autorização para eliminação de documentos”, encaminhará os documentos via ofício para a DPHDM/Arquivo da Marinha, no período de maio a junho.

Os documentos na fase intermediária, após a análise da subcomissão de avaliação de documentos, devem ser transferidos para o Arquivo da Marinha, no qual permanecerão à disposição para acesso e consulta dos interessados. Na fase de destinação final, o documento será eliminado ou terá a guarda permanente, caso contenha informações de caráter de prova, informação e pesquisa.

Tais documentos só poderão ser eliminados quando informada pela DPHDM sua autorização. Após a autorização, a OM irá preencher o Termo de Eliminação de Documentos e o Edital de Ciência de Eliminação de Documentos, e enviará para publicação do Diário Oficial da União. A eliminação só poderá ocorrer após 45 dias da publicação do Diário Oficial, e a OM deverá guardar o documento ‘Termo de Eliminação de Documentos’, assinado pela DPHDM/Arquivo da Marinha. Já os documentos transferidos e recolhidos

⁵³ Recepção, seleção, distribuição interna (tramitação), estudo, produção, expediente e arquivamento na OM.

⁵⁴ Classificação, seleção, ordenação e arquivamento.

⁵⁵ Atividades desenvolvidas em decorrência da finalidade da MB para seu funcionamento.

⁵⁶ Atividades que dão suporte à consecução das atividades-fim da MB.

ficarão sob a custódia do Arquivo da Marinha, respeitando a destinação do ciclo de vida de cada documento.

- **SGM-501 - Normas para Gestão de Bens Culturais na MB**

A respeito da SGM-501, que se refere às “Normas para Gestão de Bens Culturais na MB”, tem a finalidade de orientar as OM’s quanto à gestão de bens culturais que elas possuem. Através desta publicação, são estabelecidas normas e procedimentos técnicos específicos.

Ela é dividida em cinco partes, dispostas na seguinte ordem: “Atividades Museológicas”, “Atividades de Arquivo”, “Atividades de Biblioteca”, “Armorial⁵⁷ da Marinha do Brasil” e “Publicações Histórico-Cultural da MB”. Contudo, iremos ressaltar somente as partes mais relevantes para esta pesquisa.

A seção destinada às Atividades Museológicas é dividida em oito capítulos que abordam temáticas como: conservação preventiva, tipos de exposições, aquisição de acervo, dentre outras atividades.

A primeira parte da norma é destinada à apresentação de termos e expressões consolidados na área cultural na MB, além de mostrar os mecanismos de gestão de acervo e recursos humanos para a realização das atividades.

É importante apresentar a definição de bem cultural utilizada pela MB:

É o produto e o testemunho artística e/ou histórica de um determinado segmento social, sendo manifestação da dinâmica cultural deste mesmo grupo dentro do contexto regional e nacional a que pertence. Caracterizam-se como bens culturais da MB todos os produtos e manifestações materiais e imateriais sobre as tradições, a história e as criações científicas e artísticas que representam a história da instituição em âmbito nacional e que podem ser expressas pela tripulação militar e civil, ou por terceiros (SGM-501, p. 1-1, 2015).

Com base na definição acima, a MB apresenta uma lista de objetos que podem ser considerados bens culturais específicos para seus museus. Objetos como, por exemplo, quadros, placas, armamento histórico, insígnias, equipamento científico, entre outros. Acrescenta ainda que, caso outros materiais não estejam relacionados na SGM-501, a OM deverá consultar a DPHDM.

Também são definidos conceitos como ‘museu’, ‘espaço cultural’, ‘exposição/mostra’ e ‘espaço expositivo/sala de memória/galeria’. Por serem conceituações utilizadas como

⁵⁷ Livro em que se registram os brasões e heráldicas.

sinônimos até mesmo de maneira equivocada, é necessário apresentar as definições estabelecidas no âmbito da MB.

A MB define ‘museu’ como uma instituição sem fins lucrativos que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo os conjuntos e coleções considerados de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer natureza cultural, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Tal definição está alicerçada no Estatuto dos Museus através da Lei nº 11.904/09 (SGM-501, p.1-2, 2015).

‘Espaço Cultural’ é um local destinado à realização de eventos que relacione manifestações intelectuais ou artísticas, mas também pode ser um local destinado a exposições de bens histórico-culturais da MB (SGM-501, p.1-2, 2015).

A ‘Exposição/Mostra’ é um método de comunicação museológica que apresenta à sociedade as suas pesquisas, por meio de seus acervos. Através de conteúdos históricos, científicos e culturais, bem como de exposições, a MB divulga suas atividades e tem como propósito a conscientização de uma mentalidade marítima na sociedade brasileira. Por fim, o ‘Espaço Expositivo/ Sala de Memória/ Galeria’⁵⁸, que são espaços destinados às exposições temáticas relacionadas à missão à qual cada OM representa (SGM-501, p.1-2, 2015).

Contempla assuntos referentes à formação e incorporação de acervo, esclarece que cada OM é a depositária, a responsável pela guarda, conservação e preservação do acervo acumulado. Entende-se que o acervo de cada OM é um conjunto de bens acumulados que fazem parte de um patrimônio. Esses acervos ficam expostos na OM com a intenção de decoração, preservação (em salas de memória) ou divulgação (em espaços de exposição).

Esclarece que cada OM, além da responsabilidade pela guarda, manutenção, registro e controle, deve informar a situação, o estado de conservação, bem como qualquer alteração ou dano ao acervo, para a DPHDM.

A incorporação do acervo pode ser realizada por várias formas de aquisição, como compra, doação, transferência, coleta de campo, permuta, apreensão, espólio, depósito permanente ou confecção.⁵⁹

Independentemente da forma de incorporação, há um modelo de “Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha” (FCPHDM), que deve ser preenchida a fim de registrar os bens culturais incorporados ao acervo da OM. Uma cópia deve ser enviada

⁵⁸ No caso do CEFAN, o “Museu do Esporte na Marinha do Brasil” se adequaria melhor ao conceito Espaço Expositivo/ Sala de Memória/ Galeria; contudo, o termo “museu” foi utilizado seguindo as ordens do comando da época.

⁵⁹ As definições dos tipos de aquisição estão descritas na mesma norma.

para a DPHDM. O objetivo dessa ficha é facilitar a busca de informações sobre o acervo e assim disponibilizar tais informações em bancos de dados informatizados.

Há também outros instrumentos de controle, como – um dos mais relevantes o Livro de Registro de Bens Culturais, que tem a finalidade de registrar os bens sobre a guarda da OM. Possui dados como data, nome do objeto, procedência, meio de incorporação e foto do objeto. O principal escopo deste documento é proteger OM de qualquer dúvida sobre a origem ou destino do seu acervo.

A conservação de bens culturais na MB é compreendida como um conjunto de ações e medidas com o objetivo de prevenir ou retardar o processo de deterioração ou envelhecimento do bem.

As estruturas militares não são, em geral, concebidas para abrigar obras de arte. Todavia, para que qualquer objeto permaneça exposto e preservado na OM, são necessárias algumas medidas, em sua maioria simples e eficazes, tais como a preocupação com a umidade relativa, a poluição, a limpeza e a iluminação [...] Devido ao desgaste natural e ao manuseio, o bem cultural necessita de conservação permanente e sistemática (SGM-501, p. 3-1, 2015).

Pode-se observar a importância de uma norma tão específica para o tratamento de acervos históricos, tendo em vista que a maioria das OM's não possui profissionais da área de patrimônio. Vale lembrar que a DPHDM também disponibiliza assessoria e treinamento técnico para as OM's que não possuam profissionais qualificados para o tratamento do acervo.

Com a intenção de dar mais autonomia às instituições militares da MB, esta norma destaca um conjunto de ações de conservação preventiva que podem ser empregadas no dia a dia. Apresenta as principais causas de degradação e as soluções que possam ser adotadas; disponibiliza um manual de higienização para cada tipo de objeto, com tratamento específico, adequado para cada tipo de material, respeitando principalmente seu estado de conservação; além de dar orientações quanto ao acondicionamento de materiais tridimensionais, como medalhas, espadas, placas, tecidos, entre outros objetos que são muito comuns em museus no meio naval.

Destaca, ainda, a importância das OM's que possuem museu, espaço cultural ou exposições, e que tenham um local em boas condições para uma sala de reserva técnica, com acesso restrito e com controle de entrada, saída e consulta.

Além de contemplar a gestão, preservação e responsabilidade de cada OM, há uma parte destinada para orientação sobre planejamento e montagem de exposições. Classifica as exposições como de longa duração, temporária e itinerante. Apresenta a necessidade de uma

equipe multidisciplinar, as fases de criação da exposição, divulgação, manutenção e desmontagem.

As Atividades de Arquivo apresentam as normas, definições, e procedimentos de gestão e preservação. Definem documento arquivístico como um “documento produzido ou recebido, no curso de uma atividade finalística ou mantenedora, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação probatória, pesquisa ou referência” (SGM-501, p.9-1, 2015).

Apresentam as fases do documento definidas como corrente, intermediária e permanente, além de descrever as atividades de conservação preventiva para documentos arquivísticos, como higienização, manuseio, acondicionamento, armazenamento e mobiliário adequado.

Com a relação de Gestão de Documentos, esclarece que cada OM é responsável pelos seus documentos na fase corrente de arquivamento, e à DPHDM compete a gestão e acondicionamento de documentos nas fases intermediária e permanente, devendo a fase corrente permanecer na OM produtora.

Recomenda que a avaliação de documentos seja elaborada pela SPAD e siga o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade como referência.

Apresenta os livros de registro da MB, denominados Livro de Estabelecimento e Livro do Navio, que têm por fim registrar as atividades, bem como suas características físicas e históricas, realizadas pela OM durante sua existência. São documentos de valor probatório, histórico e de pesquisa, de guarda permanente. Há também o Livro de Quarto, destinado a registrar atividades, de forma cronológica, dos acontecimentos realizados nas OM's de terra e de navio, durante Serviço Armado na Sala de Estado (SE). Este livro, apesar de ser um documento probatório, depois de atingir o prazo de guarda, poderá ser eliminado pela DPHDM.

Esta norma é mais referencial, portanto, direciona o uso da norma SGM-105 - Normas sobre Documentação administrativa e Arquivística na Marinha, e os instrumentos de trabalho TTDD e Código de Classificação, para fins das atividades da gestão de documentos nas OM's.

Na parte destinada às Atividades de Biblioteca, instrui as demais OM's quanto à preservação de acervos bibliográficos, orienta para a consecução de normas relacionadas ao desenvolvimento de coleções, expõe as funções da REDE BIM e orienta quanto ao funcionamento das bibliotecas da Marinha.

Orienta que toda biblioteca integrante da REDE BIM tenha formalizado sua política de desenvolvimento de coleções, pois, por intermédio deste instrumento formal, é que se estabelece critérios, prioridades e objetivos para o crescimento do acervo bibliográfico direcionado para cada OM, por meio da seleção e aquisição.

A formalização de normas possibilita que as coleções cresçam de forma consistente, qualitativa e quantitativa, que contemple aspectos relativos à função e objetivos da biblioteca, usuários e necessidades, abrangências e níveis das coleções, tipos de materiais, critérios para alocação de recursos financeiros, de descarte e outros. (SGM-501, p. 10-9, 2015).

Com a política de desenvolvimento de coleções consolidadas nas bibliotecas, será possível desenvolver e atualizar o acervo, seguindo critérios previamente definidos, sendo um instrumento de planejamento e avaliação, bem como estabelecendo prioridades relacionadas a aquisição, seleção e descarte dos materiais.

Os acervos podem conter material impresso ou digital, devendo ser divididos por tipologias de obras, como, por exemplo, “obras de coleção geral”, que se compõe por livros, periódicos, folhetos, monografias, teses, manuais, normais, entre outros; “obras de referência”, como dicionários, atlas, guias, etc.; e “materiais especiais”, como mapas, obras raras, CD-ROM’s e DVD’s.

Assim como nas partes anteriores, dedica-se uma parte sobre conservação preventiva relacionada ao acervo bibliográfico, dividido em agentes físicos, físico-mecânicos, químicos, e biológicos.

2.5 Acervo do CEFAN

O conjunto documental aqui pesquisado é o acervo histórico do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), que contempla documentos arquivísticos e museológicos, mas também dialoga com a produção bibliográfica deste Centro, apresentada dentro da perspectiva biblioteconômica.

O acervo histórico do CEFAN possui documentos arquivísticos, e museológicos acumulados ao longo dos anos. São documentos do início do século XX que retratam a criação de uma instituição esportiva na Marinha do Brasil e suas transformações até o início do século XXI. Todo esse acervo representa uma parte da memória institucional desta Organização Militar, e deve ser preservada como patrimônio documental.

O acervo arquivístico é constituído por um conjunto documental que conta com obras manuscritas do início do século XX. Destaca-se o livro de Ata de criação, livros de relatórios e resultados de competições e livros de notas e disciplinas de alunos da Escola de Educação Física na Marinha Brasileira. Inclui também convites, livros de estabelecimento, dossiês, fotografias, *folders*, documentos administrativos, relatórios, ofícios, comunicação interna, totalizando aproximadamente 6,6 metros lineares de documentos.

O acervo museológico é representado por um conjunto de itens como troféus, esculturas, quadros de fotografias, maquete, uniformes e materiais esportivos, flâmulas, placas e um armamento, contabilizando 120 objetos museológicos.

Já o material bibliográfico que reúne a produção acadêmica produzida pelos pesquisadores do CEFAN não é considerado um acervo histórico, pois são documentos relativamente novos, que datam a partir de 2012. São trabalhos apresentados em congressos, artigos de revista e resultados de pesquisas do Laboratório de Pesquisa em Ciências do Exercício (LABOCE)⁶⁰, que futuramente poderão ser considerados patrimônio bibliográfico. Essa produção intelectual poderá refletir a evolução história da instituição, e, por isso, se justifica sua preservação. Atualmente, a composição deste acervo conta com 19 artigos, 17 relatórios técnicos, e 28 resumos apresentados em congressos.

Ao longo de sua existência, o CEFAN produziu e recebeu diversos documentos, que, hoje, podem ser considerados históricos, originados a partir das suas atividades e funções administrativas que retratam a evolução institucional e histórica do esporte na Marinha Brasileira.

Nesse momento, é importante evidenciar o caminho percorrido pelo conjunto documental arquivístico e museológico até a sua chegada ao CEFAN. Trata-se do retrato realizado a partir de mudanças das instalações físicas que ocorreram ao longo de sua existência até chegar ao local atual. Vale observar que tais documentos foram encontrados em condições precárias de armazenado, sem qualquer técnica de preservação e conservação.

Os documentos deste acervo têm seu marco inicial em novembro de 1915, data da criação da Liga de *Sports* da Marinha. Sua primeira instalação física foi na Ilha das Enxadas,⁶¹ em 1925, permanecendo lá até 1971. Posteriormente, a Organização Militar foi transferida provisoriamente para a Avenida Brasil, na Casa do Marinheiro, permanecendo ali até a

⁶⁰ O laboratório de pesquisa realiza pesquisas científicas em Ciências do Exercício e do Esporte; o alvo desses estudos são militares e atletas de alto rendimento. Realiza assessoria técnico-científica para equipes esportivas, cursos militares, inclusive de Operações Especiais, além de palestrar sobre a “Prevenção da Rabdomiólise no Treinamento Físico Militar” na Marinha do Brasil. Informações retiradas do site CEFAN.

⁶¹ A OM localizada na Ilha das Enxadas hoje é denominada Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW).

conclusão das obras das novas instalações. Surge, assim, o Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), localizado na mesma avenida.

Em nenhum documento foi encontrado qualquer depoimento ou relato sobre o percurso dos documentos até sua guarda no CEFAN; porém, pelo histórico institucional, concluímos que o acervo acompanhou a trajetória das mudanças físicas dessas instituições.

Após 1971, com a inauguração das novas instalações do CEFAN, localizadas na Avenida Brasil, no bairro carioca da Penha, o acervo histórico-arquivístico ficou sob a guarda do Departamento de Desporto até 2011. Nesse mesmo ano foram realizados no Rio de Janeiro os V Jogos Mundiais Militares (JMM), e uma das instalações esportivas utilizadas foi a do CEFAN. Com isso, o centro passou por obras de revitalização e modernização. Foi necessário concentrar objetos que “não seriam mais utilizados” num único lugar: cadeiras, mesas, armários, documentos, livros que estavam armazenados em caixas de engradado, entre outras coisas.⁶²

Com a conclusão das obras, todo esse material seria descartado. Foi então que um militar, suboficial, resgatou parte desse acervo arquivístico. Como não tinha local adequado para alocá-lo, o suboficial optou por armazenar uma parcela desses documentos na sala na qual trabalhava e a outra parte em sua residência. Permaneceu com a guarda desse acervo até o ano de 2015, quando uma bibliotecária foi transferida para o CEFAN e a guarda do acervo passou para a Superintendência de Ensino, na qual a biblioteca do CEFAN era subordinada. Em relação aos itens museológicos, alguns objetos ficavam expostos no rol do auditório do CEFAN, ao lado da entrada deste centro, assim como outros itens do acervo eram “guardados”, de forma improvisada, nos fundos do auditório,⁶³ até a construção do “Museu do Esporte da Marinha”.

Com a transferência deste acervo para a Superintendência de Ensino, em 2015, observou-se o quanto seria difícil organizar um acervo tão diversificado, principalmente pela falta de uma equipe multidisciplinar que contasse com arquivista, bibliotecário e museólogo para realizar tal atividade. Como a única profissional disponível na instituição era uma bibliotecária, foi necessário que a mesma envidasse esforços para buscar informações e estudar, teórica e metodologicamente, as diversas formas de organização e descrição de documentos que contemplassem a diversidade de gêneros, espécies e tipologias documentais

⁶² Informação obtida através de entrevista com o SO-EP Alcides realizada no dia 15 de agosto de 2017 no Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes.

⁶³ Informação obtida através de entrevista com o SO-EP Alcides realizada no dia 15 de agosto de 2017 no Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes.

que circulam na fronteira entre as fronteiras das três áreas de conhecimento: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Nesse sentido, os instrumentos utilizados para a organização do acervo em questão foram as normas institucionais da Marinha do Brasil: Normas para Gestão de Bens Culturais na MB (SGM-501), Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivística na Marinha (SGM-105), além de normas nacionais consolidadas, como a NOBRADE e a ABNT-6023, para assim possibilitar a criação de um instrumento de pesquisa capaz de organizar e divulgar as informações desse acervo histórico.

É importante esclarecer que não houve a intenção de substituir qualquer um desses profissionais da informação, mas, na impossibilidade de contar com mais técnicos e funcionários, buscou-se proporcionar melhores condições de organização, preservação e divulgação desses documentos. No caso do CEFAN, foi levada em consideração a sua realidade, que não possui equipe multidisciplinar, e a busca pelo conhecimento, a fim de melhorar as formas de organização.

Nesse sentido, é importante evidenciar que profissionais da informação que trabalham com acervos tão diversificados devem buscar experiências que articulem as três áreas do conhecimento.

Respeitadas as diferenças decorrentes da natureza de cada tipo de coleção alguns procedimentos são muito semelhantes. De qualquer forma, a compreensão dos aspectos teóricos envolvidos no tratamento da informação são essenciais na organização das coleções tanto na biblioteconomia, quanto na museologia ou na arquivologia, ainda que recebam denominações diversas e que os procedimentos adotados não sejam idênticos (ALMEIDA, 2016, p. 167-168).

Atualmente, o acervo do CEFAN está acondicionado numa sala de reserva técnica e inventariado de acordo com as orientações da publicação SGM-501.⁶⁴ Abaixo, pode-se visualizar os documentos e objetos quando foram entregues à Superintendência de Ensino e como hoje estão armazenados na sala de reserva técnica e expostos no museu.

⁶⁴ Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivística na Marinha (NODAM).



Figura 11: Condições de guarda do acervo histórico do CEFAN, em 2015.
Foto: Acervo Pessoal de Patricia Gross



Figura 12: Fotografias emolduradas localizadas no auditório, em 2015, antigo local de guarda do acervo histórico do CEFAN.
Foto: Acervo Pessoal de Patricia Gross



Figura 13: Primeiro local de guarda do acervo histórico do CEFAN (Sala de Estudos da Biblioteca), em 2015.

Foto: Acervo Pessoal de Patricia Gross



Figura 14: Sala da reserva técnica, atual lugar de guarda do acervo histórico do CEFAN (2017).

Foto: Acervo Pessoal de Patricia Gross



Figura 15 – Sala da reserva técnica, atual lugar de guarda do Acervo Museológico (2017).

Foto: Acervo Pessoal de Patricia Gross



Figura 16 – Museu do Esporte na Marinha do Brasil

Fonte: Comunicação Social da Marinha

O acervo histórico do CEFAN retrata a estrutura e as funções institucionais por ele exercidas, compreendendo os documentos produzidos e acumulados necessários para sua criação, seu funcionamento, e o exercício das atividades que justificam sua existência.

2.5.1 Relação do CEFAN com a DPHDM

Levando em consideração as normas e publicações descritas acima, foi verificado que o Arquivo da Marinha possui um fundo chamado ‘CEFAN - Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes’, dividido em três seções: AM – Atividade-Meio; AF- Atividade-Fim; e AE – Documentos Especiais, todas com acesso livre para consulta e pesquisa.

Como há uma parcela do acervo histórico sob a guarda do CEFAN, que representa uma parte da história desta instituição, é necessária a unificação desses acervos. Portanto, o local mais adequado para o arquivamento e acondicionamento é o Arquivo da Marinha, pois já possui uma estruturada e consolidada organização para todos os documentos que estão sob sua guarda, atendendo a todas as normas e publicações da área arquivística.

Para entender melhor o processo de gestão documental no CEFAN, foi necessário realizar uma consulta junto à Secretaria do Comando (SECOM), a fim de verificar qual procedimento estava sendo realizado no momento. A SECOM é a secretaria responsável pela guarda de todos os documentos administrativos, na fase corrente e de valor primário, que são recebidos e produzidos pela OM.

Portanto, foi visto que em 2018 a Subcomissão Permanente de Avaliação de Documentos (SPAD) deste centro realizou a avaliação dos documentos administrativos, para a realização da eliminação, transferência e recolhimento daqueles que se encontravam na fase intermediária e permanente, referentes aos anos de 2010 a 2012. Após preencher os termos, a documentação foi, higienizada, acondicionada e encaminhada para o Arquivo da Marinha, onde permanece, atualmente, em fase de análise, enquanto o CEFAN aguarda a resposta da DPHDM.

O objetivo em realizar essa consulta se deve ao interesse de enviar os documentos históricos do CEFAN para o Arquivo da Marinha, verificar se o procedimento adotado pelo Centro está seguindo as diretrizes de gestão documental prevista nas normas e publicações aqui apresentadas, e, assim, seguir o mesmo procedimento já adotado e implementado na Instituição.

O acervo arquivístico histórico do CEFAN, com documentos de valor secundário, probatório e informativo, é um dos objetos desta dissertação, pela importância de sua preservação e conservação para fins de estudo e pesquisa.

Seguindo as diretrizes da SGM 105 - NODAM, o Termo de transferência/recolhimento dos documentos foi utilizado como base para o inventário do acervo arquivístico do CEFAN (ANEXO II) e, assim, será possível sugerir o envio para a

DPHDM/Arquivo da Marinha, visando a guarda permanente desta massa documental. Para a realização do respectivo inventário também foram utilizados o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação Final.

No ano de 2016 surgiu o projeto para a criação do Museu do Esporte na Marinha do Brasil, e o Departamento de Museologia da DPHDM realizou uma consultoria técnica para orientação e execução do projeto. Com a criação do museu, foi possível pleitear uma sala de reserva técnica para os objetos que não ficariam na exposição, como previsto pela SGM-501.

Vale acrescentar que o documento de inventário dos objetos museológicos foi baseado na 'Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha' (ANEXO II), com o propósito de possibilitar um maior controle dos objetos de responsabilidade do CEFAN. Como é um modelo já previsto nas normas da instituição, mesmo diante das mudanças de comando e de responsável pelo acervo, a informação não será perdida.

CAPÍTULO 3 – ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, MUSEUS: FRONTEIRAS DA DOCUMENTAÇÃO

O presente capítulo tem por objetivo apresentar as principais características e atividades desenvolvidas em arquivos, bibliotecas e museus enquanto instituições de memória. A necessidade de descrever essas três áreas do conhecimento se deve ao ensejo de entender as semelhanças e diferenças entre elas para melhor abordar o acervo que é objeto dessa pesquisa.

Nora (1993) destaca, em seu livro ‘Entre a memória e a história’, a preocupação em se falar de memória. Para o autor, a memória é um processo vivido, conduzido por grupos vivos. Nesse sentido, tornam-se residuais os locais – ele acrescenta que há locais de memória porque não há mais meios de memória.

Nessa perspectiva, arquivos, bibliotecas e museus são espaços de relevância para a construção da história e da memória das sociedades para a humanidade. Considerados “lugares de memória”, segundo Nora (1993), ou “instituição-memória”, conforme Le Goff (2013), são instituições com fronteiras bem definidas, tendo como características comuns a conservação, preservação, custódia, divulgação, organização e acesso ao patrimônio cultural.

Para Nora (1993), os “lugares de memória” são espaços criados onde o indivíduo se identifica e se reconhece como agente. São lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade. Thiesen (2009, p. 65) acrescenta, ainda, que “lugares de memórias são portadores de identidades dos povos que eles representam, formadores e reprodutores da memória coletiva de grupos e nações”.

A preservação da memória é a garantia de permanência de uma época, pois é através do acesso a informação que se transforma uma sociedade, pois “toda a memória é em primeiro lugar uma faculdade de conservar os vestígios do que pertence já em si a uma época passada” (POMIAN, 2000, p. 507). Neste sentido, arquivos, bibliotecas e museus possibilitam a difusão do conhecimento, preservação do presente e do passado, além de ser um agente de ação cultural e informacional de uma determinada comunidade.

Quando se fala em preservar o presente, automaticamente, entende-se que a preservação do presente depende do passado. É no presente que se constrói a memória, através da necessidade de responder questionamentos que utilizam o passado para ser identificado e entendido. A memória não acontece por si só. Ela depende de documentos como fotografias, livros, objetos, cadernos, entre outros tipos de documentos, conhecidos como “suportes de memória” (MENEZES, 2007).

Os primeiros registros e meios de comunicação realizados pelos homens eram feitos pela linguagem oral, ou seja, eram passados de geração para geração através da tradição oral. Utilizava-se apenas a memória individual para a recuperação da experiência de um indivíduo para o outro ou para uma comunidade de pessoas. Portanto, por meio dos conteúdos da tradição oral é possível formar a memória coletiva, pois “a memória coletiva era constituída por uma sucessão de memórias individuais, cada uma delas recebendo as recordações das outras e conservando-as como suas” (POMIAN, 2000, p. 509).

Com a evolução da humanidade surgiram os primeiros sistemas de escrita, como desenhos e símbolos, que, com o passar do tempo, foram se aperfeiçoando até chegar à invenção do alfabeto. Portanto, a escrita vem a partir da necessidade humana de registrar, preservar, informar ou descrever acontecimentos considerados de importância para a história da sociedade. A escrita “é um conjunto de símbolos dos quais nos servimos para representar e fixar a linguagem falada, [além de] dá acesso direto ao mundo das ideias [...] permite ainda aprender o pensamento, e o faz atravessar o tempo e o espaço” (PAES, 2008, p. 15).

Menezes (2007) afirma que é através da linguagem que a memória é vista como um veículo de socialização; para ele a memória está relacionada à evolução humana, e a linguagem, à constituição da cultura. Portanto, a memória e a linguagem permitem escolhas, instituem e definem significados e valores, de maneira que o homem é um autor de história, variação, transformação e mutabilidade, e assim se torna um criador de memória social.

A passagem da linguagem oral para a linguagem escrita possibilitou a introdução de um novo elemento, denominado suporte, registro do conhecimento ou documento. Devido a essa evolução, tornou-se possível o armazenamento da nossa memória, permitindo assim a formação e o desenvolvimento dos primeiros acervos das instituições-memórias.

A invenção da escrita representa, pois, uma verdadeira viragem no processo de formação da memória coletiva: a partir de agora, de uma geração seguinte já não se transmitem apenas tradições orais, por um lado, e, por outro, objetos colecionados que não podem falar senão a linguagem de imagens. Transmitem-se também textos, documentos de todos os gêneros, e é a sua acumulação ao longo do tempo que permite mudar radicalmente de atitude face ao passado (POMIAN, 2000, p. 511).

Conforme Paes (2008, p. 15) afirma em a “evolução da escrita, o homem aperfeiçoou também o material sobre o qual gravava seus sinais convencionais, alterando, como consequência, lenta e progressivamente, o aspecto dos ‘documentos’, bem diferentes da forma pela qual hoje conhecemos”. Esta codificação da fala para a escrita possibilitou o registro em um suporte, documento ou artefato, permitindo assim a criação de novos acervos.

Podemos destacar a Biblioteca-Museu de Alexandria, instituição mais famosa que tinha como missão obter todos os livros do mundo. Criada no século III a.C., era considerado o maior acervo da Antiguidade, devido à grande quantidade de rolos de papiros e pergaminhos.

Para Le Goff (2013), o aparecimento da escrita está ligado a uma profunda transformação da memória coletiva, que teve duas formas de desenvolvimento. A primeira é a “comemoração”, que nada mais é do que a celebração de um monumento comemorativo, de um acontecimento memorável. A segunda forma é o “documento escrito”, que tem a função de armazenamento da informação, permitindo a comunicação através do tempo e do espaço, além de assegurar a passagem da esfera oral para a visual.

No entanto, a preservação da memória também nos remete ao esquecimento. Para preservar é necessário selecionar e quando se seleciona automaticamente existe o descarte e a eliminação. A “memória é um mecanismo de esquecimento programado” (MENEZES, 2007, p. 23).

A memória é um fenômeno individual e psicológico, ligado à vida social, que varia de acordo com a linguagem, seja ela oral ou escrita. A memória também é objeto de poder do Estado que produz diversos documentos e monumentos para escrever e manipular a história. A compreensão da memória depende do ambiente social e político. Trata-se de aquisição de regras e da posse de imagens e textos que representam o passado, de um certo modo de apropriação do tempo (LE GOFF, 2013).

Le Goff (2013) acrescenta ainda que a memória social é um dos meios fundamentais para abordar problemas do tempo e da história, relativamente ao qual está ora atrasada, ora adianta.

Nora (1993) amplia ainda mais o conceito de memória. Para ele, memória é vida, é um processo vivido e conduzido por grupos vivos, está em permanente evolução, entre lembrar e esquecer, é vulnerável a todos os tipos de uso e manipulações. A memória é um fenômeno sempre atual, um eterno presente, não se acomoda nos detalhes, alimenta-se de lembrança múltipla por natureza, coletiva, individual e plural.

Neste sentido, arquivos, bibliotecas e museus precisam essencialmente da memória para seu funcionamento. É através da memória coletiva que seleciona elementos da história, e a partir da memória individual para a constituição de um patrimônio coletivo. A memória coletiva se alimenta da memória individual através da reconstituição que se faz no presente.

Portanto, os museus, os arquivos, as bibliotecas, as coleções, entre outros, são o marco testemunhal de outra época. Logo, os “lugares de memória” não são produzidos de forma

espontânea. É preciso criar arquivos, organizar celebrações, registrar rituais, pois essas operações não são feitas de forma natural, são culturalmente construídos (NORA, 1993).

3.1 Documento

Como o termo documento tem várias definições, dependendo da área de atuação, se faz necessário deixar claro, nesta pesquisa, o conceito que será utilizado.

Na perspectiva do historiador Le Goff (2013, p.486), o documento pode ser escrito, ilustrado, sonoro, iconográfico ou de qualquer outro formato. O documento não é qualquer coisa do passado, mas um produto produzido pela sociedade de forma voluntária ou involuntária, através de suas relações de força e poder. Nesse sentido, o documento é algo permanente, é o testemunho e o ensinamento que deve ser investigado e questionado pelo historiador. Todo “documento é um monumento”.⁶⁵

Sob o ponto de vista de Otlet (1937), documentalista e advogado belga, considerado o pai da Ciência da Informação (CI), o documento é o livro, a revista, o jornal, a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, o filme, o disco, e toda a parte documental de outras formas e espécies.

Em seu texto ‘Documentos e Documentação’, Otlet (1937) define que a documentação é constituída por uma série de operações distribuídas hoje entre pessoas e organismos diferentes. Seja ele autor, copista, impressor, editor, livreiro, bibliotecário, documentador, bibliógrafo, crítico, analista, compilador, leitor, pesquisador, trabalhador intelectual.

Acrescenta, ainda, que a documentação acompanha o documento desde o instante em que ele surge da pena do autor até o momento em que impressiona o cérebro do leitor (OTLET, 1937).

Ainda no contexto da CI, Le Coadic (2004) define documento como um termo genérico que designa os objetivos portadores de informação. Ou seja, documento é todo artefato que representa ou expressa um objeto, uma ideia ou uma informação por meio de signos gráficos, icônicos, sonoros e visuais, podendo ser um suporte de papel ou eletrônico.

Portanto, a experiência humana, com toda sua diversidade e complexidade, tem acumulado e produzido registros e testemunhos ao longo de sua história. Esses registros são chamados de documentos, definidos tecnicamente como conjunto de informação e suporte,

⁶⁵ Monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação (LE GOFF, 2013, p. 486).

como, por exemplo, o livro, o prontuário médico, a carta, o cartaz, o vídeo, a legislação, os objetos utilitários, dentre outros.

Para que os documentos cumpram sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica, é imprescindível que estejam preservados, organizados e acessíveis. Desta maneira, essa é a responsabilidade das instituições de arquivos, as bibliotecas, os centros de documentação e os museus, que devem cumprir tais tarefas (TESSITORE, 2003, p.11).

Para Pomian (2000), todo documento é parcial, podendo ser uma relíquia, fragmento, objetos inanimados ou pedaços de seres vivos, que permita conservar uma relação com o passado. Uma ruína, como o resto de toda recordação, quer remontar no tempo e encontrar algo original já perdido, permitindo assim ressurreição do passado.

Logo, Paes (2008, p. 26) define o documento como “registro de uma informação independente da natureza do suporte que a contém”. Acrescenta ainda, a distinção entre o conceito de documento e de documento de arquivo, respectivamente: “1) Aquele que, produzido e/ou recebido por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades, constitua elemento de prova ou informação; 2) Aquele produzido e/ou recebido por pessoa física no decurso de sua existência”. Para Belloto (2014, p. 31), de uma forma sucinta, o que melhor define documento em arquivo é a unicidade.

Portanto, pode-se afirmar que o documento está relacionado às três áreas do conhecimento investigados nesta pesquisa. Contudo, precisamos delimitar seus campos de atuação para não confundi-las ou sobrepô-las, como define Caldeira (2005):

Os arquivos, as bibliotecas e os museus incluem-se entre as instituições culturais responsáveis pela armazenagem, conservação e divulgação dos acervos coletados ao longo de suas trajetórias. Os arquivos cuidam da organização e preservação de documentos históricos, administrativos e culturais. As bibliotecas, inicialmente, preocupavam-se com as obras impressas e multigrafadas; atualmente, selecionam, adquirem, recuperam e disseminam a informação para o usuário, independente de seu suporte. Os museus realizam mostras nas quais exibem todo tipo de objeto que apresente interesse histórico, arquitetônico, etnológico, antropológico, tecnológico, artístico e cultural (CALDEIRA, 2005, p. 141).

No tocante à conceituação de documento, as definições de Tessitore (2003) e Belloto (2015) serão consideradas nessa investigação, devido à caracterização dos acervos, respeitando-se cada área de atuação.

A forma/função pela qual o documento é criado é que determina seu uso e seu destino de armazenamento futuro. É a razão de sua origem e de seu emprego, e não o suporte sobre o qual está constituído, que vai determinar sua condição de documento de arquivo, de biblioteca, de centro de documentação e museu. As distinções entre essas instituições produzem-se portanto, a partir da própria maneira pela qual se origina o acervo e também do tipo de documento a ser preservado: pela biblioteca, os impressos ou audiovisuais resultantes de atividade cultural e técnica ou científica, seja ele criação artístico-literária, pesquisa ou divulgação; pelo arquivo, o material de uma gama infinitamente variável [...] oriundos de atividades funcional ou intelectual de instituições ou pessoas, e produzido no decurso de suas funções; pelo museu, os objetos que tanto podem ter origem artística quanto funcional (BELLOTO, 2015, p. 36).

Tessitore (2003) explicita que “não é a condição de um documento – manuscrito ou impresso, avulso ou encadernado, papel ou disquete, objeto ou não – que o define como um documento de arquivo, biblioteca, museu ou centro de documentação, mas, sim, a sua origem e função”.

Os arquivos possuem documentos acumulados organicamente por entidade pública, privada, pessoal ou familiar. É um órgão receptor, pois recolhe naturalmente os documentos produzidos administrativamente podendo ser únicos ou seriados. Podem ter finalidade jurídica, administrativa, social, cultural e/ou científica, e “tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa” (BELLOTO, 2015, p. 37).

No caso da biblioteca, uma entidade colecionadora, os documentos que a integram são de diversos formatos, podendo ser impressos, manuscritos, audiovisuais ou digitais, dentre outros, e sua função é a divulgação técnica, científica e/ou cultural. Esses documentos podem ser achados com mais facilidade, pois podem ser encontrados em mais de uma biblioteca. Já nos centros de documentação, os documentos podem ser de arquivos, bibliotecas ou museus. (BELLOTO, 2015)

Os museus também são órgãos colecionadores que se originaram a partir da atividade artística, civil ou comunitária. Seus documentos são tridimensionais, com características únicas ou múltiplas, das mais variadas formas e dimensões. Sua finalidade é a atividade educacional, cultural, científica e testemunhal. Portanto, percebe-se que os documentos têm uma aplicabilidade científica e sociocultural, estejam eles em arquivos, bibliotecas, centros de documentação ou museus (BELLOTO, 2015).

Como o documento é o objeto em comum na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia, o profissional da informação deve desenvolver atividades relacionadas às três áreas, com a intenção de guardar, preservar, organizar e divulgar a memória de uma determinada comunidade.

3.2 Fronteiras entre Arquivo, Biblioteca e Museu

Para não tornar longa a explanação sobre as três áreas (Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia) será apresentado um histórico de forma sintetizada de fatos considerados mais relevantes e representativos. Não será um texto comparativo, mas discorrerá a cerca da evolução histórica, relacionando as três áreas de estudo.

As origens dos arquivos, bibliotecas e museus confundem-se muito no percurso da História. No princípio eram lugares com escopos muito parecidos. Espaços que exaltavam a admiração e o culto às obras, com interesse pela guarda e preservação. Tinham métodos e estilos mais práticos, sem técnicas para a manutenção e para as atividades, e também não havia conhecimento arquivístico, biblioteconômico e museológico consciente.

Somente nos séculos XVI e XVII é que apareceram os primeiros manuais e tratados com procedimentos de técnicas de guarda, preservação e conservação dos materiais, como a descrição das peças e dos documentos, que consideravam informações relativas a legitimidade, procedência e característica dos itens.

As primeiras publicações são, respectivamente: *Advis pour dresser une bibliothèque* (1627) de Gabriel Naudé, considerada como obra percussora da biblioteconomia moderna; *Registratur* (1571), de Jacob Von Ramingem; e *De Archivis* (1632), de Balthassaris Bonifacii, primeiras obras dos princípios da arquivologia, e *Inscriptiones vel tituli theatri amplissimi* (1565), de Samuel Quicchberg, primeira publicação sobre coleções de museus. (TANUS, 2014).

Com a Revolução Francesa e a Revolução Burguesa, período marcado pela necessidade de criar uma sociedade moderna, tinha-se como ideais os princípios do Iluminismo de liberdade, igualdade e fraternidade, criando-se um ideário de Estado-Nação.

Essas mudanças se refletiram em vários aspectos, desde o contexto político até o econômico. Nesse sentido, os arquivos, as bibliotecas e os museus foram afetados, e passaram a ser lugares de disseminação da cultura, educativos e de pesquisa, e deixaram de ser apenas lugares testemunhais.

Com a intenção de proteger estes lugares de guarda de memória e representativos de uma nova época, formularam-se os conceitos de instituições nacionais, como os Arquivos Nacionais, Bibliotecas Nacionais e Museus Nacionais. Havia a necessidade da construção de uma memória nacional.

São formadas as grandes coleções, operam-se amplos processos de aquisição e acumulação de acervos, o que reforçou a natureza custodial destas instituições. A

necessidade de se ter pessoal qualificado para as nascentes instituições modernas levou à formação dos primeiros cursos profissionalizantes, voltados essencialmente para regras de administração das rotinas destas instituições e, seguindo a tradição anterior, para conhecimentos gerais em humanidades (ou seja, os assuntos dos acervos guardados) (ARAÚJO, 2014).

A partir das ideias do iluminismo, no século XVIII, os arquivos, as bibliotecas e os museus passaram a ser lugares de disseminação e mediação do conhecimento. Os ideais desenvolvidos naquela época enalteciam a classificação, a separação das ideias, das coisas e dos objetos. Além de evidenciar a objetividade científica por meio das obras humanas, da Filosofia, da Literatura e da História, tendência relacionada às ideias de Estado-Nação, ao crescimento do capitalismo e à complexidade das sociedades (VARELA; BARBOSA, 2013).

Os arquivos, as bibliotecas e os museus atravessaram uma ruptura estrutural e passaram a ser espaços que buscavam atingir todas as áreas de conhecimento. Até esse momento, as instituições tinham uma postura meramente preservacionista, onde o fato principal era apenas guardar os documentos.

Instituíram-se, em essência, com a missão de representar, organizar e disseminar a informação cultural, científica, tecnológica e do cotidiano, no sentido de se aproximar dos usuários, criando um lastro que contribui para o surgimento e o fomento de uma sociedade cada vez mais intelectual, crítica, emancipada e autóctone e, portanto, preparada para viver autonomamente o seu tempo social, político, econômico e cultural, participe de desenvolvimento de sua geração. (VARELA; BARBOSA, 2013, p. 342).

Araújo (2013), de forma mais objetiva, esclarece que o século XVIII foi caracterizado por ser historicista, empírico-patrimonialista, tecnicista e custodial. O autor evidencia que a posse e a guarda de documentos estavam a serviço tanto da difusão da “alta cultura”, quanto, também, da propagação da memória como legitimadora dos Estados Nacionais, possibilitando assim a construção de conhecimento técnico para a gestão das instituições de guarda.

Portanto, neste processo diacrônico, mais precisamente no século XIX, surgiu uma nova forma de desenvolver atividades relacionadas ao patrimônio e à memória, que passam a privilegiar a disseminação de tudo que é preservado.

Na esteira do movimento de legitimação dos campos de conhecimento como científicos, por meio da sua especialização disciplinar típica da ciência moderna do século XIX, começam a se consolidar as ciências da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. Tal movimento de consolidação é acompanhado pela formação de associações profissionais voltadas justamente para a delimitação de suas especificidades, para o fechamento de suas fronteiras em relação a outras áreas de saber e para a busca da determinação de seu escopo de atuação: objetos específicos (os documentos de arquivo, os livros e manuscritos na biblioteca, os objetos tridimensionais que compõem a museália), custodiados em instituições específicas e bem delimitadas, dotadas de rotinas próprias e que precisam ser geridas com conhecimentos particulares (arquivos,

bibliotecas e museus), a serviço de disciplinas das Humanidades (que atribuem aos objetos valor histórico, artístico, literário) e que se utilizam de técnicas especializadas para o tratamento dos bens patrimonializados (ARAÚJO, 2013, p. 265).

Como apresentado acima, é neste período que ocorre a institucionalização e a consolidação acadêmica⁶⁶ como campo científico da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, voltadas para o desenvolvimento das técnicas de tratamento dos acervos que custodiam. Neste contexto, são desenvolvidos diversos manuais que influenciam essas áreas até os dias atuais.

No campo arquivístico, destaca-se a publicação de 1898, *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven*, de S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, obra conhecida como “Manual dos holandeses”. Na Biblioteconomia, a Classificação de Dewey, produzida por Melvil Dewey e publicada em 1876; e na Museologia, destacam-se duas obras: *Aufbau der niederländischen Kunstgeschichte und Museologie*, obra pioneira de Georg Rathgeber, de 1839, e *Praxis der Naturgeschichte*, de Phillip Leopold Martin, publicada em 1869 (ARAÚJO, 2014).

No início do século XX, surgiram as primeiras teorias que sobrepõem às práticas. Com isso as instituições passaram a ter suas próprias teorias, nascendo os conceitos sobre patrimônio, arquivística, bibliográfico e museográfico (ARAÚJO, 2013).

Teorias e conceitos ficam mais consolidados. No campo arquivístico, vale ressaltar a avaliação dos documentos, o ciclo de vida dos mesmos, e a atribuição dos valores primário e secundário. Surgem as “Cinco Leis da Biblioteconomia”, documento criado em 1931 pelo indiano Ranganathan, que trata de conceitos práticos e filosóficos sobre a Biblioteconomia moderna. Já na Museologia, destaca-se a educação em museu. Este deixa de ser um local de contemplação e passa a ser de uso, a atrair visitantes, e possibilitar mais acessibilidade (ARAÚJO, 2013).

A peculiaridade contida em cada conjunto documental, organizado de acordo com sua materialidade, traz possibilidades de se realizar um trabalho de forma integrada e articulada.

Preservar a memória torna-se necessário porque a memória representa a presença do passado no presente ao referir-se a uma reconstrução psíquica e intelectual de um passado que nunca é apenas individual, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, político, cultural e econômico. Recuperar a memória é, portanto, recuperar experiências individuais e coletivas, pois ainda que a memória seja guardada por um indivíduo e tenha como referência suas

⁶⁶ No século XIX foram criados os primeiros cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia. Respectivamente: na Itália, em 1811, a *Scuola di Archivistica*; na França, em 1821, a *École des Chartes*, para bibliotecários e arquivistas, e, em 1882, a *École Du Louvre*, para museólogos.

experiências e vivências, essa memória está marcada pelo grupo social com o qual conviveu e se socializou. Assim sendo, esse caráter social constitui-se em um elemento essencial da formação de sua identidade, da percepção que tem de si mesmo e dos outros (GOELLNER, 2003, p. 200).

Portanto, bibliotecas, arquivos e museus deixam de ser meramente locais de depósitos e passam a ser instituições responsáveis pela preservação, disseminação, guarda, coleta e organização da informação.

3.2.1 Arquivo/ Arquivologia

A palavra “arquivo” é de origem latina; vem do termo *archivum*, que significa local de guarda e depósito de documentos. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística:

Arquivo é um conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Podendo ser também uma instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos (2005, p. 26).

Jardim e Fonseca (2005), no capítulo “Arquivo”, do livro ‘Introdução às fontes de Informação’, fazem um panorama sobre a definição de arquivo nos séculos XIX e XX. Esclarecem que no final do século XIX, segundo o ‘Manual dos Holandeses’, publicado no ano de 1898, “arquivo” era um conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia deste órgão ou funcionário.

Em meados do século XX, o conceito de arquivo se amplia, e não se limita apenas a documentos oficiais de órgãos administrativos de guarda permanente. O arquivo passa a ser entendido como um conjunto orgânico, produzido por dada atividade jurídico-administrativa de caráter testemunhal, acumulado de forma natural, na qual considera sua organicidade.

Os autores acrescentam ainda que a transformação referente ao termo “arquivo” se deve a duas questões básicas: a diversidade de suportes materiais de informação arquivística, e o surgimento dos princípios da gestão de documentos, criados nos Estados Unidos e no Canadá no ano de 1940, pós-guerra, superando o conceito de que arquivo era lugar predominantemente de guarda e custódia de documentos das instituições mantenedoras.

O termo “arquivo”, nos dias atuais, é entendido como um conjunto de informações institucionais ou orgânicas, de qualquer suporte material, data de produção, natureza, acumulados por organização física ou jurídica, em decorrência de suas ações. (JARDIM; FONSECA, 2005).

A evolução no significado da terminologia “arquivo” não ocorreu de forma orgânica. Jardim e Fonseca (2005), Fonseca (2010) e Santos (2010) realizam um painel histórico da arquivística, suas dimensões, influências e práticas, até a introdução da gestão de documentos no Brasil.

Do século XVI até o século XIX, os arquivos eram secretos e restritos à administração pública, vistos como arquivos do poder, da administração e da história. Somente após a Revolução Francesa esta perspectiva mudou. Os arquivos passaram a ser de acesso ao público e assim surgiram as primeiras salas de consulta.

[...] a partir de 1789, tanto quanto a pesquisa histórica ‘cientificamente’ considerada nos fins do século XIX, abriram caminho à organização e ao acesso aos documentos de valor administrativos já esgotados, porém detentores de dados valiosos para o entendimento do passado (BELLOTTO, 2014, p. 208).

Nesta perspectiva, os Arquivos Nacionais Franceses eram divididos e organizados respeitando cinco seções método-cronológicas, que são: legislativa, administrativa, dominical, jurídica e histórica.

Ao longo do século XIX até meados do século XX, foram criados os princípios arquivísticos, utilizados até os dias atuais, como o “princípio da proveniência”, criado pelo historiador Nalalis de Wally, em 1841, no qual tinha a intenção de centralizar, ordenar e classificar os arquivos franceses. Tal teoria influenciou outros países europeus.

A gestão de documentos, princípios criados no pós-guerra nos Estados Unidos, que “visava à intervenção arquivística desde a primeira idade dos documentos, a fase de sua produção e tramitação nos serviços administrativos, com a finalidade de aplicar métodos de economia e eficácia na gestão documental” (SANTOS, 2010, p. 72).

Concebido a partir da necessidade de estabelecer parâmetros para a administração da massa documental, Fonseca (2010) esclarece que a gestão de documentos, advinda dos Estados Unidos, ocorreu devido a influência de três fatores: herança multicultural, grande produção documental conhecida como “explosão documental”, avanço tecnológico e econômico e a racionalidade administrativa relativa aos aspectos de eficácia e eficiência da administração.

Além do processo de avaliação de documentos desenvolvido pelo norte-americano, T. R. Schellenberg, em 1950, atribui valor ao documento. Segundo Schellenberg (2015), os documentos arquivísticos podem ser de valor primário ou secundário, como ele mesmo definiu:

Os valores inerentes aos documentos públicos modernos são de duas categorias: valores primários, para a própria entidade onde se originaram os documentos; valores secundários para outras entidades e utilizadores privados. Os documentos nascem do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado – administrativos, fiscais, legais e executivos (SCHELLENBERG, 2015, p. 180).

Tais transformações influenciaram muito nas instituições arquivísticas e na formação dos profissionais de arquivo. A partir dos princípios arquivísticos consolidados, as instituições tinham mais liberdade e podiam construir suas próprias políticas de gestão de documentos.

Bellotto (2014) expõe que, em meados do século XX, havia dois tipos de profissionais de arquivo: os *archivist*, arquivistas de instituições culturais, que tinham sob sua responsabilidade arquivos históricos; e os *records managers* (gestores de documentos), termo criado nos Estados Unidos para designar os responsáveis por documentos administrativos.

Acrescenta, ainda, que a diferenciação deste profissional ocorreu devido a uma destruição maciça de documentos, uma vez que o interesse se restringia a questões administrativas. O Conselho Internacional de Arquivos, nos anos de 1950, preocupado com a quantidade de documentos destruídos, apoiou a criação de um novo profissional de arquivo, que levou em consideração a união do *archivist* e do *records managers*, além de definir a diferença entre os arquivos correntes e permanentes e enfatizar que a matéria-prima é a mesma e que o propósito de informar, mesmo em diferentes níveis, é o mais importante.

Entretanto, no caso do Brasil, é possível observar mais as influências europeias na arquivologia nacional, marcadas até os dias atuais. A arquivologia no Brasil aconteceu de forma mais lenta. As principais mudanças decorrem dos anos de 1970. Abaixo, Jardim e Fonseca (2005), Fonseca (2010) e Bellotto (2014) evidenciam as principais conquistas da arquivística brasileira.

Nos anos de 1970, ocorreram: a fundação da Associação dos Arquivos Brasileiros, a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia e a aprovação do curso superior de arquivologia, em 1972; a regulamentação da profissão de arquivista, em 1978, e o lançamento da primeira revista especializada na área, chamada ‘Arquivo & Administração’, com periodicidade regular até 1986.

Os anos 1980 foram marcados pela modernização de instituições arquivísticas sob a liderança do Arquivo Nacional; o desenvolvimento de projetos para o controle e acesso da informação, em instituições arquivísticas públicas; e o lançamento da revista ‘Acervo’, em 1986.

Em 1991 foi aprovada a Lei 8.159, que discorre sobre a política nacional de arquivos públicos e privados liderada pelo Arquivo Nacional. Nos anos de 1990 ocorreu um aumento significativo de graduandos no curso de Arquivologia, além de mais qualificação do corpo docente e maior oferta de cursos de pós-graduação, além da criação e consolidação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Nos anos 2000, tivemos a produção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), baseada na descrição por níveis, batizada nas normas internacionais ISAD (G) e ISAAR (CPF).

3.2.2 Biblioteca/ Biblioteconomia

A palavra “biblioteca” vem do grego *bibliothéke*, *biblíon* (livro) + *théke* (caixa/estojo) do latim *bibliotheca*, livremente podemos traduzir livremente como organização de livros em caixa.

Fonseca (2007) categoriza o surgimento das bibliotecas de forma cronológica, sendo as primeiras as Bibliotecas Reais da Antiguidade; depois, as Bibliotecas Monásticas e Universitárias, no período da Idade Média; em terceiro, as Bibliotecas Nacionais do Séc. XIX; e, por último, as Bibliotecas Públicas do Séc. XX e tenho a ousadia de acrescentar as bibliotecas da era da informática no Séc. XXI.

O surgimento das primeiras bibliotecas vem desde a Antiguidade Clássica, embora não se saiba quando surgiram concretamente, mas, com a invenção da escrita e dos diversos suportes de registro do conhecimento⁶⁷, surgem as primeiras coleções.

A primeira biblioteca data do terceiro milênio a.C., conhecida como a Biblioteca de Ebla, localizada na Síria. Era organizada de forma criteriosa em estantes separadas por assuntos. Pode-se dizer que neste período já utilizava uma forma de classificação de documentos. Sua coleção continha de textos administrativos, literários e científicos, registrados em 15 mil tábuas de argila, além de 15 tábuas pequenas com resumos do conteúdo de documentos (Sagredo; Nunõ, 2004 apud Ortega, 2018).

⁶⁷ Pedra, barro, madeira, linho, seda, pergaminho, papiro e papel.

A biblioteca mais conhecida neste período é a Biblioteca de Alexandria, no Egito, “construída para celebrar grandes conquistas e com a missão de conter toda a sabedoria acumulada pelo mundo grego” (VIEIRA, 2014, p. 9).

Lemos (2005, p. 101) afirma que a sobrevivência da biblioteca está relacionada a mudanças políticas, sociais e tecnológicas, apesar de suas funções terem reconhecimento em todas as sociedades, seja por razões históricas ou culturais. Com o passar dos séculos, as bibliotecas tiveram de se adaptar às mudanças sociais, políticas e tecnológicas. Portanto, a intenção aqui não é apresentar a evolução histórica das bibliotecas, mas demonstrar os principais conceitos e teorias que ocorrem ao longo dos anos e influenciam até os dias atuais.

Na Idade Média, por volta dos anos de 1440, Johann Gutenberg inventou a tipografia, possibilitando assim uma maior fabricação de livros. Anteriormente, os livros eram produzidos por copistas clérigos, em quantidade inferior. Em consequência a esse avanço tecnológico, ocorreram a modificação da produção, e o armazenamento e a difusão do conhecimento, possibilitando assim a sua democratização, assim como dos livros.

A partir da publicação do primeiro livro impresso com tipos móveis por Johann Gutenberg, rompe-se o longo monopólio que o livro manuscrito exerceu no campo da cultura letrada, além de também começar a romper o monopólio que a igreja exercia, em matéria de produção editorial. A revolução tecnológica provocada pela imprensa promoveu, nos dois primeiros séculos seguintes, o que se poderia chamar de primeira grande explosão bibliográfica, com consequência política, econômica, sociais e religiosas de longo alcance (LEMOS, 2005, p. 104-105).

Devido à influência da nova tecnologia de impressão, no final do século XVII, surge na Europa o conceito de biblioteca pública, que tinha como propósito ser um espaço para acesso, com acervo organizado, lugar moderno, aberto ao público e com horário de funcionamento regular. Nesse mesmo período, Gabriel Naúde publica a primeira edição do livro *Advis pour adresser une bibliothèque*. Foi a primeira publicação com os princípios da biblioteconomia moderna, além de trazer o conceito de ‘ordem bibliografia’, que tinha a intenção de permitir o acesso e o compartilhamento do saber (ORTEGA, 2004).

Na França, devido a Revolução Francesa, em 1791, foi criado o primeiro manual de catalogação. Já em 1876, Melvil Dewey publicou nos Estados Unidos a primeira edição de sua Classificação Decimal, primeiro sistema do gênero a ser amplamente adotado, inclusive, nos dias de hoje. No mesmo ano e país, Charles Ami Cutter publicou as Regras para um Catálogo Dicionário, que, além do código de catalogação incluía uma declaração sobre os objetivos do catálogo (*idem*).

No final do século XIX, Paulo Otlet e Henri La Fontaine, considerados pais da ciência da informação, publicaram em 1934 *Traité de Documentation*, que sistematizava a documentação. Ambos “tinham a preocupação comum quanto a organização bibliográfica da produção científica” e pretendiam organizar um índice universal.

Em 1934, o Repertório Bibliográfico Universal continha 16 milhões de entradas e, até o final da Segunda Guerra Mundial, doze países tinham Seções Nacionais do IIB, quais sejam, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos, França, Reino Unido, Holanda, Itália, Polônia, Rússia, Suíça e Tchecoslováquia, e mais seis estavam em formação (ORTEGA, 2004, p. 6).

O período de grande desenvolvimento da Biblioteconomia ocorreu no século XX, com o avanço da tecnologia, da comunicação, e o advento da *internet*, possibilitando assim a criação de mais bibliotecas, arquivos, museus e centros de documentação. Nesse período, o uso da tecnologia veio contribuir para a organização, acesso e disseminação das atividades desenvolvidas nesses lugares. Como Araujo e Oliveira (2011, p. 42) mencionam:

A biblioteca é um organismo vivo a serviço da comunidade; nela, obtemos respostas às nossas mais diversas indagações. O lugar de destaque que ela ocupa no mundo atual decorre da importância que a informação tem para cada sociedade. Assim, a biblioteca participou do aprimoramento intelectual, técnico e científico de todos os segmentos sociais.

Lemos (2005) aponta que na década de 1950 ocorreu uma grande transformação no processo de desenvolvimento científico e tecnológico, foi um período de experimentação e implementação do processo de automatização das bibliotecas.

Contudo, o autor esclarece ainda, que o grande avanço se deve, nos anos de 1990, ao advento da *internet*, que possibilitou a conexão de diversos computadores ao mesmo tempo, permitindo que as bibliotecas pudessem disponibilizar seus catálogos em linha e com acesso aberto e remoto, além da integração de várias bibliotecas, catálogos, catalogação cooperativa e outros avanços tecnológicos.

Com relação à biblioteconomia no Brasil, a partir da década de 1940 inicia-se um período de desenvolvimento das técnicas biblioteconômicas. Mas as décadas de 1950 e 1960 são consideradas um período importante e de destaque para a profissão, quando surgem os primeiros órgãos profissionais da área, como a Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários - FEBAB (1959) e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação-IBBD (1954), (RUSSO, 2010).

Ocorreu a institucionalização do primeiro currículo mínimo para os cursos de biblioteconomia no ano de 1962, desencadeando, assim, esforços para regulamentação da

profissão, que ocorreu efetivamente em 1965. Nos anos 2009 havia 39 cursos de biblioteconomia em todo o Brasil; já em 2010 foi oferecido o primeiro curso com modalidade a distância no País, e finalmente, em 2018, foi aprovado o curso de biblioteconomia de Ensino a Distância (EaD), em 11 universidades públicas do País (RUSSO, 2010).

3.2.3. Museu/ Museologia

O Conselho Internacional de Museus (ICOM) define museu como “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite” (DESVALLÉE, MAIRESSE, 2013, p. 64).

O papel social dessas instituições manifesta-se no estímulo à participação da comunidade em suas programações e na divulgação da cultura entre os diversos segmentos da população por meio da contemplação das peças expostas. Os museus expressam as necessidades educacionais e culturais da sociedade contemporânea, constituindo-se em instrumentos para atendê-los em suas pretensões, por intermédio da frequência de seus cidadãos, estudiosos e viajantes estrangeiros que a eles ocorrem para satisfazer seus anseios intelectuais (CALDEIRA, 2005, p. 142).

Para apresentar a evolução de conceitos e teorias desta área de conhecimento é preciso fazer um paralelo ao processo histórico. Como afirma Lopes (1988, p. 15), “é necessário recorrer a breves referências, sobre a história dos museus, particularmente europeus, em função de sua forte influência na formação e desenvolvimento dos museus brasileiros”.

Lopes (1988) apresenta um panorama histórico a partir da Idade Média, quando os museus estavam sob a guarda e responsabilidade das igrejas. No Renascimento, surgem as coleções, advindas de escavações, das grandes expedições. Neste período, eram chamadas de “gabinetes de curiosidades”, que continham objetos de várias origens. No final do século XVI e início do século XVII, ocorreu a institucionalização dos museus. Com isso, eles se transformaram em um local com uma função social.

Acrescenta, ainda, que no século XVIII os museus passam a ser lugares de preservação de objetos, balizados sobre o pensamento Iluminista. Os museus começam a organizar suas coleções com base na classificação dos objetos. Surgem as primeiras coleções de arte e exposições de artefatos.

Entre o século XVIII e meados do século XIX nascem os museus de história natural; como dito anteriormente, com a Revolução Francesa surge o conceito de Museu Nacional, local público e de acesso livre. No Brasil foi criado o Museu Imperial, em 1818, por D. João VI, museu de história natural que tinha um grande intercâmbio com os museus Europeus.

Após a República, ele passou a ser denominado Museu Nacional. Este primeiro museu brasileiro de história natural seguiu os critérios da universalidade do conhecimento, também presentes entre os grandes museus de história natural que se consolidavam na Europa. [...] Além do Museu Nacional, os outros dois grandes museus brasileiros eram o Museu Paulista (1895) e o Museu Goeldi (1866). Todos os três foram constituídos como museus de história natural (SANTOS, 2004, p. 55).

Em 1922, Gustavo Capanema cria o Museu Histórico Nacional, cujo acervo era dedicado à história da nação. Surge, assim, uma nova era nos museus brasileiros, em que os acervos deixam de ser constituídos apenas por elementos da fauna e flora do país e passam a possuir objetos pertencentes à história da nação (SANTOS, 2004).

Em 1932 foi fundado por Gustavo Capanema o primeiro curso de museu, que formou técnicos de todo o País, localizado no Museu Histórico Nacional, local em que permaneceu até 1979. Em 1937 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com o objetivo de fiscalizar e preservar o patrimônio nacional brasileiro; atualmente, chama-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁶⁸ (SANTOS, 2004 e PAIVA, PRIMOM, 2013).

O ano de 1950 foi um marco para a Museologia, período em que acontecem os primeiros debates sobre museus. No mesmo ano, o ICOM cria o Comitê de Documentação, que tinha como objetivo padronizar a descrição de objetos e o vocabulário controlado, a fim de servirem como instrumentos para melhor organização de documentos de museus. Dessa forma, “uma das prioridades desse grupo de trabalho foi o levantamento e análise dos padrões nacionais e internacionais de informação existentes, [...] seus resultados foram publicados como diretrizes e submetidos aos profissionais de museus” (ALMEIDA, 2016, p. 166).

Então, em 1970, em Santiago do Chile, em uma mesa redonda organizada pela UNESCO e o ICOM, surge o movimento da “Nova Museologia”, cujo objetivo era democratizar os museus, deixando-os mais próximos da realidade da sociedade a que ele pertencia.

⁶⁸ Maiores informações sobre a criação e evolução do IPHAN podem ser encontradas em ‘FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009’.

A museologia, com o movimento da ‘Nova Museologia’ direciona seus estudos para o entendimento das relações do homem com a realidade, com ênfase nos processos sociais e culturais, e na ressignificação dos museus, incluídos nos debates os museus integrais, museus a céu aberto, ecomuseus, museus de cidade, museus de sítios, museus de vizinhança, museus de comunidade ou museus de território. (TANUS, 2014, p. 97).

Paiva e Primom (2013, p. 4) expõem que a nova museologia qualificava o museu tradicional como conservador, elitista e distante da sociedade. Em contrapartida, os teóricos da nova museologia defendiam que os museus deveriam assumir uma função social e superar os limites de uma cultura voltada à produção e circulação de bens culturais da elite.

No Brasil, o desenvolvimento mais amplo dos museus ocorreu no século XX, possibilitando assim, em 1984, a criação do Conselho Federal de Museologia (COFEM), órgão regulamentador e fiscalizador do exercício da profissão de museólogo, cuja regulamentação só ocorreu no ano seguinte, em 1985.

A partir dos anos 2000, algumas políticas nacionais voltadas para museus transformaram o País: em 2003 criou-se a Política Nacional de Museus; em 2006, o Cadastro Nacional de Museus (CNM), que possibilitou o mapeamento de mais de 3.700 instituições museológicas em todo o País, e a publicação de dois documentos: ‘Museus em Números’ e ‘Guia dos Museus Brasileiros’, baseados nas informações coletadas; em 2009 foi criado o Estatuto dos Museus e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), órgão responsável pela Política Nacional de Museus (PNM), bem como pela melhoria dos serviços nos mesmos, além, de ter sobe sua administração mais de 30 museus pelo Brasil⁶⁹.

⁶⁹ Informações retiradas do Portal do Instituto Brasileiro de Museus

CAPÍTULO 4 – PROPOSTA DE GUIA DE ACERVO SOBRE O ESPORTE NA MARINHA DO BRASIL⁷⁰

O presente capítulo tem por objetivo apresentar o instrumento de pesquisa criado para mostrar os documentos contidos no acervo histórico do CEFAN, que tem por escopo o esporte na Marinha do Brasil. Tal instrumento foi elaborado a partir do inventário e a descrição do acervo histórico deste Centro, além da realização de um levantamento de documentos históricos contidos em outras Organizações Militares, tornando possível preparar um guia de acervo, que é o resultado desta pesquisa.

A motivação para a realização deste trabalho foi, fundamentalmente, a possibilidade de preservar, divulgar e disseminar as informações sobre o acervo histórico do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes, que, até então, segue desconhecido pelos próprios militares das Forças Armadas e pelos pesquisadores e historiadores interessados na história do esporte no Brasil. Com a descrição e a publicação do acervo será possível dar acesso aos documentos para consulta e realizar a sua divulgação.

Paes (2008, p.126) afirma que a elaboração de um instrumento de pesquisa consiste na descrição e na localização dos documentos do acervo, e se destina a orientar o usuário nas diversas modalidades de abordagem do acervo documental.

4.1 Mudanças da pesquisa

Contudo, para tal, se faz necessário e importante contextualizar e recuperar a trajetória desta pesquisa, pois, inicialmente, o objetivo geral era elaborar uma proposta de criação do “Centro de Documentação e Memória” para o Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), a fim de preservar, conservar e dar acesso ao acervo histórico ali existente.

Para a criação do centro de documentação e memória primeiramente planejou-se realizar um inventário para identificar e quantificar os documentos, e, depois, a descrição do acervo histórico, seguindo alguns autores de cada área. Para o acervo arquivístico seria utilizada a proposta da Belloto (2014) para o inventário e a descrição pela Nobrade (2005). Para o inventário do acervo museológico optou-se por criar uma ficha de catalogação sobre os fundamentos de Padilha (2014).

⁷⁰ Optou-se por colocar os anexos no presente capítulo por questão de continuidade do texto.

A partir do amadurecimento das leituras, das pesquisas realizadas e após o processo de Qualificação, optou-se pela modificação e um redirecionamento do trabalho no sentido de realizar uma proposta mais abrangente e harmoniosa com as práticas de gestão de documentos e de bens culturais já praticadas pela própria Marinha do Brasil.

Neste sentido, destacamos a incoerência da proposta de criação de um local de guarda de acervo, quando já existe, na estrutura organizacional da Marinha do Brasil, uma Diretoria Especializada, cuja missão é justamente a preservação, a conservação e a guarda permanente do acervo histórico da instituição, isto é, a Diretoria do Patrimônio Histórico Documental da Marinha (DPHDM).

Além disso, conforme demonstrado no Capítulo 2, a Marinha possui normas e diretrizes relativas à gestão de bens culturais e de documentos, como a elaboração de instrumentos de gestão (planos de classificação e tabelas de temporalidade), recolhimento de documentos de caráter permanente, controle e registro dos objetos museológicos, que o CEFAN tem por obrigação cumprir.

Durante a Qualificação, a Banca Examinadora sugeriu algumas possibilidades, tais como a implantação de um espaço virtual, como um *blog*, um *site*, ou a elaboração de um instrumento de pesquisa que descrevesse os acervos sobre o esporte na Marinha.

Então, optamos pela criação de uma Biblioteca Digital, pois poderia englobar documentos de caráter arquivístico, bibliográfico e museológico. Pensando nisso, como a Marinha do Brasil possui três sistemas de gerenciamento do seu acervo, o ICA-AToM, para descrição de documentos de arquivo; o *Pergamun*, para a Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha (Rede BIM); e o Sistema de Museus (MIDAS), para a Museologia, enxergamos a possibilidade de uma biblioteca digital.

Cunha e Cavalcante (2008) definem “biblioteca digital” como um local que armazena documentos e informações em forma digital, em sistema automatizado, geralmente em rede, que pode ser consultado a partir de terminais remotos. A biblioteca digital proporciona o acesso em linha, não somente aos catálogos, mas também a uma grande variedade de recursos eletrônicos existentes na própria biblioteca ou fora, como, por exemplo, índices e resumos bibliográficos, bases e bancos de dados, sistemas de *cd-rom*, entrega de documentos, jornais eletrônicos, bases de dados de imagens. A biblioteca digital seria aquela cujos documentos se apresentam sob a forma de dígitos, em vez de quantidades físicas variáveis ou analógicas, como as bibliotecas tradicionais.

Ao tentar avançar nessa linha de pesquisa, encontramos diversas dificuldades relacionadas à forma de inserir documentos arquivísticos e museológicos em sistemas que são

apenas de consulta, para as Organizações Militares que não fazem parte da estrutura organizacional da DPHDM. Pois, o ICA-AToM, para documentos de arquivo, e o e Sistema de Museus (MIDAS), para a Museologia, são utilizados e gerenciados exclusivamente pela Diretoria de Patrimônio, diferente do sistema de bibliotecas Pergamum, utilizado e alimentado por todas as bibliotecas da MB.

Outros problemas foram levados em consideração, como a falta de profissionais da área de Tecnologia da Informação (TI), arquivistas e museólogos; alto custo de investimento, contrato e manutenção, para a criação de um sistema digital; dependência de liberação da Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha (DCTIM) para a utilização do sistema, pois tal diretoria é responsável pelo controle tecnológico da Marinha do Brasil, então qualquer utilização deve ser avaliada e liberada por ela.

Sem sistema, como disponibilizar os documentos? Como montar uma equipe multidisciplinar com museólogo, arquivista, profissionais de tecnologia, já que o CEFAN não contempla todos esses profissionais? E, principalmente, como conseguir recursos financeiros para implementação e manutenção deste projeto? Em suma, a dificuldade maior se dá pela falta de recursos e de suporte técnico e tecnológico para a sua concretização.

A principal intenção desta pesquisa é possibilitar o acesso ao acervo histórico do CEFAN, que estava sem qualquer tipo de tratamento técnico. Sendo assim, diante das condições que a própria instituição oferece e do escopo deste trabalho, optou-se pela elaboração de um instrumento de pesquisa único que reúna todo o material do acervo documental histórico do CEFAN, com o objetivo de permitir acesso ao seu conteúdo e disseminar suas informações.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996), coordenado por Camargo e Bellotto, “instrumento de pesquisa” é uma obra de referência publicada ou não, que possibilita identificar, localizar, resumir ou transcrever, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes em um arquivo permanente, com a finalidade de controle e acesso ao acervo.

O instrumento de pesquisa pode ser de vários formatos. Paes (2008) selecionou e identificou cinco tipos, descritos a seguir.

- **Guia:** é uma obra destinada a orientação dos usuários no conhecimento e na utilização dos fundos que integram um arquivo permanente. É o mais genérico dos instrumentos, pois sua finalidade é informar sobre o histórico, a natureza, a estrutura, o período e a quantidade total do arquivo.

- **Inventário:** pode ser sumário, aquele que descreve e identifica sucintamente a composição de um fundo ou parte dele; pode ser analítico – o fundo ou as divisões são identificadas e descritas de forma pormenorizada, e sua finalidade é oferecer ao usuário um conhecimento individualizado.
- **Catálogo:** criado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou geográficos, inclui todos os documentos de um ou mais fundos, descritos de forma sumária ou pormenorizada.
- **Repertório ou Catálogo Seletivo:** descreve detalhadamente documentos previamente selecionados de um ou mais fundos, podendo ser temático, cronológico, onomástico e geográfico.
- **Índice:** é uma lista sistemática, detalhada de elementos de conteúdos de documentos ou grupo de documentos, arrumados em determinada ordem para indicar a localização no texto.

Levando em consideração cada um dos instrumentos de pesquisa aqui levantados, optamos por criar um guia, uma vez que a maior parte do acervo é arquivístico e existe a possibilidade de elencar outros tipos documentais no mesmo instrumento. Apesar de cada área estar apresentada separadamente, e respeitando suas metodologias, o instrumento final, um guia de acervo, seguiu critérios e procedimentos arquivísticos, para sua melhor realização.

4.2 Construção do guia

O guia de acervo, de acordo com as definições e os procedimentos metodológicos arquivísticos, foi escolhido pelo seu caráter geral e abrangente, capaz de contemplar diversos tipos de documentos, como é o caso do acervo aqui estudado.

O guia proposto, sobre o esporte⁷¹ na Marinha do Brasil, pretende ser um “projeto-piloto” a ser desdobrado e alimentado por outras unidades da Marinha que também possuam acervos sobre esportes na instituição, tendo em vista que os instrumentos de pesquisa atuais não contemplam este recorte temático pertinente ao CEFAN.

A constituição deste instrumento prioriza fundamentalmente o material que está sob a guarda do CEFAN, mas também foi levado em consideração o acervo que se encontra sob os cuidados do Arquivo da Marinha. A elaboração deste guia não tem a intenção de se limitar

⁷¹ A palavra esporte, neste guia, será compreendida também como educação física, ginástica, atividades esportivas e físicas em geral.

apenas a essas duas Organizações Militares, mas pretende abrir a possibilidade de inclusão de outras OM's que possuam acervo sobre esporte. A ideia é que após a divulgação deste instrumento outras unidades da Marinha sejam estimuladas a participar, acrescentando documentos sobre o tema escolhido, e possibilitando, assim, um único instrumento de pesquisa sobre esporte para toda a Instituição.

Antes de chegarmos à conclusão de que somente duas OM's participariam inicialmente deste guia, foi realizado um levantamento de possíveis instituições militares da Marinha do Brasil que poderiam ter acervo com a temática proposta. Foi levado em consideração o caminho hipoteticamente percorrido pelo conjunto documental arquivístico e museológico até a sua chegada ao CEFAN.

O Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), localizado na Ilha das Enxadas, no Centro do Rio de Janeiro, foi a primeira instalação física da Liga do *Sport* da Marinha (LSM) de 1925 até 1971⁷². Entramos em contato com o oficial de comunicação social para verificar se havia algum documento deste período no CIAW, e ele nos informou que não havia documentos deste período e que possivelmente só teria no Arquivo da Marinha.

Outra Organização Militar pesquisada foi a Casa do Marinheiro (CM), localizada na Av. Brasil. No ano de 1971, o Centro de Esporte da Marinha foi transferido provisoriamente para a Casa do Marinheiro, permanecendo ali até a conclusão das obras das novas instalações do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN); porém, após contato, nada foi encontrado referente a este período.

O Arquivo da Marinha irá compor o Guia, pois é o órgão responsável pela guarda, preservação e conservação de todos os documentos de valor histórico e permanente da Marinha do Brasil. Verificamos que há um fundo denominado 'CEFAN - Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes', com o arranjo lógico estabelecido pelo sistema ICA-AToM. Segundo, informações colhidas junto ao Arquivo da Marinha, a estrutura do sistema ICA-AtoM independe do fundo; a opção utiliza estrutura de organograma, dividido em atividades-meio e atividades-fim, respeitando os códigos de classificação e as tabelas de temporalidade. O arranjo é uma das funções mais importantes de um arquivo, pois é por meio dele que se organizam os fundos e se ordenam as séries dentro dos fundos (PAES, 2008, p. 122).

Para a constituição do Guia foi, levada em consideração a metodologia apresentada por Bellotto (2015, p.192), pois, para a autora, o guia aqui tratado refere-se "basicamente, a

⁷² Período de muitas mudanças na nomenclatura, mais detalhes no capítulo 1.

um depósito devidamente configurado como armazenador de documentação administrativa estática, isto é, em idade histórica”, que é o caso do CEFAN, onde o arquivo está organizado para uma melhor consulta e localização, mas não segue os critérios de arranjo arquivístico, como organizado no Arquivo da Marinha.

Levando-se em consideração também as diretrizes de gestão de documentos da Marinha Brasileira, constatou-se que os documentos arquivísticos do CEFAN precisavam ser identificados, inventariados e descritos, visando seu recolhimento ao Arquivo da Marinha, local mais adequado para a sua permanência, por possuir uma organização lógica que segue os preceitos arquivísticos consolidados na área. Esta transferência possibilitará a disponibilização do material aos interessados, tendo em vista que se trata do local destinado e procurado para consulta ao acervo de assuntos relacionados à Marinha.

Com relação aos demais documentos aqui tratados, os museológicos permanecerão na reserva técnica, e os bibliográficos na própria biblioteca do CEFAN, tendo em vista a inexistência de políticas institucionais voltadas para sua centralização num único local.

Para o inventário dos documentos históricos existentes no CEFAN, aqui compreendidos como o arquivístico e museológico, foi necessário elaborar instrumentos de trabalho que possibilitassem a realização dessa meta, bem como o acesso aos mesmos.

Pensando nisso, foi realizado um inventário sumário do acervo arquivístico, utilizando como referências o “Termo de transferência/ recolhimento” disposto nas Normas sobre documentação administrativa e arquivamento na Marinha - SGM-105; o livro de Bellotto (2002); o Glossário de Sistemas de Arquivo da USP (1997); o Código de classificação; e a Tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivos relativos às atividades-fim do Ministério da Defesa.

O inventário sumário foi organizado em formato de tabela, dividido em sete colunas, respectivamente: item; código do assunto; assunto; tipo de documentos; espécie documental; ano; e quantidade. A coluna com o ‘tipo documental’ foi acrescentada no inventário com a intenção de especificar ainda mais o documentos aqui apresentados, mas não está prevista nas normas da Marinha. Após o término do inventário foi possível quantificar e mensurar o acervo arquivístico.

Vale observar que o objetivo de se utilizar o “Termo de transferência/ recolhimento” é de propor, futuramente, ao comando do CEFAN, a transferência e o recolhimento do acervo arquivístico para o Arquivo da Marinha, conforme mencionado acima.

Após a conclusão dessa etapa, foi realizado o inventário dos documentos museológicos⁷³ e bibliográficos, que compõe também o anexo II desta Dissertação.

Com relação ao acervo museológico, foi utilizado o modelo da “Ficha de controle de patrimônio histórico e documentação da Marinha”, que possui 19 itens com instruções de preenchimento dispostas na ‘Norma para Gestão de Bens Culturais na MB’ - SGM-501. Diferentemente do acervo arquivístico, sua guarda continuará no CEFAN, na atual sala de reservava técnica.

Para a realização do levantamento bibliográfico pertinente ao tema da história do esporte na Marinha, foi considerada apenas a produção acadêmica dos pesquisadores do Laboratório de Pesquisa em Ciências do Exercício (LABOCE)⁷⁴.

Inicialmente, foi analisada a planilha de *excel* enviada pelo Laboratório, contendo a produção bibliográfica produzida. Para complementar a planilha, foi realizada uma pesquisa no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sobre o currículo *Lattes* dos membros do Laboratório, e foi observado que a listagem encaminhada não estava atualizada, o que, então, foi feito. A produção bibliográfica foi organizada numa listagem em ordem alfabética, em forma de referência, seguindo os critérios da ABNT-6023 que dispõem sobre Elaboração de Referências⁷⁵.

Após a realização dos inventários dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos do CEFAN, foi possível realizar a descrição dos documentos, contemplado as três áreas do conhecimento aqui trabalhadas.

A ‘descrição do acervo histórico do CEFAN’ foi feita seguindo as diretrizes das Normas Brasileiras de Descrição Arquivística (NOBRADE)⁷⁶. Optamos por fazer uma descrição mais detalhada, de nível 1 (um), e, assim, possibilitar mais informações dos acervos para o usuário, tendo em vista que o acervo não está organizado conforme os preceitos arquivísticos. Com relação a ‘descrição do fundo CEFAN na DPDHM’, extraímos do site da DPDHM e realizamos uma consulta junto ao Arquivo da Marinha, e nos foi informado que a descrição seguiu regras e normas de descrição arquivística⁷⁷.

A intenção de se criar esses documentos – ‘Inventário sumário do acervo arquivístico’, ‘Inventário da produção bibliográfica’, ‘Inventário do acervo museológico’ e o documento de

⁷³ Como o inventário museológico é muito extenso, optou-se por colocar apenas 38 fichas de objetos descritos.

⁷⁴ Atualmente, o LABOCE possui seis pesquisadores, sendo dois fisioterapeutas e quatro educadores físicos.

⁷⁵ Os três inventários estão dispostos no Anexo II.

⁷⁶ Anexo I.

⁷⁷ Não é objeto desta pesquisa fazer uma análise crítica ou comparativa das duas descrições apresentadas.

descrição dos acervos – é constituir instrumentos de trabalho que possam dar mais subsídios para a criação do guia de acervo aqui proposto.

Com a constituição dos documentos citados acima, foi possível criar o Guia de Acervo, baseado nas informações consolidadas nos instrumentos de trabalho já criados. A formação desse guia seguiu critérios definidos por Belloto (2015), que elenca as informações essenciais que devem compor um guia. Ela considera três itens como fundamentais para a sua composição: o primeiro é relativo à **Introdução**, que deve contemplar a identificação e a apresentação do arquivo, além do histórico da instituição; o segundo, acerca das **Informações relativas aos fundos**, sobre os quais um breve histórico deve ser apresentado, bem como aos instrumentos de pesquisas parciais utilizados; e, por fim, o terceiro item, sobre os **Serviços** disponíveis na instituição que tem a guarda do acervo.

Além disso, utilizamos dois guias: o Guia do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro (1997) e o Guia Brasileiro de Fontes para a História do Negro na Sociedade Atual (1999), como modelo para a elaboração do Guia de Acervo sobre esporte na Marinha.

É importante esclarecer que optou-se em criar um guia de acervo mesmo com a possibilidade de se enviarem os documentos arquivísticos para o Arquivo da Marinha, a fim de possibilitar a divulgação deste acervo, que não é conhecido por pesquisadores, historiadores e até mesmo no meio militar, até a sua transferência definitiva, que, até o término desta pesquisa, não tinha previsão.

Diante do exposto, não podemos deixar de considerar a importância do Mestrado para o desenvolvimento desta pesquisa, abrangendo disciplinas que contemplaram temáticas sobre preservação, conservação, gestão de coleções documentais, patrimônio cultural, políticas públicas e memória, que foram essenciais para o amadurecimento e a reflexão do projeto final aqui apresentado.

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS ACERVOS

Descrição do acervo histórico do CEFAN

ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Código de referência	BR CEFAN
1.2 Título	Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes
1.3 Data (s)	1915-2011 (acumulação)
1.4 Nível de Descrição	(1) fundo
1.5 Dimensão e Suporte	Textuais: 6,6m lineares; bibliográfico: 64 itens; tridimensionais: 120 itens; iconográficos: 2.944 itens.
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO	
2.1 Nome dos Produtores	Liga de <i>Sports</i> da Marinha (LSM), 1915-1940; Departamento de Educação Física da Marinha (DEFM), 1940-1946; Departamento de Esportes da Marinha (DEM), 1946-1953; Centro de Esportes da Marinha (CEM), 1953-1972; Centro de Educação Física da Marinha (CEFM), 1972-1973; Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), 1973 -
2.2 História Administrativa	O Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, teve sua origem na primeira reunião da Liga de <i>Sports</i> da Marinha (LSM) em 15/11/1915, no Clube Naval. Mesmo com a responsabilidade de divulgar e organizar os esportes na instituição, a regulamentação da Liga de <i>Sports</i> da Marinha só ocorreu pelo Aviso nº 1, de 04 de janeiro de 1916. Posteriormente, pelo Decreto nº 24.581, de 05 de julho de 1934, a Liga de <i>Sports</i> da Marinha passou a ser subordinada a então Diretoria do Pessoal da Marinha, e, mais tarde, foi extinta pelo Decreto-Lei nº 2.296, de 10 de junho de 1940, mesmo ato que criou o Departamento de Educação Física da Marinha. O citado Departamento foi extinto pelo Decreto-Lei nº 7.467 de 16 de abril de 1945 e reativado pelo Decreto-Lei nº 9.265, de 17 de maio de 1946, como Departamento de Esportes da Marinha, até 07 de maio de 1953, quando sua denominação foi alterada para Centro de Esportes da Marinha, pelo Decreto nº 32.742. E, novamente, pelo Decreto nº 70.161, de 18 de fevereiro de 1972, quando passou a se chamar Centro de Educação Física da Marinha, até, finalmente, ganhar a denominação atual, Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes, pelo Decreto nº 73.058, de 31 de outubro de 1973. Posteriormente, suas atividades foram regulamentadas pelo Decreto nº 76.687, de 27 de novembro de 1975, que foi revogado pelo de nº 84.781, de 11 de junho de 1980, e alterado pela Portaria nº 0110, de 30

	<p>de janeiro de 1986, do Ministro da Marinha; tendo sido, posteriormente, regulamentada pela Portaria nº 0020, de 06 de fevereiro de 1997. A citada Portaria de regulamentação foi revogada pela Portaria nº 0063, de 06 de novembro de 1998, do Comando de Operações Navais (ComOpNav), que aprovou uma nova regulamentação. Por intermédio da Portaria nº 120, de 31 de março de 2008, foi transferida a subordinação do CEFAN para o Comando de Pessoal de Fuzileiros Navais (CPesFN). Revogada esta última, passou à subordinação do Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), por meio da Portaria nº 65, de 24 de fevereiro de 2010.</p>
2.3 História arquivística	<p>A primeira instalação física da LSM foi no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), em 1925, permanecendo até 1971, quando o Centro de Esporte da Marinha foi transferido temporariamente para a Casa do Marinheiro, até a conclusão das obras do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN). Com todas essas mudanças físicas e de nomenclatura, os documentos e objetos históricos foram transferidos para essas novas instalações, sem nenhum tipo de organização. Desde a inauguração das novas instalações do CEFAN, em 1971, o acervo ficou sobre a guarda do Departamento de Desporto. Mas, em 2011, com os Jogos Mundiais Militares (JMM), campeonato internacional em que o CEFAN seria um dos locais de prova, a OM passou por mais obras de revitalização das instalações esportivas. Com isso, muitos objetos, como móveis, livros e documentos, deveriam ser descartados, para desocupar espaços. Então, um Suboficial resgatou os documentos e os guardou até 2015, passando-os depois para a responsabilidade da Superintendência de Ensino. Em 2017 o acervo foi inventariado, descrito e organizado minimamente e acondicionado em uma sala de Reserva Técnica.</p>
2.4 Procedência	Documentos produzidos, recebidos e acumulados pelo CEFAN
	ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA
3.1 Âmbito e Estrutura	<p>Acervo museológico: troféus, esculturas, quadros de fotografias, maquete, uniformes, material esportivo, flâmulas, placas e armamento.</p> <p>Acervo bibliográfico: artigos de período, relatórios técnicos e resumos apresentados em congressos.</p> <p>Acervo arquivístico: livros de Ata, livros de relatórios, livros de notas, convites, mapas, livro de estabelecimento, dossiê, fotografias, folder, documentos administrativos, ofício, comunicação interna.</p>
3.2 Avaliação, Eliminação e Temporalidade	<p>A documentação foi avaliada e selecionada com base no Código de Classificação e Tabela de Temporalidade relativa às Atividades-fim aprovado pelo Arquivo Nacional pela Portaria nº 154 de 18 de outubro de 2013, do Ministério da Defesa. O inventário seguiu as normas SGM-105 – Normas sobre Documentação administrativa e Arquivística na Marinha (NODAM) e SGM-501 – Normas para Gestão de Bens</p>

	Culturais na Marinha, respeitando cada tipologia documental.
	ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO
4.1 Condições de acesso	Acesso possível com horário marcado.
4.3 Idioma	Português
4.5 Instrumentos de Pesquisa	Inventário sumário do acervo do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes.
	ÁREA DE NOTAS
6.1 Notas sobre conservação	Documentos em bom estado de conservação.
6.2 Notas Gerais	Aguardando transferência para o Arquivo da Marinha.
	ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO
7.1 Nota do arquivista	<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação: elaboração. Rio de Janeiro: 2002.</p> <p>BRASIL. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim do Ministério da Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, Gerência de Atos e Procedimentos, Protocolo-Geral e Arquivo, 2010.</p> <p>_____. Marinha do Brasil. – Secretaria Geral da Marinha (SGM-105). Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivamento na Marinha. 2014.</p> <p>_____. Marinha do Brasil. – Secretaria Geral da Marinha (SGM-501). Normas par Gestão de Bens Culturais na MB. 2015.</p>
7.2 Regras e convenções	Descrição feita por Patricia Gross.
7.3 Data da descrição	28 de agosto de 2018

Descrição elaborado a partir da metodologia da NOBRADE (2006).

Descrição do fundo CEFAN na DPDHM

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO
Código de referência	BR RJDPHDM CEFAN
Título	Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes
Data (s)	04/01/1916 (Produção)
Nível de Descrição	Fundo
Dimensão e Suporte	Dimensões variadas Suportes: papel, microfilme, filme, fita e digital
	ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO
Nome dos Produtores	Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN) (04/01/1916)
História Administrativa	<p>O Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, teve sua origem na Liga de <i>Sports</i> da Marinha que foi criada pelo Aviso nº 1, de 04 de janeiro de 1916. Posteriormente, pelo Decreto nº 24.581, de 05 de julho de 1934, a Liga de <i>Sports</i> da Marinha passou a ser subordinada a então Diretoria do Pessoal da Marinha, e mais tarde, foi extinta pelo Decreto-Lei nº 2.296, de 10 de junho de 1940, mesmo ato que criou o Departamento de Educação Física da Marinha. O citado Departamento foi extinto pelo Decreto-Lei nº 7.467 de 16 de abril de 1945 e foi reativado pelo Decreto-Lei nº 9.265 de 17 de maio de 1946, como Departamento de Esportes da Marinha, denominação esta alterada para Centro de Esportes da Marinha, pelo Decreto nº 32.742, de 07 de maio de 1953. O Centro de Esportes da Marinha teve, novamente, sua denominação alterada para Centro de Educação Física da Marinha, pelo Decreto nº 70.161, de 18 de fevereiro de 1972, e, finalmente, passou a ter a denominação atual, Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes, pelo Decreto nº 73.058, de 31 de outubro de 1973. Posteriormente suas atividades foram regulamentadas pelo Decreto nº 76.687, de 27 de novembro de 1975, que foi revogado pelo de nº 84.781 de 11 de junho de 1980 e alterado pela Portaria nº 0110, de 30 de janeiro de 1986, do Ministro da Marinha, tendo sido, posteriormente, regulamentada pela Portaria nº 0020, de 06 de fevereiro de 1997. A citada Portaria de regulamentação foi revogada pela Portaria nº 0063, de 06 de novembro de 1998, do Comando de Operações Navais (ComOpNav), que aprovou uma nova</p>

	regulamentação. Por intermédio da Portaria nº 120 de 31 de março de 2008, foi transferida a subordinação do CEFAN para o Comando de Pessoal de Fuzileiros Navais. Revogada esta ultima, passou à subordinação do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, por meio da Portaria nº 65, de 24 de fevereiro de 2010.
Entidade custodiadora	Arquivo da Marinha DPHDM
Procedência	Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes.
	ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA
Âmbito e Estrutura	Documentos relacionados ao Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes
	ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO
Condições de acesso	Livre
Condições de Reprodução	Sem restrição
Idioma	Português do Brasil
	ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS
Pontos de acesso local	Rio de Janeiro - RJ
Ponto de acesso nome	Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN)
Status	Final
Nível de detalhamento	Parcial
	ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO
Data da descrição	12/11/2013

Fonte: Disponível no site da DPHDM

ANEXO II

INVENTÁRIOS

INVENTÁRIO SUMÁRIO DO ACERVO ARQUIVISTICO DO CEFAN

ITEM	CÓDIGO DO ASSUNTO	ASSUNTO	TIPO DE DOCUMENTOS	ESPÉCIE DOCUMENTAL	ANO	QUANT.
1	530	DESPORTO	Foto	Fotografia	1915-200?	2631
2	530	DESPORTO	Álbum de fotos	Fotografia	1915-200?	22
3	530	DESPORTO	Slides	Prova	1970?	154
4	530	DESPORTO	Negativos	Prova	1970?	137
5	533.1	ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FISÍCA E DESPORTIVAS NA MARINHA	Livro de Ata	Livro	1915-1924	3
5	533.1	ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FISÍCA E DESPORTIVAS NA	Livro de Ata	Livro	1989-1992	1

		MARINHA				
6	533.1	ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVAS NA MARINHA	Livro Histórico	Dossiê	1915-197?	9
7	533.1	ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVAS NA MARINHA	Livro de resultados de competições	Livro	1923-1928 1976-1977	2
8	530	DESPORTO		Dossiê	2008	1
9	692	REGISTROS DE DADOS ESSENCIAIS AO CONHECIMENTO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E DE INFORMAÇÕES DO SERVIÇO RELACIONADO COM A SEGURANÇA	Livro de estabelecimento	Dossiê	1970-2005	6
10	534	PROJETOS SOCIAIS		Folheto	1978-1982	3
11	041	BENS IMÓVEIS: PROJETOS, PLANTAS E ESCRITURAS	Separata do Cadastro de Imóveis da Marinha	Dossiê	1972	1
12	041	BENS IMÓVEIS: PROJETOS, PLANTAS E		Mapas	1979	2

		ESCRITURAS				
13	533.1	ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVAS NA MARINHA		Diploma	2011	1
14	533.1	ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVAS NA MARINHA		Diploma	2003	1
15	041	BENS IMÓVEIS: PROJETOS, PLANTAS E ESCRITURAS	Relatório de inauguração da 1ª fase da obra	Relatório	1973	1
16	041	BENS IMÓVEIS: PROJETOS, PLANTAS E ESCRITURAS	Relatório construção do CEFAN	Relatório	1972-1973	1
17	533.1	ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVAS NA MARINHA	Desenhos	Croquis	1970?	3
18	533.1	ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVAS NA MARINHA	Comunicação Interna	Comunicação	1999	1
19	530	DESPORTO	Jornal	Recorte	1935	12
20	530	DESPORTO	Jornal	Recorte	2009	1

21	530	DESPORTO		Convite	2005	1
22	530	DESPORTO	Relatório Pentatlo Naval	Relatório	1997	1
23	511	PLANEJAMENTO, ESTRUTURA E CONTROLE DO ENSINO		Relatório	1992	1
24	523.3	DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR	Livro de registro de certificados	Livro	1989-2008	1
					TOTAL	3110

INVENTÁRIO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

ARTIGOS

BUNN, P. S.; et.al. A importância da fisioterapia desportiva na preparação e reabilitação das equipes. **Revista Podium Naval**, Rio de Janeiro, 2015, v.2, p. 24 - 28.

BUNN, P. S. O papel da fisioterapia na VI Ultramaratona 24 horas do Corpo de Fuzileiro Navais. **Revista Podium Naval**, 2015, v.2. Rio de Janeiro, p. 22 - 23.

BUNN, P. S. O apoio do Laboratório de Pesquisa em Ciências do Exercício na preparação de equipes esportivas de alto rendimento. **Revista Podium Naval**, Rio de Janeiro, 2015, v.2. p. 30 - 34.

BUNN, P. S.; et.al. Aptidão física e composição corporal de alunos de ensino médio militar: um estudo transversal. **Arquivos De Ciências Do Esporte**, 2018.

BUNN, P. S.; PINHEIRO, C.; ALVES, R. B. O serviço de reabilitação desportiva do CEFAN. **Revista Podium Naval**, Rio de Janeiro, 2015, v. 2, p. 41 - 45.

LOPES, T. J. A.; TERRA, Bruno Souza. O Laboratório de Pesquisas em Ciências do Exercício do CEFAN apoia a Escola Naval na prevenção de lesões nos novos aspirantes. **Revista Podium Naval**, Rio de Janeiro, v.1, p. 26 - 29, 2014.

LOPES, T. J. A.; et. al. Prevalence of Musculoskeletal Symptoms Among Brazilian Merchant Navy Cadets: Differences Between Sexes and School Years. **Military Medicine**, v. 182, p. e1967-e1972, 2017.

LOPES, T. J. A.; et.al. Outpatient versus inpatient anterior cruciate ligament reconstruction: A systematic review with meta-analysis. **KNEE**, v. 24, p. 197-206, 2017.

LOPES, J. A.; et.al. Epidemiology of anterior cruciate ligament reconstruction in Brazil's public health system. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 22, p. 297-301, 2016.

RIBEIRO, F. M.; TERRA, B. S. O apoio do CEFAN ao curso de Mergulhadores de Combate: como a preparação física prévia aumentou em duas vezes o percentual de aprovados no curso de Mergulhadores de Combate. **O Periscópio**, v. xlx, p. 90-98, 2016.

RIBEIRO, F. M. ; TERRA, Bruno Souza . O apoio do CEFAN aos cursos de operações especiais da Marinha do Brasil. **Revista Podium Naval**, Rio de Janeiro, v.1, p. 68 - 71, 2014.

RODRIGUES, A. I.; et.al. A influência de Diferentes Níveis de Desempenho na Estratégia de pace durante a VI Ultramaratona Rio 24H Fuzileiros Navais. In: 16º Simpósio Internacional de Atividades Físicas do Rio de Janeiro, 2014, Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro: IPCFEx, 2014. v. 160. p. 42-43.

SOARES, Mauricio S.; et.al. . The relationship between muscle function, lung function and quality of life in patients with chronic obstructive pulmonary disease (COPD). **Isokinetics and Exercise Science**, v. 26, p. 17-27, 2018.

SOARES, Mauricio Santos; et.al. Explanatory models of muscle performance in acromegaly patients evaluated by knee isokinetic dynamometry: Implications for rehabilitation. **Human movement science**, v. 49, p. 160-169, 2016.

SOARES, Mauricio Santos; et.al. Muscle function in women with systemic sclerosis: association with fatigue and general physical function. **Clinical Biomechanics**, v. 47, p. 33-39, 2017.

TERRA, B. S.; et.al. Impacto do treinamento físico para o curso de Mergulhador de Combate da Marinha do Brasil. In: 16º Simpósio Internacional de Atividades Físicas do Rio de Janeiro, 2014, Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro: IPCFEx. v. 160. p. 1-1.

TERRA, B. S. Jogos Olímpicos Rio 2016: a participação dos atletas da Marinha do Brasil. **Revista Marítima Brasileira**, v. 136, p. 13-32, 2016.

TERRA, Bruno Souza; et.al. Demanda metabólica das atividades de militares da Marinha: o avançar da carreira e a redução da exigência física. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 17, p. 217-223, 2012.

TERRA, Bruno Souza; URBANCG, A.A.; Lima, M. L. F. Fuzileiros Navais utilizam ferramentas que conduziram atletas militares ao pódio nos 5º JMM/2011. **Âncoras e Fuzis Corpo de Fuzileiros Navais**, v. 43, p. 41-43, 2012.

RESUMOS PUBLICADOS EM ANAIS DE CONGRESSOS

INOUE, Allan; et.al. A influência de diferentes níveis de desempenho na estratégia de pace durante a VI Ultramaratona Rio 24h Fuzileiros Navais. In: 16º Simpósio Internacional de Atividades Físicas do Rio de Janeiro, 2014, Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, 2014. v. 160., p. 42-43.

INOUE, Allan; et.al. Training load, stress tolerance and upper respiratory tract infection in Brazilian Navy combat divers special operations course. In: 4th International Congress on Soldiers Physical Performance, 2017, Melbourne. **Journal of Science and Medicine in Sport**, 2017. v. 20., p. S115.

ALVES, D. S.; et.al. Perfil físico e de desempenho de atletas da seleção brasileira de nado sincronizado. In: 17º Simpósio Internacional de Atividades Físicas do Rio de Janeiro, 2016, Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física. Rio de Janeiro**. CCFEx, 2016. v. 86. p. 192.

TERRA, Bruno de Souza; et.al. Impacto do treinamento físico para o curso de mergulhador de combate da Marinha do Brasil. In: 16º Simpósio Internacional de Atividades Físicas do Rio de Janeiro, 2014, Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, 2014. v. 160. p. 17-17.

TERRA, Bruno de Souza; et.al. Influência da preparação física na taxa de atrição no curso de mergulhadores de combate da Marinha do Brasil. In: 17º Simpósio Internacional de atividades físicas do Rio de Janeiro, 2016, Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física**, 2016. v. 86. p. 189-189.

TERRA, Bruno de Souza; et.al. Associação entre a estratificação de risco do functional movement screen e o histórico de dores musculoesqueléticas. In: VII Congresso Brasileiro e V Congresso Internacional da Sociedade Nacional de Fisioterapia Esportiva - SONAFE 2015 e VII Jornada Brasil-Argentina de Fisioterapia Esportiva, 2016, Florianópolis. **Revista Fisioterapia e Saúde Funcional**, 2016. v. 5. p. 37-37.

TERRA, Bruno de Souza; et.al. A supervised physical training phase prior to a Brazilian Navy special operations course seems to increase their approval rate. In: 4th International Congress on Soldiers Physical Performance, 2017, Melbourne. **Journal of Science and Medicine in Sport**, 2017. v. 20. p. S69-S70.

TERRA, Bruno de Souza; et.al. Physical performance differences between successful and unsuccessful candidates of a Brazilian navy special operations course. In: 4th International Congress on Soldiers' Physical Performance, 2017, Melbourne. **Journal of science and medicine in Sport**, 2017. v. 20. p. S157-S158.

BUNN, P. S.; et.al. Estatística dos atendimentos de fisioterapia durante a VII Ultramaratona Rio 24h Fuzileiros Navais. In: VII Congresso Brasileiro e V Congresso Internacional da Sociedade Nacional de Fisioterapia Esportiva - SONAFE 2015 e VII Jornada Brasil-Argentina de Fisioterapia Esportiva, 2015, Florianópolis. **Revista Fisioterapia e Saúde Funcional**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2015. v. 5. p. S94.

BUNN, P. S.; et.al. Dynamic Movement Assessment as an injury prediction tool in Brazilian Navy cadets: A cohort study. In: 4th International Congress on Soldiers Physical Performance, 2017, Melbourne. **Journal of Science and Medicine in Sport**. Amsterdã: Elsevier, 2017. v. 20. p. S29.

BUNN, P. S.; PUGLIA, M.; AMARAL, V.; TERRA, B. S. Os efeitos da fisioterapia na redução da dor em ultramaratonistas com fadiga muscular. In: 16º Simpósio Internacional de Atividades Físicas do Rio de Janeiro, 2014, Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro, 2014. v. 160. p. 23.

BUNN, P. S.; et.al. Há relação entre o teste de Cooper de 12 minutos, a composição corporal e os testes de força em alunos do Colégio Naval?. In: 17º Simpósio Internacional de atividades físicas do Rio de Janeiro, 2016, Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro: CCFEx, 2016. v. 86.

BUNN, P. S.; et.al. O efeito da massoterapia, alongamento e criomassagem sobre a dor em corredores durante a Ultramaratona Rio 24h Fuzileiros Navais. In: 8º Congresso Internacional de Fisioterapia, 2016, Salvador. **Journal of human growth and development**, 2016.

BUNN, P. S.; et.al. Association between musculoskeletal symptoms and possible risk factors in Brazilian Navy high school students. In: **4th International Congress on Soldiers Physical Performance**, 2017, Melbourne, 2017. v. 20. p. S115-S116.

BUNN, P. S.; Et.al. Associação entre o histórico de dor e o risco de lesões musculoesqueléticas no functional movement screen. In: Congresso Internacional de Fisioterapia da SBF, 2016, Salvador. Salvador: **Revista Brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, 2016. v. 1967.

COUTO, N.; TERRA, B. S.; RODRIGUES, A. I. . Correlação entre o ranking final e a pontuação da esgrima, natação, hipismo e prova combinada no pentatlo moderno. In: 38º Simpósio Internacional de Ciências do Esporte: Jogos Olímpicos na visão das ciências do esporte, 2015, São Paulo. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. Taguatinga: Universidade Católica de Brasília, 2015. v. 23. p. 164.

ALVES D. S.; OLIVEIRA, L. F.; PEREIRA, W. C. A. Volume of rectus femoris muscle phantom by ultrasonography. In: 7th World Congress of Biomechanics, 2014, Boston. **7th World Congress of Biomechanics** 2014. p. 4-4.

ALVES, Daniel de Souza; et.al. Correlação da potência de extensão de joelho com o hop test. In: VII Congresso Brasileiro e V Congresso Internacional da Sociedade Nacional de Fisioterapia Esportiva 2015 e VII Jornada Brasil-Argentina de Fisioterapia Esportiva, 2016, Florianópolis. **Revista Fisioterapia e Saúde Funcional**, 2016. v. 5. p. 76-76.

INOUE, A.; et.al. Relação entre o ranking final e o tempo parcial da natação, ciclismo e corrida no triathlon off-road e no triathlon tradicional. In: **Simpósio Internacional de Ciências do Esporte da CELAFISCS**, 2015, São Paulo.

LOPES, T. J. A.; et.al. Are there differences between men and women or limb dominance during physical performance tests in healthy Navy cadets. In: 4th International Congress on Soldiers Physical Performance, 2017, Melbourne. **Journal of Science and Medicine in Sport**. Amsterdã: Elsevier, 2017. v. 20. p. S122-S123.

LOPES, T. J. A.; et.al. Phase one of a musculoskeletal injury prediction model validation: A prospective study in Navy cadets. In: 4th International Congress on Soldiers Physical Performance, 2017, Melbourne. **Journal of Science and Medicine in Sport**. Amsterdã: Elsevier, 2017. v. 20. p. S48-S49.

LOPES, T. J. A.; et.al. Physical Performance Measures of Flexibility, Hip Strength, Lower Limb Power and Trunk Endurance in Healthy Navy Cadets. **Journal of Strength and Conditioning Research**, 2018.

RIBEIRO, F. M.; et.al. Correlação entre o VO₂ máx medido e o predito pelo teste de 2400 metros em militares da Marinha do Brasil. In: 38º Simpósio Internacional de Ciências do Esporte, 2015, São Paulo. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, 2015.

RIBEIRO, F. M.; et.al. Relação entre o VO₂ máximo medido e o predito pelo teste de 2400 metros em militares da Marinha do Brasil. In: **Simpósio Internacional de Ciências do Esporte da CELAFISCS**, 2015, São Paulo.

RIBEIRO, F. M.; TERRA, Bruno Souza. A influência do condicionamento físico na formação dos militares do curso de mergulhador de combate (MEC) da Marinha do Brasil. In: 15º Simpósio Internacional de Atividades Físicas do Rio de Janeiro, 2013, Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física**, 2013.

TERRA, B; MIRANDA, F.; AKAMINE, D. Desempenho no teste de corrida de 2400 metros e qualidade de vida de militares da Marinha do Brasil. In: Simpósio Internacional de Atividades Físicas do Rio de Janeiro, 2010, Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro: DPEP, 2010. v. 149. p. 15.

TERRA, Bruno Souza; RIBEIRO, F. M. A idade é fator restritivo para os cursos de operações especiais da Marinha do Brasil. In: 15º Simpósio Internacional de Atividades Físicas do Rio de Janeiro, 2013, Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física**, 2013.

TERRA, Bruno Souza. Efeito agudo da vibração do corpo todo sobre o desempenho no teste de sentar e alcançar de atletas de jiu-jitsu. In: 16º Simpósio Internacional de Atividades Físicas do Rio de Janeiro, 2014, Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro: Exército Brasileiro, 2014. v. 160. p. 50.

RELATÓRIO TÉCNICO

ALVES, D. S.; BUNN, P. S. **Relatório da Fase 1 do Curso Especial de Comandos Anfíbios**. Rio de Janeiro: CEFAN, 2018.

BUNN, P. S.; TERRA, B. S.; ALVES, D. S.; INOUE, A.; MIRANDA, M. E. K. **Relatório das avaliações realizadas com a Equipe de Boxe Olímpico da Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: CEFAN, 2017.

BUNN, P. S. **Proposta de índices dos testes físicos de entrada dos cursos de Mergulhadores de Combate da Marinha do Brasil (CAMECO e C-ESP-MEC)**. Rio de Janeiro: CEFAN, 2015.

BUNN, P. S. **Relatório da Fase 0 do Curso de Aperfeiçoamento de Mergulhador de Combate para Oficiais (CAMECO) e Curso Especial de Mergulhador de Combate (C-Esp-MEC)** Rio de Janeiro: CEFAN, 2018.

BUNN, P. S. **Relatório da fase de preparação física do Curso Especial de Comandos Anfíbios**. Rio de Janeiro: CEFAN, 2017.

BUNN, P. S. **Relatório da fase de preparação física dos cursos de mergulhadores de combate**. Rio de Janeiro: CEFAN, 2016.

BUNN, P. S. **Relatório da fase de preparação física período de preparação física para os candidatos ao Curso Especial de Comandos Anfíbios**. Rio de Janeiro: CEFAN, 2016.

BUNN, P. S. **Relatório da Mesa Redonda sobre a Prevenção da Rabdomiólise no treinamento físico militar, com sugestões de estratégias de prevenção para as Organizações Militares da Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: CEFAN, 2016.

BUNN, P. S. **Relatório das avaliações realizadas com atletas de Equipes Esportivas do Colégio Naval**. Rio de Janeiro: CEFAN, 2015.

BUNN, P. S. **Relatório da Fase de preparação física do Curso de Aperfeiçoamento de Mergulhador de Combate para Oficiais (CAMECO) e Curso Especial de Mergulhador de Combate (C-Esp-MEC)**. Rio de Janeiro: CEFAN, 2017.

BUNN, P. S.; RIBEIRO, F. M.; TERRA, B. S.; ALVES, D. S.; INOUE, A. **Resultado das avaliações dos atletas da Seleção Brasileira de Nado Sincronizado**. Rio de Janeiro: CEFAN, 2016.

BUNN, P. S.; TERRA, B. S.; ALVES, D. S.; INOUE, A.; MIRANDA, M. E. K. **Relatório das avaliações realizadas com a Equipe de Boxe da Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: CEFAN, 2017.

BUNN, P. S.; TERRA, B. S. **Relatório das avaliações realizadas com os novos aspirantes da Escola Naval**. Rio de Janeiro: CEFAN, 2015.


MIRANDA, Maria Elisa Koppke. **Controle e Dopagem da Maratona Caixa do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CEFAN, 2017.


MIRANDA, Maria Elisa Koppke. **Relatório de avaliação antropométrica dos militares do Treinamento Pré Antártico da Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: CEFAN, 2017.


MIRANDA, Maria Elisa Koppke. **Relatório de avaliação antropométrica dos militares do Treinamento Pré Antártico da Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: CEFAN, 2016.


MIRANDA, Maria Elisa Koppke; RODRIGUES, A. I.; ALVES, D. S.; BUNN, P. S.; LOPES, T. J. A. **Deteccção de talentos no programa Forças no Esporte**. Rio de Janeiro: CEFAN, 2017.


INVENTÁRIO DO ACERVO MUSEOLÓGICO


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Tiradentes	3. N° Reg. 03
	4. CADBEM:
5. Autor: Desconhecido	6. Data/Época:
7. Material: Dourado	
8. Técnica:	
9. Procedência:	
10. Origem:	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros – Taça Transitória	
12. Descrição:	
13. Marcas: em bom estado de conservação	
14. Dimensões: 28x30x77	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Material de prata banhado em dourado.	
18. Histórico:	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Troféu Volley-Ball	3. N° Reg. 04
	4. CADBEM: 151597790
5. Autor: Desconhecido	6. Data/Época: 1933
7. Material: madeira e prata	
8. Técnica:	
9. Procedência:	
10. Origem: prata coberto com dourado	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação () outros	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 37x55x12	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico:	
19. Fotografia:	
	



Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Benjamin Constant	3. N° Reg. 04
	4. CADBEM:
5. Autor: Desconhecido	6. Data/Época: 1964
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência:	
10. Origem:	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação () outros	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 15X21X57	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Basquete	
19. Fotografia:	
	

Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Almirante Saldanha da Gama	3. N° Reg. 05
	4. CADBEM: 151597995
5. Autor: Escola de Aprendizes Marinheiros da Bahia	6. Data/Época:
7. Material: bronze	
8. Técnica:	
9. Procedência: Desconhecido	
10. Origem:	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação () outros	
12. Descrição: Taça em bronze	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 21x20x 59	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Bronze escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico:	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Paróquia de N. S. dos Navegantes	3. Nº Reg. 06
	4. CADBEM:
5. Autor: Desconhecido	6. Data/Época:
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência:	
10. Origem:	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação () outros	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 20x26x67	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico:	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Travessa do Rio Negro	3. N° Reg. 07
	4. CADBEM: 151597910
5. Autor: Desconhecido	6. Data/Época: 1973
7. Material: Bronze	
8. Técnica:	
9. Procedência:	
10. Origem:	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação () outros	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 47X3588	15. Foto:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Bronze escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico:	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Corrida de Estaleira	3. N° Reg. 07
	4. CADBEM: 135444071
5. Autor: Desconhecido	6. Data/Época: 1923
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência:	
10. Origem:	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação () outros	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 30X 19X 49	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato entre Marinha e Exército	
19. Fotografia:	
	

Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Jogos Internacionais Navais	3. N° Reg. 08
	4. CADBEM: 151597766
5. Autor: Ministério da Marinha	6. Data/Época: 1922
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência:	
10. Origem:	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação () outros	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 42x20x50	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: 1º Centenário da Independência do Brasil Regata a Vela	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Foot-Ball e Water-Polo	3. N° Reg. 12
	4. CADBEM: 135443830
5. Autor: Benjamim Constant	6. Data/Época: 1917
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência:	
10. Origem:	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação () outros	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 27X16X40	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, descascando, com péssimas condições de preservação, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Foot-Ball	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça N. E. Benjamin Constant	3. N° Reg. 13
	4. CADBEM: 135444080
5. Autor: Liga de Sports da Marinha	6. Data/Época: 1926
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sports da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro - RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros- Taça Transitória	
12. Descrição: Taça em prata.	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 25x31x64	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Vela da Marinha para praças	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Almirante Protogenes Guimarães	3. N° Reg. 014
	4. CADBEM: 135443911
5. Autor:	6. Data/Época: 1934
7. Material: bronze	
8. Técnica:	
9. Procedência: Prova de Cabo de Guerra	
10. Origem:	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros- Taça Transitória	
12. Descrição:	
13. Marcas: Restaurado em 1953 o Campeonato de Pistola Livre - Oficiais	
14. Dimensões: 30x10x 39	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Bronze escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Quando restaurando utilizado para o Campeonato de Tiro de Pistola Livre para Oficiais por equipe em 1953.	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Capitão de Corveta Adalberto Nunes	3. N° Reg. 17
	4. CADBEM:
5. Autor: Liga de Sports da Marinha	6. Data/Época: 1920
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sports da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro -RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação () outros	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 26x19x49	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Remo escaleres de 6	
19. Fotografia:	
	

Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Club Naval	3. N° Reg. 18
	4. CADBEM: 135443946
5. Autor: Liga de Sport da Marinha	6. Data/Época: 1916
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sport da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro - RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros – Taça Transitória	
12. Descrição: Taça em prata	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 16x24x60	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Natação da Marinha de qualquer classe.	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Divisão Naval em Operações de Guerra	3. N° Reg. 20
	4. CADBEM: 135443970
5. Autor: Liga de Sport da Marinha	6. Data/Época: 1918
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sport da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro - RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação () outros	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 31x20x50	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, pelas marcas do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Water Polo 2º Divisão	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Divisão Naval em Operações de Guerra	3. N° Reg. 21
	4. CADBEM:
5. Autor: Liga de Sport da Marinha	6. Data/Época: 1918
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sport da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro -RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação () outros	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 29x16x45	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Futebol 2º divisão	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Almirante Raimundo de Melo Braga de Mendonça	3. N° Reg. 22
	4. CADBEM:
5. Autor: Liga de Sports da Marinha	6. Data/Época: 1940
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sports da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro - RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (X) outros – Taça Transitória	
12. Descrição: Taça de prata.	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 15X24X61	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Destinado a campeonato de atletismo para principiantes.	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Jogos Internacionais Navais	3. N° Reg. 22
	4. CADBEM: 135443636
5. Autor: Liga de Sports da Marinha	6. Data/Época: 1922
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sports da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro -RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação () outros	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 50x 28x70	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: 1 Centenário da Independência do Brasil, Campeonato de Football	
19. Fotografia:	
	

Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Homenagem da Liga de Esportes da Marinha do 4 BC	3. N° Reg. 23
	4. CADBEM: 81920
5. Autor:	6. Data/Época: 1937
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência:	
10. Origem: Rio de Janeiro -RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação () outros	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 37X14X40	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico:	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Comandante Cantuaria	3. N° Reg. 23
	4. CADBEM: 135444012
5. Autor: H.C Aspinall	6. Data/Época: 1929
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sport da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro- RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros- Taça Transitória	
12. Descrição: Taça em prata	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 22x30x68	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Natação para a classe de novos.	
19. Fotografia:	
	

Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Flamengo	3. N° Reg.: 24
	4. CADBEM: 13444020
5. Autor: Liga do Sport da Marinha e Liga Militar de Futebol	6. Data/Época: 1916
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga do Sport da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro -RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros – Taça Transitória	
12. Descrição: Taça em prata	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 23x33x76	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de futebol entre Marinha e Exército	
19. Fotografia:	
	

Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Competição Aquática	3. N° Reg. 26
	4. CADBEM: 135444047
5. Autor: Liga de Sport da Marinha	6. Data/Época: 1922
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sport da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro -RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação () outros	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 20x 15x43	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Competição Aquática entre Federação Brasileira das Sociedades do Remo e a Liga do Sport da Marinha. Ilha das Enxadas.	
19. Fotografia:	
	

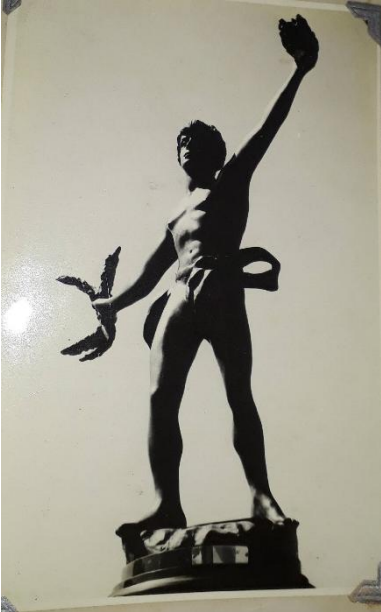
Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Comandante Octavio Tacito de Carvalho	3. N° Reg. 27
	4. CADBEM:
5. Autor: Departamento de Esporte da Marinha	6. Data/Época: 1942
7. Material: bronze	
8. Técnica:	
9. Procedência: Departamento de Esporte da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro - RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros – Taça Transitória	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 18x16x45	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Bronze escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Atletismo para iniciantes.	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Minas Gerais	3. N° Reg. 28
	4. CADBEM:
5. Autor: Aynthas de Lima, cônsul do Brasil, Barbados.	6. Data/Época: 1920
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência:	
10. Origem:	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação () outros	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 16x15x44	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Foot-Ball	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Polo Aquático Brasileiro	3. N° Reg. 32
	4. CADBEM:
5. Autor: Liga de Sport da Marinha	6. Data/Época: 1921
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sport da Marinha	
10. Origem:Rio de Janeiro –RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros- Taça Transitória	
12. Descrição:Taça em prata	
13. Marcas: Restaurado em 1953 para o Torneio Início de Polo Aquático – Praças.	
14. Dimensões: 30x18x51	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico:	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Minas Gerais e Bandeirantes	3. N° Reg. 33
	4. CADBEM:
5. Autor:	6. Data/Época: 1927
7. Material: prata	
8. Técnica:	
9. Procedência:	
10. Origem:	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação () outros	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões:	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Taça Restaurada em 1953 pelo CIAW para o Campeonato Olímpicas para oficiais.	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Comandante Acioli de Vasconcelos	3. N° Reg. 34
	4. CADBEM: 81920
5. Autor: Liga do Sport da Marinha	6. Data/Época: 1930
7. Material: prata e madeira	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga do Sport da Marinha	
10. Origem: Taça transitória	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros – Taça Transitória	
12. Descrição:	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 37x15x57	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Volley-Ball 2 divisão;	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Bronze Almirante Wandenkolk	3. N° Reg. 035
	4. CADBEM:
5. Autor: Centro de Instrução Almirante Wandenkolk	6. Data/Época: 1953
7. Material: bronze	
8. Técnica:	
9. Procedência: Centro de Instrução Almirante Wandenkolk	
10. Origem: Rio de Janeiro- RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros - Taça transitória	
12. Descrição: Escultura de bronze.	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 73x52	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: escultura escurecida, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Instituído pelo Capitão de Mar e Guerra Pedro Paulo de Araujo Suzano para os vencedores do campeonato de Box, Taça transitória. Campeonato de Box para estreatantes - Praças	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Bronze E. Minas Geras	3. N° Reg. 036
	4. CADBEM:
5. Autor: Centro de Esportes da Marinha do Distrito Naval	6. Data/Época: 1953
7. Material: Bronze	
8. Técnica:	
9. Procedência: Centro de Esportes da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro -RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros – Taça Transitória	
12. Descrição: Escultura em bronze	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 73x52x	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Prata escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Box para novos, a partir do ano de 1953.	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Bronze Ministério da Marinha	3. N° Reg. 037
	4. CADBEM:
5. Autor: Liga de Sport da Marinha	6. Data/Época: 1923
7. Material: Bronze	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sport da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro -RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros- Taça Transitória	
12. Descrição: Escultura em bronze.	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 51x27	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Bronze escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Corrida Rústica (Cross-country em 10.000m) – Praças	
19. Fotografia:	
	


Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Bronze Paisandú	3. N° Reg. 039
	4. CADBEM:
5. Autor: Liga de Sport da Marinha	6. Data/Época: 1926
7. Material: Bronze	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sport da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro -RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros – Taça Transitória	
12. Descrição: Escultura em bronze	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 73x52x	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Bronze escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Remo para praças novos.	
19. Fotografia:	
	

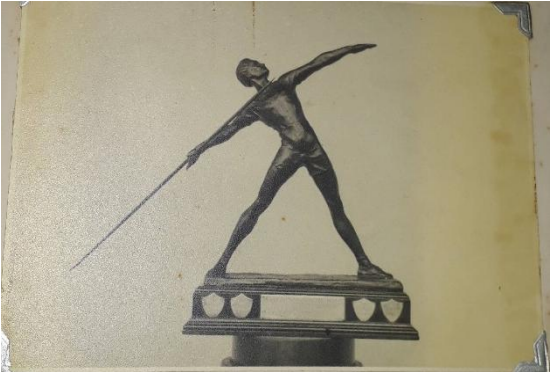
Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Bronze Concurso Anual de Percentagem de Nadadores	3. N° Reg. 040
	4. CADBEM:
5. Autor: Liga de Sport da Marinha	6. Data/Época: 1920
7. Material: Bronze	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sport da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro -RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros – Taça Transitória	
12. Descrição: Escultura em bronze	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 73x52x	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Bronze escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico:	
19. Fotografia:	
	

Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Bronze Marcilio Dias	3. N° Reg. 041
	4. CADBEM:
5. Autor: Liga de Sport da Marinha	6. Data/Época: 1928
7. Material: Bronze e mármore	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sport da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro -RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros – Taça Transitória	
12. Descrição: Escultura em bronze	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 73x52x	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Bronze escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Prova de resistência a nado para praças.	
19. Fotografia:	
	

Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Taça Fundadores	3. N° Reg. 042
	4. CADBEM:
5. Autor: Liga de Sport da Marinha	6. Data/Época: 1916
7. Material: Prata	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sport da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro -RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros – Taça Transitória	
12. Descrição: Taça em prata.	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 73x52x	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Bronze escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Polo Aquático para praças.	
19. Fotografia:	
	

Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Bronze Raimundo Nonato	3. N° Reg. 043
	4. CADBEM:
5. Autor: Liga de Sport da Marinha	6. Data/Época: 1923
7. Material: Bronze	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sport da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro -RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros – Taça Transitória	
12. Descrição: Escultura em bronze	
13. Marcas:	
14. Dimensões: 73x52	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Bronze escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Retenida para praças.	
19. Fotografia:	
	

Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Bronze Almirante Aristides Gulhem	3. N° Reg. 044
	4. CADBEM:
5. Autor: Capitão Tenente (IM) José Cláudio Fortes dos Santos	6. Data/Época: 1952
7. Material: Bronze	
8. Técnica:	
9. Procedência:	
10. Origem: Rio de Janeiro -RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros – Taça Transitória	
12. Descrição: Escultura em bronze	
13. Marcas:	
14. Dimensões:	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Bronze escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Esgrima da Marinha	
19. Fotografia:	
	

Ficha de Controle de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (FCPHDM)	
1. OM: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Rio de Janeiro/ RJ)	
2. Objeto: Bronze Flotilha de Contratorpedeiros	3. N° Reg. 045
	4. CADBEM:
5. Autor: Liga de Sport da Marinha	6. Data/Época: 1929
7. Material: Bronze e madeira	
8. Técnica:	
9. Procedência: Liga de Sport da Marinha	
10. Origem: Rio de Janeiro -RJ	
11. Modo de Aquisição: () compra () permuta () empréstimo () doação (x) outros – Taça Transitória	
12. Descrição: Escultura em bronze e madeira	
13. Marcas:	
14. Dimensões:	15. Peso:
16. Localização: Sala de reserva técnica	
17. Estado de conservação: Bronze escurecido, pelas marca do tempo.	
18. Histórico: Campeonato de Atletismo qualquer classe	
19. Fotografia:	
	

ANEXO III

Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

Guia de acervo sobre o esporte na Marinha do Brasil



Fonte: Acervo histórico do CEFAN

Rio de Janeiro
2018

Introdução

O presente guia é um instrumento de pesquisa que tem o objetivo de apresentar os documentos arquivísticos de valor permanente, os documentos museológicos e a produção intelectual do Centro de Instrução Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), além dos documentos históricos relacionados ao Esporte na Marinha que estão sob a guarda da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

A importância desse acervo, apesar de pouco volumoso, decorre do fato de reunir documentos referentes ao desenvolvimento do esporte na Marinha do Brasil e à constituição do Centro de Instrução Almirante Adalberto Nunes (CEFAN).

O Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes é uma Organização Militar subordinada ao Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, e tem por objetivo apoiar, organizar, coordenar e desenvolver atividades de Educação Física e Desporto nas Organizações Militares (OM) da Marinha do Brasil (MB) ou em outras instituições militares e civis.

Trata-se de uma instituição centenária, uma vez que sua história teve início em 15 de novembro de 1915, na primeira reunião da Liga de *Sports* da Marinha (LSM), no Clube Naval. Mesmo com a responsabilidade de divulgar e organizar os esportes na instituição, a regulamentação da Liga de *Sports* da Marinha só ocorreu pelo Aviso nº 1, de 04 de janeiro de 1916. Posteriormente, pelo Decreto nº 24.581, de 05 de julho de 1934, a Liga de *Sports* da Marinha passou a ser subordinada à então Diretoria do Pessoal da Marinha, até que, foi extinta pelo Decreto-Lei nº 2.296, de 10 de junho de 1940, no mesmo ato que criou o Departamento de Educação Física da Marinha, que, por sua vez, foi extinto pelo Decreto-Lei nº 7.467, de 16 de abril de 1945, e novamente reativado pelo Decreto-Lei nº 9.265, de 17 de maio de 1946, como Departamento de Esportes da Marinha, denominação esta alterada para Centro de Esportes da Marinha pelo Decreto nº 32.742, de 07 de maio de 1953.

O Centro de Esportes da Marinha teve, novamente, sua denominação alterada para Centro de Educação Física da Marinha, pelo Decreto nº 70.161, de 18 de fevereiro de 1972, e, finalmente, passou a ter a denominação atual, Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes, pelo Decreto nº 73.058, de 31 de outubro de 1973. Posteriormente, suas atividades foram regulamentadas pelo Decreto nº 76.687, de 27 de novembro de 1975, revogado pelo de nº 84.781 de 11 de junho de 1980, e alterado pela Portaria nº 0110, de 30 de janeiro de 1986, do Ministro da Marinha, tendo sido, posteriormente, regulamentada pela Portaria nº 0020, de 06 de fevereiro de 1997.

A citada Portaria de regulamentação foi revogada pela Portaria nº 0063, de 06 de novembro de 1998, do Comando de Operações Navais (ComOpNav), que aprovou uma nova regulamentação. Por intermédio da Portaria nº 120, de 31 de março de 2008, foi transferida a subordinação do CEFAN para o Comando de Pessoal de Fuzileiros Navais (CPesFN). Revogada esta última, passou à subordinação do Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), por meio da Portaria nº 65, de 24 de fevereiro de 2010.

As mudanças físicas também foram um marco na sua história. Sua primeira instalação física foi no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), na Ilha das Enxadas, em 1925, onde permaneceu até 1971, quando foi transferido temporariamente para a Avenida Brasil, na Casa do Marinheiro (CM), permanecendo ali até a conclusão das obras das novas instalações do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes.

Todas essas mudanças físicas e de nomenclatura, inclusive a transferência para essas novas instalações, foram realizadas sem nenhum tipo de organização. Desde a inauguração das novas instalações do CEFAN, em 1971, o acervo ficou sob a guarda do Departamento de Desporto. Mas, em 2011, com os Jogos Mundiais Militares (JMM), campeonato internacional o CEFAN seria um dos locais de prova, e com isso a OM passou por mais obras de revitalização das instalações esportivas e muitas coisas, como objetos, móveis, livros e documentos iriam ser descartados.

Então, um Suboficial resgatou esses documentos e guardou-os até 2015, quando os transferiu para a responsabilidade da Superintendência de Ensino. Em 2017, o acervo foi inventariado, descrito e organizado minimamente, para um melhor acondicionamento, em uma sala de Reserva Técnica. A consulta aos documentos é realizada por meio de demandas enviadas para a Superintendência de Ensino.

Natureza

Acervo arquivístico: livros de Ata, livros de relatórios, livros de notas, convites, mapas, livro de estabelecimento, dossiê, fotografias, folder, documentos administrativos, ofício, comunicação interna.

Acervo bibliográfico: artigos de periódicos, relatórios técnicos e resumos apresentados em congressos.

Acervo museológico: troféus, esculturas, quadros de fotografias, maquete, uniformes, material esportivo, flâmulas, placas e armamento.

Estrutura

O fundo está disposto da seguinte forma:

- Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes
- Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

Notas explicativas

As informações deste instrumento de pesquisa foram estruturadas como resultado da articulação entre a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), publicações normativas da Marinha do Brasil que norteiam a arquivística e museologia, as atividades de descrição e difusão de acervos históricos e as normas de descrição bibliográfica, a NBR 6023: Informação e documentação; Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim do Ministério da Defesa; (SGM-105). Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivamento na Marinha. 2014; (SGM-501). Normas par Gestão de Bens Culturais na MB. 2015.

Além dos documentos que estão sob a guarda do CEFAN, foi realizado um levantamento de três Organizações Militares (OM) da Marinha do Brasil (MB), com sede no município do Rio de Janeiro, que poderiam ter documentos alusivos à temática proposta. Os critérios para a escolha das OM's foram a sua relevância histórica e a possibilidade de obter acervos sobre esporte. São elas: Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW); Casa do Marinheiro (CM) e Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

Porém, com esse levantamento, observamos que somente a DPHDM, além do CEFAN, possui documentos relacionados ao esporte na Marinha.

O Guia de acervo sobre o esporte na Marinha do Brasil foi baseado em metodologias já consolidadas e comprovadas em outros trabalhos semelhantes, e apresenta os seguintes dados:

- Procedência: indica a origem e procedência de documentos que foram criados, ou recebidos, acumulados e conservados no decorrer das atividades de uma instituição.
- Data-limite: identificação cronológica do início e do término do período abrangido por uma unidade de descrição.
- Dimensão e suporte: materiais onde são registradas as informações.

- Quantidade: metragem linear para documentação textual e quantificação em unidades para os documentos especiais.
- Condições de acesso: esclarecimento de condições existente para consulta.
- Reprodução: informações para obtenção de cópia do documento.
- Observações: informações sobre o acervo, histórico, esclarecimentos, especificações, entre outros.
- Estágio de trabalho: nível de tratamento realizado no acervo.

Este instrumento é destinado tanto aos usuários internos, militares, servidores civis, alunos, professores, quanto aos usuários externos, como pesquisadores e estudantes.

Instrumentos de pesquisa

Foram utilizados o inventário sumário do acervo arquivístico, o inventário da produção bibliográfica, o inventário do acervo museológico e o documento de descrição dos acervos. Além de autores renomados e documentos consolidados, respectivamente, na área: Belloto (2015); Paes (2008); Guia do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro (1997); e Guia Brasileiro de Fontes para a História do Negro na Sociedade Atual (1999).

Informações relativas ao fundo

1 Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes

Dados cadastrais

Sigla: CEFAN

Endereço: Av. Brasil, nº 10.650, Penha. Rio de Janeiro- RJ.

Telefones: 2101-0800/2101-1900

E-mail: biblioteca@marinha.mil.br

Atendimento: com hora marcada.

Natureza Jurídica: Pessoa jurídica. Pública.

Ano de criação: 1973

Total de acervos: quatro (4)

I - Acervo Arquivístico

Procedência: CEFAN

Data-limite: 1915-200?

Dimensão e suporte: textual

Quantidade: 6,6m lineares

Condições de acesso: com restrição de acesso.

Reprodução: Reprodução permitida mediante solicitação.

Observações: o acervo do CEFAN possui documentos que datam do início do Século XX até os anos 2000, que retratam a história do esporte na Marinha do Brasil. A documentação compreende manuscritos e impressos, livros de quarto, livros de estabelecimento, livros de Ata, Comunicação Interna (CI) e relatórios, além de contar com documentos iconográficos, tais como fotografias, negativos e desenhos.

Estágio de trabalho: inventariado.

II -Acervo fotográfico

Procedência: CEFAN

Data-limite: 1915-200?

Dimensão e suporte: negativos, fotografias, *slides* e álbuns de fotos.

Quantidade: 2944 itens.

Condições de acesso: com restrição de acesso.

Reprodução: reprodução permitida mediante solicitação.

Observações: a coleção fotográfica é composta por mais de duas mil imagens relacionadas, sobretudo, à história do CEFAN, em especial a eventos esportivos e escolares, instalações esportivas do CEFAN, datas comemorativas e passagens de comando. Este acervo conta com fotografias que datam do início do século XX.

Estágio de tratamento: identificado.

II - Acervo Bibliográfico

Procedência: CEFAN

Data-limite: 2010-2018

Dimensão e suporte: textual.

Quantidade: 64 itens.

Condições de acesso: sem restrição de acesso.

Reprodução: permitida sem restrição.

Observações: trata-se da produção acadêmica dos pesquisadores do CEFAN, e, não obstante não serem considerados históricos, faz-se necessário preservar a produção intelectual da instituição e possibilitar acesso à produção científica. São artigos de periódicos, trabalhos apresentados em congressos e relatórios técnicos elaborados pelo Laboratório de Pesquisa em Ciências do Exercício (LABOCE), que abrangem as Ciências do Exercício e do Esporte. Entre os trabalhos, destacam-se os artigos publicados em revistas internacionais como a *Military Medicine*, a *Clinical Biomechanics* e a *Human Movement Science*.

Estágio de tratamento: identificado.

IV - Acervo Museológico

Procedência: CEFAN

Data-limite: 1915 –

Dimensão e suporte: metal, tecido, prata, madeira, bronze, mármore.

Quantidade: 120 peças.

Condição do acesso: mediante agendamento.

Observações: o acervo museológico é composto por objetos como troféus, taças, uniformes, flâmulas, material esportivo, placas, quadros de fotografia e armamento. Atualmente, estão catalogados 120 itens, entre os quais cita-se, como exemplo, a Taça Benjamim Constant, premiação oferecida aos ganhadores do Campeonato de Vela da Marinha para praças, no início século XX. Constatou-se, por fontes documentais, que o acervo foi composto por meio de doações e compras dos objetos.

Estágio de tratamento: identificado.

2 Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

A Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) foi criada em 01 de julho de 2008, por meio da portaria nº 209, e é especializada na área de patrimônio cultural, tendo por missão preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da Marinha, contribuindo para a conservação da memória, desenvolvimento e consciência marítima brasileira. Atualmente, sua estrutura organizacional está dividida da seguinte forma:

Museologia, Administração, Arquivos e Biblioteca da Marinha, História, Publicações e Divulgação, e Meios Navais.

Dados cadastrais**Sigla:** DPHDM**Endereço:** Praça Barão de Ladário s/n, Ilha das Cobras, Centro, Rio de Janeiro, RJ.**Telefones:** 2104-6994/ 2104-6723 / 2104-5488 / 2104-5487**Email:** dphdm.arquivo@marinha.mil.br**Atendimento:** 3ª a 6ª feira, de 8h30 às 16h.**Natureza Jurídica:** Pessoa jurídica. Pública.**Ano de criação:** 2008**Total de acervo:** 1**I - Acervo Arquivístico****Procedência:** Arquivo da Marinha**Data-limite:** 1916-**Dimensão e suporte:** textual, microfilme, iconográfico e filmográfico.**Quantidade:** não informada.**Condições de acesso:** sem restrição.**Reprodução:** permitida mediante solicitação.

Observações: o Arquivo da Marinha, subordinado à DPHDM, possui cento e quarenta e dois (142) fundos, é a instituição responsável pela guarda, conservação e preservação de documentos produzidos e recebidos, de guarda permanente, na Marinha do Brasil. O Arquivo da Marinha custodia o fundo Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes; tal fundo possui três series: Série AM- Atividade-Meio; AF- Atividade-Fim, e Série DE- Documentos Especiais. Composto por documentos textuais relativos aos livros de quarto, livros de estabelecimentos, documentos administrativos referentes ao pessoal, finanças, serviços gerais e gestão, contém ainda registros em microfilme, iconográficos e filmográficos.

Estágio de tratamento: organizado.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4º ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. **Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim do Ministério da Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, Gerência de Atos e Procedimentos, Protocolo-Geral e Arquivo, 2010.

_____. Marinha do Brasil. – Secretaria Geral da Marinha (SGM-105). **Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivamento na Marinha**. 2014.

_____. Marinha do Brasil. – Secretaria Geral da Marinha (SGM-501). **Normas par Gestão de Bens Culturais na MB**. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CUNHA, Murilo Bastos de; Cavalcante, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet Lemos, 2008.

GUIA brasileiro de fontes para a história do negro na sociedade atual. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

GUIA do patrimônio documental do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3.ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que resultou nesta dissertação teve como foco principal ressaltar a importância de preservar parte significativa do patrimônio documental que retrata a história do esporte na Marinha do Brasil. Tais documentos como arquivísticos, museológicos e bibliográficos, se encontram sob a guarda do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN). Esta instituição é uma Organização Militar (OM) centenária e que por isso mesmo, passou por variadas transformações físicas, estruturais e de nomenclatura, ao longo do tempo.

A elaboração de um instrumento de pesquisa referenciando este acervo documental foi de suma importância para a instituição, uma vez que desta forma se pode quantificá-lo e descrevê-lo. Isso gera responsabilidade institucional no sentido de preservá-lo como parte integrante do patrimônio da história e da memória do esporte no Brasil.

O “Guia de Acervo sobre o esporte na Marinha do Brasil”, resultado desta dissertação teve como objetivo descrever o patrimônio documental acumulado pelo CEFAN, relacionando-o com os documentos de outras OM’s, cujo escopo seja pertinente ao campo esportivo na Marinha do Brasil (MB). A elaboração deste Guia de Acervo propicia a preservação e conservação da história institucional e possibilita a divulgação e acesso mais ampliados aos documentos.

Muito embora até o momento de elaboração deste trabalho, este acervo não estivesse ainda organizado corretamente de acordo com as normas da metodologia arquivística em uso nas instituições de guarda, temos convicção de que sua identificação e descrição documental foram de fundamental importância para sua preservação, pois gera comprometimento e responsabilidade institucional.

Dentre os principais resultados obtidos nesta pesquisa, destaco a elaboração dos três instrumentos de trabalho que possibilitaram a descrição e quantificação dos acervos, respeitando as peculiaridades de cada um deles. Nesse sentido, a elaboração dos instrumentos de trabalho ‘Inventário sumário do acervo arquivístico’, ‘Inventário da produção bibliográfica’ e o ‘Inventário do acervo museológico’, possibilitou que tivéssemos os subsídios fundamentais para a criação do Guia de Acervo.

Outro resultado relevante foi a possibilidade de descrever o acervo histórico do CEFAN, seguindo os preceitos da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). A descrição arquivística é uma atividade fundamental para a organização, controle e acesso ao acervo institucional. Um dos campos de descrição mais importantes é o da história

arquivística, cujas informações recuperam a biografia do acervo ao longo de sua existência, desde a constituição até a organização.

Com este trabalho nosso intuito foi ratificar o quanto é importante uma instituição preservar, organizar e disponibilizar a documentação histórica que lhe pertence, tornando-se efetivamente um centro de documentação ou até mesmo um lugar de memória, no sentido de ser um local de referência daquele determinado campo de saber, no caso, da história e da memória do esporte no Brasil. É fundamental o CEFAN compreender seu papel e sua atribuição nessa cadeia de conhecimento, não se colocando como um depositário de documentos antigos, desorganizados e descontextualizados, que não sejam fonte de informação, de preservação de memória para os pesquisadores e todos que se interessem pelo tema, devido à sua desordem.

A literatura utilizada para o desenvolvimento deste trabalho sinaliza que os documentos históricos aqui apresentados, representam a memória de uma comunidade e possibilitam às pessoas conhecer a transformação esportiva que se deu na MB. Nesse sentido, o acervo histórico do CEFAN se relaciona ao desenvolvimento do país e da sociedade brasileira, como apontado no primeiro capítulo.

A elaboração deste Guia de Acervo traz benefícios relevantes aos interessados no tema da história do esporte no Brasil. É também um resultado positivo por valorizar e reconstituir esta memória, uma vez que antes desta dissertação tal acervo se encontrava sem protagonismo, esquecido e acondicionado indevidamente no CEFAN e sem qualquer condição de acesso, o que não é democrático nem republicano. Tais aspectos impactam negativamente em sua preservação e não facilitam sua divulgação para os interessados.

Importante ressaltar que esta dissertação não tem a pretensão de esgotar o tema aqui analisado. Ao contrário, o que podemos observar é que há muito a ser realizado sobre a temática da história do esporte no Brasil e o assunto merece outras abordagens, entre elas aquelas que procurem analisar mais enfaticamente seu contexto histórico ou político. Importante dizer que é um tema raro ainda na literatura e observou-se uma escassez profunda de produção bibliográfica na área de esporte militar.

Procuramos apresentar um instrumento de pesquisa que fosse considerado essencial para o bom desenvolvimento do trabalho, visando a preservação e conservação da memória institucional e que pudesse respeitar as peculiaridades de cada tipologia documental. Enfatizamos a descrição documental do acervo e a disseminação da informação, além de sugerir o envio destes documentos para a Diretoria do Patrimônio Histórico Documental da

Marinha, considerado um local mais adequado para sua guarda e acondicionamento, visto trabalharem em condições ideais segundo normas de centros de documentação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Bibliotecas, arquivos e museus: convergências. **Revista Conhecimento em Ação**. Rio de Janeiro: v.1,n.1 jan/jun. 2016. P.162-185.

ANGELO, Carla Viviane da Silva. Arquivos e preservação documental. In.: **Mestres e conselheiros**: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. Brasília, df : Briquet de Lemos, 2014.

_____. Arquivos, bibliotecas e museus: apontamentos para um possível modelo curricular de convergência. In. **Arquivos, bibliotecas e museus**: realidades de Portugal e Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013. P. 259-297.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene de. A produção de conhecimento e a origem das bibliotecas. In.: Oliveira, Marlene (Org.). **Ciência da Informação e biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 29-42.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: Informação e documentação**: elaboração. Rio de Janeiro: 2002.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. 3. ed. Ijuí (RS): Ed. Unijuí, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4º ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

_____. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

_____. **Como Fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documento de Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BORGES, Maria Alice Guimarães. O profissional da informação: somatório de formações, competências e habilidades. In. BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Profissional da Informação o espaço e trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004.

BRASIL. Decreto n. 351, de 20 de abril de 1844. Manda por em execução o plano para a reforma geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. **Coleção das leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 66, 1845.

____. Decreto nº 479, de 17 de Outubro de 1846. Estabelece uma Biblioteca de Marinha no Arsenal da Marinha da Côrte. **Coleção de Leis do Império do Brasil 1846**, p. 143 v. 1 pt. II. Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-479-17-outubro-1846-560533-publicacaooriginal-83583-pe.html>>. Acesso em: 25 abr.2018.

____. Decreto-Lei n. 2.359, de 19 de fevereiro de 1859. Reforma a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. **Coleção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, parte 1, p. 90-102, 1859.

____. Decreto nº 4.116, de 14 de Março de 1868. Cria um museu no Arsenal de Marinha da Corte. **Coleção de Leis do Império do Brasil 1868**, p. 120. v. 1 pt. II. Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4116-14-marco-1868-553330-publicacaooriginal-71163-pe.html>>. Acesso em: 25 abr.2018.

____. Decreto nº 6.510, de 11 de junho de 1907. Reorganiza a Bibliotheca e Museu da Marinha. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1907. Seção 1. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6510-11-junho-1907-522742-republicacao-105596-pe.html>>. Acesso em: 25 abr.2018.

____. Decreto-Lei nº 5.558, de 8 de junho de 1943. Cria o Serviço de Documentação da Marinha. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1943. Seção 1. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5558-8-junho-1943-415621-publicacaooriginal-1-pe.html>> . Acesso em: 06 de abr.2018.

____. Decreto-Lei nº N° 73.058, DE 31 DE OUTUBRO DE 1973. Altera a denominação do Centro de Educação Física da Marinha. Brasília, DF, 31 out. 1973. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73058-31-outubro-1973-421740-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

____. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. **Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim do Ministério da Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, Gerência de Atos e Procedimentos, Protocolo-Geral e Arquivo, 2010.

____. Marinha do Brasil. – Secretaria Geral da Marinha (SGM-105). **Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivamento na Marinha**. 2014.

____. Marinha do Brasil. Secretaria Geral da Marinha. **Bens Tombados sob administração da Marinha**. 2014.

____. Marinha do Brasil. – Secretaria Geral da Marinha (SGM-501). **Normas par Gestão de Bens Culturais na MB**. 2015.

____. Lei nº 8.159, de 09 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm> Acesso em: 25 jan. 2018.

BRASIL. Livro de Estabelecimento do CEFAN. V. 1, EM 60-11, [s.d.]

____. Decreto nº. 73.058, de 31 de outubro de 1973 Altera a denominação do Centro de Educação Física da Marinha.

____. Livro Histórico do Departamento de Esportes da Marinha – Volume II – Histórico Liga a C.E.M. [19??]

____. Livro Histórico do Departamento de Esportes da Marinha – Volume III – Histórico Liga a C.E.M. [19??]

_____. Livro de Estabelecimento do CEFAN. V. 1, EM 60-11, [s.d.]

_____. Livro Histórico do Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo I (1915-1920).

_____. Livro Histórico do Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo II (1920-1922).

_____. Livro Histórico do Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo III (1922-1924).

_____. Livro Histórico do Departamento de Esportes da Marinha – Volume II – Histórico Liga a C.E.M.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento.** Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2008.

CALDEIRA, Paulo da Terra. Museus. In. **Introdução às fontes de informação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 141-157.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de memória: uma proposta de definição.** São Paulo: Edições SESC, 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; & BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística.** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura. 1996.

CANCELLA, Karina Barbosa. A Fundação da primeira sede da Associação Cristã de Moços na América Latina e sua atuação como fomentadora da prática esportiva no Rio de Janeiro pós-republicano. **Revista de História do Esporte.** v.3, n.2, p. 1-38, 2010.

_____. O esporte e a Marinha do Brasil: primeiras aproximações e a institucionalização da prática esportiva através da criação da Liga de Sports da Marinha. In **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo, julho 2011.

_____. **O esporte e as Forças Armadas na Primeira República**: das atividades gymnasticas às participações em eventos esportivos internacionais (1890-1922). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.

CANCELLA, Karina, et al. **100 anos de esporte na Marinha do Brasil**: da "Liga de Sports" ao Programa Olímpico. Rio de Janeiro: Agência 2a Comunicações, 2015.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. 19. ed. Campinas: Papirus, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CUNHA, Murilo Bastos de; Cavalcante, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet Lemos, 2008.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DICIONÁRIO Brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução a Biblioteconomia**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. 5. reimp. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

FERREIRA, Eliane Freitas. O acervo histórico da academia real de guardas-marinhas da biblioteca da marinha. **XVIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias SNBU** 2014.

FREITAS, Leandro. A teoria evolutiva de Darwin e o contexto histórico. **Revista Bioikos**. Campinas: PUC, v.12, n. 1, p. 55-62. 1998.

FRAZÃO, Dilva (2016). **Barão de Coubertin**: pedagogo e historiador francês. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/barao_de_coubertin/>. Acesso em: 07 de abril de 2018.

GAMA, Edina Laura Nogueira da. O Poder Naval e a Formação do Brasil
Breves reflexões sobre a historiografia naval brasileira e a modernização do Museu Naval. **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 22 a 26 de jul, 2013.

GARRIDO, Fernando; LAGE, Ângela. O Esporte na Marinha do Brasil. In: DaCosta, L.P. **Atlas do Esporte do Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

GLAD, Leniza de Faria Lima; ESPÍRITO SANTO, Eliana do; FERREIRA, Eliane de Freitas. Mapeamento dos conhecimentos estratégicos em redes de bibliotecas: um estudo de caso da Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha – Rede BIM. **XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação** – Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Informação e documentação em esporte, educação física e lazer: o papel pedagógico do Centro de Memória do Esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 25, n. 1, set 2003, p. 190-207.

GUIA brasileiro de fontes para a história do negro na sociedade atual. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

GUIA do patrimônio documental do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

HOUAISS, Antoni; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ALBUQUERQUE, Jair de. Os sports na Marinha de Guerra do Brasil. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ano XLVIII, out. 1928. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=008567&pasta=ano%20192&pesq=os%20sports%20na%20marinha%20de%20guerra%20do%20brasil>>. Acesso em: 25 set. 2017.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Arquivo. In. **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 121-139.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento” IN: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.

LEMOS, Antônio Briquet de. Bibliotecas. In. **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 101-119.

LOPES, Maria Margaret. *Museu*: uma perspectiva de educação em geologia. **1988**.

MACIEL, Laurinda Rosa. **A loucura encarcerada**: um estudo sobre a criação do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (1896-1927). Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1999.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

MELO, Victor Andrade de. **Cidade esportiva**: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Os paradoxos da memória. In. **Memória e cultura**: a importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: SESC, 2007 (p.7-33).

MINISTÉRIO da Defesa. Marinha do Brasil. **Tradições Navais**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/tradicoes-navais#15>>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

MOURA, Gláucia Soares de; DIAS, Paula Cristina da Costa Perez Tavares. Palestra para a VII Semana de Museus da USP: o novo Museu Naval. **Navigator**. v. 6, n. 11. 2010.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, São Paulo, n.10, dez. 1993.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**. In: CONGRESSO DE DOCUMENTAÇÃO UNIVERSAL, 1937, Paris. Discursos... Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. Separata. Disponível em: < <http://www.conexaorio.com/bit/otlet> >. Acesso em: 20 jun. 2017.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **Datagramazero**: revista de ciência da informação, v.5, m.5. out. 2004. Disponível em: <<https://bsf.org.br/wp-content/uploads/2017/05/ORTEGA-RELAÇÕES-HISTÓRICAS-ENTRE-BIBLIOTECONOMIA-DOCUMENTAÇÃO-E-CIÊNCIA-DA-INFORMAÇÃO.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

PADILHA, Renato Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleções Museológica, v.2).

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3.ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PAIVA, Kênya Jessyca Martins de; PRIMON, Juliane Conceição Serres. Museus no Brasil: a Nova Museologia e os benefícios proporcionados à prática pedagógica na escola. In **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. São Paulo, julho 2013.

POMIAN, Krystof. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. v.42 (Sistemática), p. 507-516.

PROCÓPIO, Ednei. **Construindo uma Biblioteca Digital**. São Paulo: Edições Inteligentes, 2005. Disponível em: < <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/bibliotecadigital.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

REITZ, Alessandra. **O processo de formação do Arquivo da Marinha do Brasil como Instituição de Pesquisa Histórica e Militar (1907-1953)**. In: Navigator: Subsídios para à história marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha. n. 6 dez. 2007.

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, v.123, n.07/09, jul./set., 2003.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Cultura. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Acervos documentais e bibliográficos sediados no Estado do Rio de Janeiro. 2002. Disponível em:
<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/236>. Acesso em: 30 maio 2018.

RUSSO, Mariza. **Fundamentos de biblioteconomia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: E-paper Serviços Editoriais, 2010.

SANTOS. Myrian Sepúlveda dos. Museus Brasileiros e política cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, n. 55, 2004.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. Rio de Janeiro: Teatral; Faperj, 2010.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. 9. reimp. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

SIQUEIRA, Regina Boanerges. Redes de bibliotecas: novas tecnologias de apoio na capacitação de pessoal na marinha do brasil. **Revista Marítima Brasileira**, jan. / mar. 2012. p. 173-179.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física: raízes europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos. A extinção dos brasileiros segundo o Conde Galineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**. Rio de Janeiro. v. 6, n. 1, p. 21-34, jan-jun 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TANUS, Gabrielle Francinne de S.C. Arquivos, bibliotecas e museus: várias histórias. **Biblios. Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v.28, n. 1. p.85-100, jan/jun. 2014.

TEIXEIRA, Isabel Melo; SILVA, Edson Pereira. História da eugenia e ensino da genética. **Revista História da Ciência e Ensino: construindo interfases**. v. 15, 2017, p. 63-80.

TESSITORE, Viviane. **Os arquivos fora dos arquivos: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo: 2002.

_____. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Nacional Oficial do Estado, 2003. Projeto como fazer v.9.

THIESEN, Icléia. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaços de produção de conhecimento. In. Museu de Astronomia e ciências afins. **Museu e Museologia: interfaces e perspectiva**. Rio de Janeiro: MAST, 2009 (p. 63-82).

TRUZZI. Oswaldo. Comunidades de memória. In. **Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: SESC, 2007 (p.262-271).

TUBINO, Manoel José Gomes. **O que é esporte**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

TUBINO, Manoel José Gomes; TUBINO, Fábio, Mazon; GARRIDO, Fernando Antonio Cardoso. **Dicionário Enciclopédico Tubino do esporte**. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema de Arquivo. **Glossário** de espécies, formas e tipos documentais da Universidade de São Paulo: portaria GR n.º 3083/97: anexo III. [São Paulo]: USP, 1997. Disponível em: <
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4177763/mod_resource/content/1/glossario1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

VARELA, Aida Varela; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Bibliotecas, arquivos e museus: agentes de universalização do conhecimento. In. **Arquivos, bibliotecas e museus: realidades de Portugal e Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013. P.339-373

VALENTIM, Marta. Equipes multidisciplinares na gestão da informação, consiliência e a formação em gestão da informação. In. BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Profissional da Informação o espaço e trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

XAVIER, Jean Frederick Brito. **O uso de Metadados no Arquivo da Marinha: a Implementação do Software ICA-AToM**. 124f. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2014.